



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**PLANO ECONÓMICO E SOCIAL
PARA 2008**

MAPUTO, 28 DE SETEMBRO DE 2007

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS.....	3
I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
II. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	4
III.1 OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	8
III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA.....	12
III.3 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL	13
III.4 PRODUÇÃO GLOBAL	15
III.5 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	16
III.6. INFLAÇÃO.....	18
III.7. BALANÇA DE PAGAMENTOS	19
IV.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	21
A. AGRICULTURA.....	21
B. INFRAESTRUTURAS.....	32
C. PESCAS.....	48
D. RECURSOS MINERAIS.....	51
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	56
F. TURISMO.....	59
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	62
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL.....	65
IV.2. CAPITAL HUMANO	65
A. EDUCAÇÃO.....	65
B. SAÚDE.....	75
C. TRABALHO.....	79
D. MULHER E ACÇÃO SOCIAL.....	80
E. JUVENTUDE E DESPORTOS.....	85
IV.3. GOVERNAÇÃO	88
A. REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	88
B. JUSTIÇA.....	93
C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.....	97
D. COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	99
E. RELAÇÕES EXTERNAS.....	99
F. DEFESA.....	103
G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA.....	105
IV.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS	107
A. GÉNERO.....	107
B. HIV/SIDA.....	110
C. AMBIENTE.....	115
D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO.....	120
E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	122
F. DESENVOLVIMENTO RURAL.....	124
G. CALAMIDADES.....	128
H. DESMINAGEM.....	129
V. FINANÇAS PÚBLICAS.....	131
VI. MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II.....	139

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL (%)	7
TABELA 2: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES MACROECONÓMICOS NA SADC (2006-2007)	8
TABELA 3: PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS	16
TABELA 4: RECURSOS E DESPESAS (2006-2009)	16
TABELA 5: PRODUÇÃO GLOBAL – TAXAS DE CRESCIMENTO EM (%).....	17
TABELA 6: PROGRAMA MONETÁRIO	18
TABELA 7: MERCADO DE CÂMBIOS – COTAÇÃO DO METICAL FACE AO DÓLAR AMERICANO	19
TABELA 8: MERCADO DE CÂMBIOS – COTAÇÃO DO METICAL FACE AO RAND	20
TABELA 9: INFLAÇÃO	21
TABELA 10: BALANÇA COMERCIAL – 10 ⁶ USD	22
TABELA 11: PRODUÇÃO AGRÍCOLA GLOBAL (TAXAS DE CRESCIMENTO EM %).....	23
TABELA 12: PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO SECTOR FAMILIAR (TONELADAS).....	23
TABELA 13: PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (TAXA DE CRESCIMENTO EM %).....	222
TABELA 14: COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (TAXAS DE CRESCIMENTO EM %) ..	25
TABELA 15: PRODUÇÃO PECUÁRIA (TAXA DE CRESCIMENTO EM %)	25
TABELA 16: EFECTIVOS PECUÁRIOS.....	26
TABELA 17: PRODUÇÃO DE SEMENTES POR ÁREA (HA).....	28
TABELA 18: PLANO DE VACINAÇÃO DE ANIMAIS.....	29
TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO DE REGADIOS (HA) A SEREM REABILITADOS POR PROVÍNCIA..	29
TABELA 20: PLANO DE PRODUÇÃO DE MUDAS DE CAJUEIROS	30
TABELA 21: DISTRIBUIÇÃO DE ANIMAIS DE FOMENTO E DE TRACÇÃO ANIMAL POR PROVÍNCIA.....	32
TABELA 22: PROGRAMA DO SECTOR DE ESTRADAS	35
TABELA 23: REABILITAÇÃO DE ESTRADAS PRIMÁRIAS	35
TABELA 24: REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA....	36
TABELA 25: ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANO.....	37
TABELA 26: LATRINAS MELHORADAS A CONSTRUIR POR PROVÍNCIA	38
TABELA 27: PRODUÇÃO PESQUEIRA GLOBAL (CRESCIMENTO EM %)	50
TABELA 28: PRODUÇÃO PESQUEIRA EMPRESARIAL.....	51
TABELA 29: PRODUÇÃO DA AQUACULTURA.....	52
TABELA 30: PRODUÇÃO PESQUEIRA DO SECTOR FAMILIAR.....	52
TABELA 31: RECURSOS MINERAIS - TAXA DE CRESCIMENTO EM (%)	54
TABELA 32: PRODUÇÃO INDUSTRIAL EMPRESARIAL POR DIVISÕES.....	58
TABELA 33 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TAXA DE CRESCIMENTO EM (%).....	64
TABELA 34: EDUCACAO GERAL – EFECTIVOS ESCOLARES EM 2006/2008	68
TABELA 35: ESCOLAS A INTRODUIZIR NOVOS NÍVEIS	68
TABELA 36: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES	70
TABELA 37: FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO ENSINO GERAL.....	71
TABELA 38: EXPANSÃO DA REDE SANITÁRIA.....	77
TABELA 39: EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE GLOBAL DA SAÚDE	78
TABELA 40: EDUCACAO PRÉ ESCOLAR	84
TABELA 41: ATENDIMENTO A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DIFÍCIL.....	85
TABELA 42: ATENDIMENTO AO IDOSO	85
TABELA 43: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	86
TABELA 44: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BENEFICIARIOS POR PROVINCIA.....	87
TABELA 45: PLANO DE COBRANÇA DE RECEITAS PARA 2008	133
TABELA 46: DESPESA TOTAIS DO ESTADO	134
TABELA 47: DESPESAS CORRENTES	134
TABELA 48: DESPESAS DE INVESTIMENTO	135
TABELA 49: EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	136

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O “Plano Económico e Social para 2008”, operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, no seu penúltimo ano. As propostas nele contidas baseiam-se no Balanço das actividades realizadas durante o I Semestre de 2007.

O documento apresenta uma nova estrutura, simplificada por forma a adequar o Plano Económico e Social, como principal instrumento de implementação da acção governativa. Este orienta-se pela abordagem consolidada no PARPA II e consiste em 4 grandes capítulos: Contexto Internacional, Contexto Sócio-Económico e Demográfico Nacional, Principais Linhas de Desenvolvimento Por Pilar e Finanças Públicas.

No contexto internacional apresenta-se a evolução da economia internacional o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o país irá implementar a sua política económica e social; no contexto sócio-económico e demográfico nacional é apresentada a projecção da situação sócio-económica e demográfica do país; no capítulo das principais linhas de desenvolvimento por pilar são apresentadas as principais medidas e acções de política a ser implementadas pelos diversos sectores, incluindo as de natureza transversal.

No capítulo das finanças públicas é apresentada a política orçamental, o envelope de recursos e sua aplicação com vista ao cumprimento das acções previstas no Plano Económico e Social para 2007.

Em anexo, é apresentada a matriz estratégica do PARPA II.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

A economia mundial nos últimos anos vem registando taxas de crescimento económico positivas. Em 2006, o crescimento médio registado foi de 5,4%, apesar do abrandamento do ritmo nos EUA face às perturbações registadas no mercado imobiliário. Contudo, esta situação foi compensada pelo aumento do consumo privado estimulado pela ligeira queda do preço do petróleo no mercado internacional, durante o segundo semestre de 2006.

A zona do Euro registou, em 2006, um crescimento de 2,6% prevendo-se para 2007 a manutenção do crescimento apesar do abrandamento do seu ritmo em 0,3 pp. Estes níveis de crescimento vêm sendo sustentados pelo crescimento da procura interna.

As economias emergentes e em desenvolvimento experimentaram em 2006, níveis de crescimento estáveis situados em 7,9% tendo contribuído para tal a subida dos preços dos produtos primários e semi-processados e uma conjuntura financeira internacional favorável. Destas, a China e a Índia lideram com taxas de crescimento do PIB de 10,7% e 9,2%, respectivamente.

As previsões para 2007 apontam para a manutenção dos mesmos níveis de crescimento, prevendo-se que a taxa de crescimento económico nas economias emergentes e em desenvolvimento se situe em torno dos 7,5%, continuando a China e a Índia na liderança com 10% e 8,4%, respectivamente.

Para 2008 as projecções actuais apontam que a taxa de crescimento económico mundial venha a situar-se nos 4,9%, mantendo o ritmo de crescimento previsto para

2007. As economias avançadas vão experimentar uma aceleração do ritmo de crescimento evoluindo de 2,5%, em 2007, para 2,7% em 2008, mercê da recuperação do desempenho económico dos EUA, Canadá, França e da Alemanha.

As economias emergentes e em desenvolvimento registarão, em 2008, uma certa desaceleração no ritmo de crescimento passando dos 7,5% em 2007, para 7,1%, em 2008, determinada pela redução do ritmo de crescimento da China, Índia e África Subsahariana, com 9,5%, 7,8%, e 6,1%, respectivamente.

Tabela 1: Crescimento da Economia Mundial (%)

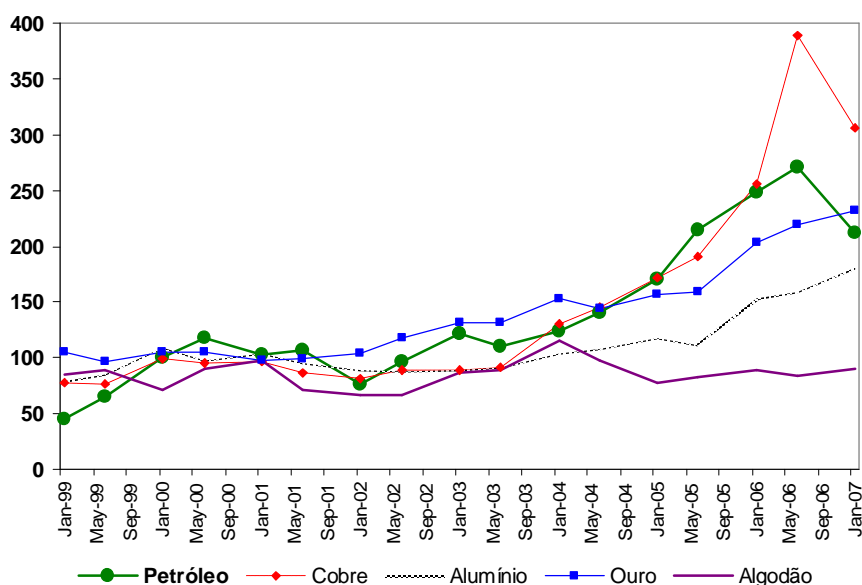
	2005	2006	Projeções Actuais	
			2007	2008
	Variação % Anual			
PIB Mundial	4.9	5.4	4.9	4.9
Economias Avançadas	2.5	3.1	2.5	2.7
EUA	3.2	3.3	2.2	2.8
Zona Euro	1.4	2.6	2.3	2.3
Alemanha	0.9	2.7	1.8	1.9
França	1.2	2	2	2.4
Itália	0.1	1.9	1.8	1.7
Espanha	3.5	3.9	3.6	3.4
Japão	1.9	2.2	2.3	1.9
Reino Unido	1.9	2.7	2.9	2.7
Canadá	2.9	2.7	2.4	2.9
Outras Economias Avançadas	3.9	4.3	3.8	3.8
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	7.5	7.9	7.5	7.1
África	5.6	5.5	6.2	5.8
Sub-Sahariana	6	5.7	6.8	6.1
Europa Centra e do Leste	5.5	6	5.5	5.3
Rússia	6.4	6.7	6.4	5.9
China	10.4	10.7	10	9.5
Índia	9.2	9.2	8.4	7.8
Médio Oriente	5.4	5.7	5.5	5.5
Brazil				
Volume de Comércio Mundial (bens e serviços)	7.4	9.2	7	7.4
Importações				
Economias Avançadas	6.1	7.4	4.7	5.7
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	12.1	15	12.5	12.2
Exportações				
Economias Avançadas	5.6	8.4	5.5	5.8
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	11.2	10.6	10.4	9.9

Estas projecções de crescimento induzirão por um lado, a um aumento de importações por parte das economias emergentes e em desenvolvimento em 12,2% e um aumento de 5,7% nas economias avançadas. Por outro lado, as exportações das economias emergentes e em desenvolvimento vão aumentar em 9,9%, contra um aumento de 5,8% nas economias avançadas.

Em resumo, o resultado líquido do desempenho económico mundial poderá ser o agravamento do défice comercial das economias emergentes. Esta situação demanda, para o nosso país, acções vigorosas por parte do Governo e demais agentes de desenvolvimento económico e social para, por um lado, assegurar que as previsões de crescimento para 2008 se concretizem, e por outro lado, minimizar os efeitos sobre a balança de pagamentos como resultado de um aumento da procura de importações por parte das economias emergentes.

Para o efeito, o país deverá explorar os ganhos advenientes da tendência crescente dos preços dos produtos primários e semi processados que se vêm registando no mercado internacional e o efeito da depreciação do dólar americano, que vem compensando as repercussões negativas induzidas pelo subida dos preços do petróleo.

Evolução do Índice dos Preços dos Produtos Primários



Fonte: Banco Mundial, 2007.

A nível regional destaque vai para o desarmamento pautal (Direitos Aduaneiros) no âmbito do qual, os países da região devem gradualmente ir removendo as barreiras tarifárias. O desarmamento representa uma, de entre as várias etapas, no processo da integração regional. Espera-se que o comércio livre no seio da região estimule a especialização das economias, a divisão social do trabalho, o aumento da competitividade e, a médio prazo, a obtenção de vantagens de custos associadas às economias de escala. A seguir apresentam-se os principais indicadores macroeconómicos dos países da SADC.

Tabela 2: Evolução dos Indicadores Macroeconómicos na SADC (2006-2007)

	Cresc. Real do PIB		Inv. Total (% PIB)		Rec. Públicas (% PIB)*		BTC (% do PIB)**		TT (2000=100)***	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Angola	15.3	35.3	15	13.7	46.6	37.3	10.5	4	146.6	122.7
Botswana	4.2	4.3	25.3	25.8	39.2	38.1	14.9	14.5	76	89.2
RDC	5.1	6.5	13.4	16.6	13.2	13.2	-7.5	-10.3	186.3	180.5
Lesotho	5.6	5.1	26.2	26.4	49.9	47.7	6.8	5.1	101	100
Madagáscar	4.7	5.6	21.7	21.9	11.4	11.4	-8.9	-8.6	65.4	69.9
Malawi	8.5	5.7	14.2	19.6	24.3	24.1	-7.1	-1.2	71	68
Maurícias	3.7	4.1	21.2	23.4	19.9	19.3	-5.3	-7.4	90.9	91.4
Moçambique	8.5	6.8	24.8	27.7	14.4	14.9	-10.4	-11.8	207.8	190.1
Namíbia	4.6	4.8	29.4	31.9	34.9	36.6	16.3	18.3	115.6	114
Seychelles	4.5	5	31.9	38.3	50.9	49.7	-23	-37.8	127.7	101.5
África do Sul	5	4.7	20.3	20.4	26.5	27.7	-6.4	-6.4	109.6	108.4
Swazilândia	2.1	1.2	17.2	17.2	35.7	35.8	0.7	0.7	123.3	127.9
Tanzania	5.9	7.3	23.4	24.5	13.3	13.8	-9.3	-11	47.8	50.8
Zâmbia	6	6	23.5	25	16.9	17.6	-0.4	-2.1	204.3	178.7
Zimbabwe	-4.8	-5.7	11	17.5	43.3	40.1	-3.9	-0.8	78.4	75.5
Média (SADC)	5.3	6.4	21.2	23.3	29.4	28.5	-2.2	-3.7	116.8	111.2
África Subsahariana	5.4	6.7	20.4	21.4	26.2	26.5	-0.6	-1.7	121.5	115.3

Fonte: IMF. (2007). Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, April 2007.

* Exclui os donativos

** BTC: Balança de Transacções Correntes incluindo donativos

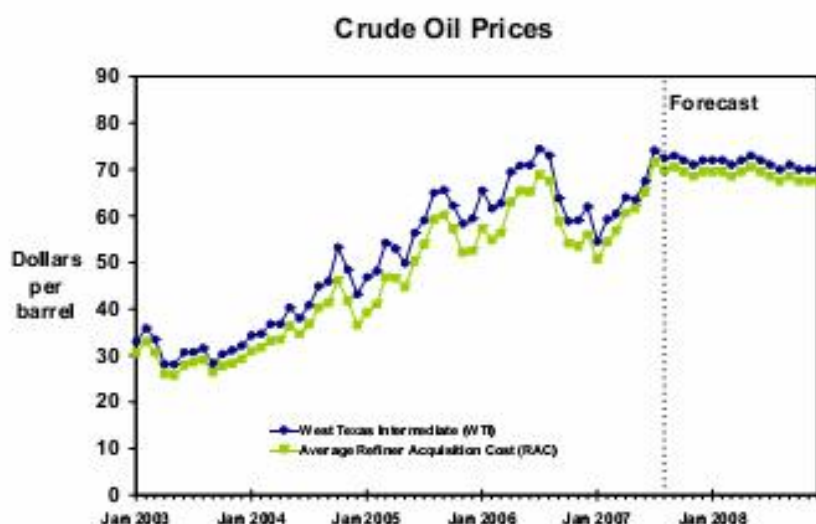
*** TT: Termos de Troca

Na região da SADC o crescimento médio anual do PIB em 2006, foi de 5,3%, 0,1pp acima da média de crescimento registado nas economias da África Subsahariana. As economias com o mais alto desempenho económico da região, em 2006, foram nomeadamente Angola com 15,3%; Malawi e Moçambique com 8,5%; Tanzania com 5,9%; e Lesotho com 5,5%. Para 2007, prevê-se que a média de crescimento

do PIB na região da SADC se situe em 6,4%, isto é, 0,3pp abaixo do crescimento médio previsto para as economias da África Subsaariana. As economias que registarão significativos incrementos no nível de crescimento do PIB em 2007, face à 2006, são nomeadamente Angola, com um incremento em 20pp; a República Democrática do Congo com 1,4pp; Madagáscar, com de 0,9pp; Seychelles e Tanzania, com 0,5pp e 0,4pp, respectivamente.

A economia moçambicana depende largamente da importação de combustível para o seu normal funcionamento. Os preços internacionais do petróleo vem registando tendência crescente deste Janeiro de 2007, devido às pressões advenientes da aumento da procura mundial e aos contrangimentos do lado da oferta impostos pelo agravamento dos custos de extracção e refinamento do crude no seio da indústria. Se estas tendências prevalecerem os preços tenderão a subir até ao final do ano, estabilizando em torno do custo médio por barril de 71 dólares americanos em 2008, contra o custo médio por barril de 67 dólares americanos, previsto para 2007¹.

Evolução do Preço do Petróleo no Mercado Internacional²



A volatilidade dos preço do petróleo no mercado internacional exigirá a tomada de medidas para o aperfeiçoamento da gestão macroeconómica doméstica por forma a assegurar o controle da inflação, a minimização dos efeitos do mesmo sobre os custos de produção e sobre erosão da base tributária.

Por outro lado, as perspectivas positivas de crescimento do PIB e das exportações por parte das economias avançadas poderão concorrer para uma certa estabilidade do Metical face ao Dólar e Euro, contribuindo para a manutenção em termos reais das despesas previstas no Orçamento do Estado.

¹ Energy Information Administration, *Short Term Energy Outlook*, September 2007. (www.eia.doe.gov)

² Extraído do Energy Information Administration, *Short Term Energy Outlook*, September 2007.

III. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O presente documento toma em consideração os 8 Objectivos de Desenvolvimento consagrados na Declaração do Milénio, assinada pelo Governo de Moçambique em Setembro 2000, que abarcam os sectores sociais, económicos e temas transversais fundamentais para a erradicação da pobreza e fome no país e no mundo até 2015.

Para cada objectivo, as Nações Unidas desenharam metas concretas monitoráveis através de indicadores quantitativos. No entanto, estas metas têm sido ajustadas ao contexto nacional para monitorar o nível de desempenho de Moçambique no que se refere aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's). Com efeito, os indicadores sugeridos nem sempre são possíveis de recolher anualmente, pelo que, nestes casos são usados como "proxy", os indicadores estabelecidos na matriz estratégica do PARPA II.

1. Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome

A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome.

A incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003. O desafio actual preconizado no PARPA II é reduzir a pobreza até 45% em 2009. Apesar dos avanços significativos em diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta e o fomento do crescimento económico (7%, para 2008) rápido, sustentável e abrangente, considerado um aspecto intrínseco ligado a este e a todos outros ODMs.

Neste contexto, importa realçar a importância dos resultados do censo populacional (realizado em Agosto 2007) para identificação do número da população moçambicana e ao conjunto de análises e estudos ligados a pobreza, determinantes para a definição de políticas e programas para o combate a pobreza.

2. Atingir o Ensino Primário Universal

A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluam um ciclo completo do ensino primário.

A escolarização primária universal continua a representar um grande desafio para Moçambique. Para alcançar este objectivo, os esforços continuarão concentrados na expansão e consolidação da rede escolar para todos níveis de ensino) de forma qualitativa, equitativa e sustentável, tratando as assimetrias regionais e assegurando que as instituições ofereçam ambientes seguros e sensíveis ao género. Em termos de cobertura escolar, espera-se que no EP1, frequentem 4.3 milhões de alunos, o que corresponde a um crescimento de 11.2% comparado a 2007. Estes alunos serão matriculados em 9.738 escolas, que representam um crescimento de 4,7% comparativamente a 2007.

Prevê-se que a taxa líquida de escolarização no ensino primário (EP1+EP2) passe de 94.1% para 97.3%. Relativamente à rapariga a taxa passará de 90.9% para 94.7%. A taxa bruta de admissão no EP2 passe dos actuais 70.7% (2007) para 75.3%.

Relativamente ao EP2, prevê-se um crescimento mais acentuado no número de alunos que irá crescer em 25,4% (24.2%, 2007) e do número de escolas que leccionam o EP2 irá aumentar para 2.217 (1.842, 2007).

3. Promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

Neste sentido, o Governo continuará a sensibilizar as comunidades para o ingresso da rapariga, no ensino com a idade oficial, de 6 anos de idade.

As previsões para 2008, apontam para a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe de 74.0% (70.0%, 2007), prevendo-se atingir 80% em 2009. A taxa de conclusão do EP2 pelas meninas estima-se em 34% (28.8%, 2006).

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A meta define a redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.

Para atingir este objectivo, é necessário que Moçambique continue a reduzir a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos de 277/1000 nados vivos em 1994 a 82/1000 nados vivos em 2015. De 1997 para 2003, registou-se uma redução da mortalidade infantil em menores de 5 anos, tendo passado de 147 para 125 por mil nados vivos. Neste domínio, os esforços estão virados para o Programa Alargado de Vacinação, através do plano multianual 2007-2009 que visa a alcançar e manter elevadas coberturas vacinais através do fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde (SNS) no provimento de imunização e outros serviços com enfoque na saúde materno infantil. Assim, as metas previstas para 2008 são 98% para a cobertura de BCG (100%, I trim.07); 98% para as taxas de cobertura VAS (97.1% 1 trim.07); 95% para DTP/Anti-pólio e HB (3ª) (97.1%, I trim.07).

Para 2008, prevê-se continuar a melhorar os cuidados aos recém-nascidos, quer através do aumento da cobertura das consultas preventivas (em 76% crianças dos 0-4 anos de idade (41.7%, I Sem.07) e 98% para crianças dos 0-11 meses (100%, I Sem.07) e da necessidade da revisão da abordagem da estratégia usada nestas consultas preventivas.

Nota-se ainda, a necessidade de realizar esforços adicionais para a expansão dos serviços TARV pediátrico a todas as capitais provinciais e distritos. Será dada ainda continuidade à expansão da Estratégia AIDI, com a inclusão desta componente do TARV pediátrico, com uma forte componente de supervisão, dado que o processo se tem mostrado muito lento.

5. Melhorar a Saúde Materna

A meta é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

Em Moçambique, as enfermidades reprodutivas são responsáveis por cerca de um quinto do total das doenças e por um terço de todos os óbitos, entre as mulheres em idade reprodutiva. A taxa de mortalidade materna (óbitos maternos/100.000 mulheres grávidas) continua a manter uma tendência crescente nos anos 2005, 2006 e 2007 (comparando o 1º semestre) sendo de 214, 253 e para 351/100000NV respectivamente. Facto que está relacionado com a melhoria do funcionamento da estratégia de redução da mortalidade materna, reflectido pela melhoria da qualidade dos registos, pelo aumento da credibilidade por parte da população às US e pela

crescente chegada de casos graves às Us. Com a expansão dos cuidados obstétricos de emergência, espera-se a subida da taxa de mortalidade, para em seguida decrescer drasticamente

Em 2008, prevê-se o aumento da taxa de cobertura de partos institucionais de 55% (50.8%, ISem.07). Para atingir esta meta, serão privilegiadas as acções de expansão de Cuidados Obstétricos Essenciais e Completos (COEB); fortalecimento do sistema de referência e reforço do planeamento familiar.

No âmbito das Consultas Pós-Parto, para além de aumentar a sua cobertura (66%), pretende-se, também, atingir uma cobertura de 85% em suplementação com vitamina "A" e de 80% em suplementação de iodo nas mulheres em idade fértil.

6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.

A pandemia do HIV/SIDA continua a ser uma das maiores ameaças ao desenvolvimento de Moçambique. Neste contexto, serão reforçadas as medidas preventivas do HIV/SIDA e ITSs, disponibilizando os preservativos em todos os serviços de ATS, SAAJ, PTV, Consultas de PF e pré-natais, Consultas externas e Cuidados Domiciliares e reforçando a ligação com as Organizações Baseadas na Comunidade no âmbito da educação sanitária para redução do impacto do HIV/SIDA.

Ainda, para alcançar este ODM, outras acções para redução do impacto da Tuberculose serão realizadas tendo em vista o aumento do acesso e melhoria da qualidade do diagnóstico e tratamento dos casos de tuberculose nos 128 distritos do País, o aumento do despiste e taxa de cura da tuberculose, reforço da implementação das actividades TB/HIV e de TB-MR e a expansão contínua da Estratégia DOTS. Para tal dar-se-á maior ênfase ao reforço do envolvimento comunitário no controlo da TB (introdução do DOTS comunitário).

No que se refere a malária, serão concebidas mensagens para a sensibilização das comunidades para o uso de redes mosquiteiras tratadas com insecticida, e com informações sobre pulverizações uma semana antes e durante a pulverização para aumentar a eficácia do Programa Nacional de Controle da Malária e será desenvolvido e implementado um plano de monitoria e avaliação integrado, prevendo-se a monitorização da eficácia terapêutica dos anti-maláricos, da resistência/susceptibilidade dos vectores da malária aos insecticidas em uso no país assim como do impacto da PIDOM sobre as populações dos vectores (comportamento e hábitos alimentares dos vectores).

Esta prevista também a realização uma reunião Anual dos Coordenadores Provinciais de HIV/SIDA/ TB/ Malária e parceiros principais e feita a supervisão integrada de serviços TARV em todas as províncias (11).

7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.

Nos últimos anos, registaram-se avanços significativos na abordagem da questão ambiental como assunto transversal. Neste contexto, há progressos na elaboração de políticas, estratégias, regulamentos para assegurar a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável enquadrados na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (aprovada em meados 2007) em todos sectores incluindo o sector de águas e saneamento.

No âmbito do acesso sustentável a água potável na zonas rurais e urbanas, serão desenvolvidas acções, na zona rural através da construção de 1500 fontes (dos quais 872 furos e 128 poços) que beneficiarão a 792.500 pessoa adicionais e a reabilitação de 500 fontes entre poços e furos elevando assim a taxa de cobertura para 48.5%. Ainda, no contexto do Quadro de Gestão Delegada, irá se prosseguir com o desenvolvimento de infra-estruturas ligadas a rede de distribuição de água para as zonas não servidas. Com as acções de construção e reabilitações previstas, serão estabelecidas 12,086 novas ligações, construídas 150 Fontenários, o que irá permitir alcançar a taxa de cobertura urbana de 45%. Paralelamente, será estabelecido um mecanismo para melhor gestão tanto dos investimentos como dos serviços de abastecimento de água fora do Quadro da Gestão Delegada, criação do AMU (Unidade de Gestão de do Património do Abastecimento de Água e Saneamento Urbano).

Na área de saneamento está previsto o prosseguimento do programa de construção de latrinas melhoradas, e adoptada uma, abordagem integrada para as áreas de saneamento, abastecimento da água e promoção de higiene. Em relação as zonas rurais, estão previstas campanhas de educação para higiene, construção de centros de demonstração, bem como a construção de 36.373 latrinas.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório, incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

O Governo irá prosseguir com acções tendo em vista o relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de desenvolvimento com vista a materialização dos seus planos e programas através de:

- i) Promoção das relações de amizade, solidariedade e cooperação com todos os Estados, baseadas no respeito mútuo pela soberania e integridade territoriais, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios;
- ii) Reforço da cooperação bilateral e multilateral com outros países e organizações internacionais através da realização e recepção de visitas a todos os níveis, do estabelecimento e/ou realização de comissões mistas e/ou consultas anuais, e através da participação em conferências internacionais;
- iii) Prosseguimento da actividade diplomática, visando a mobilização de recursos materiais e financeiros para apoiar a implementação de programas e projectos de erradicação da pobreza e assegurar o crescimento económico no âmbito da implementação do PARPA II;
- iv) Prosseguimento com a actividade diplomática para obtenção do perdão total da dívida moçambicana junto à vários parceiros internacionais, incluindo o diálogo, monitoria e avaliação no âmbito do apoio programático com os Parceiros do Apoio Programático (PAPs);

v) Desenvolvimento de actividades de divulgação, monitoria, avaliação e implementação de programas e iniciativas no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) a nível nacional, nomeadamente do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF).

III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA

Moçambique é um país com população bastante jovem, (45% da população tem a idade inferior a 15 anos). Apesar dos esforços do Governo em melhorar as condições de vida da população, alguns dos principais indicadores de prestação de serviços sociais básicos revelam que, ainda, persistem desafios neste domínio. A Taxa de Mortalidade Infantil que é de 124 por mil, a Taxa Global de Fecundidade de 5.5 filhos por mulher e, a Esperança de Vida à Nascimento de 47 anos, situam-se ainda a níveis preocupantes para o país.

Estima-se que 500 pessoas contraem novas infecções do HIV por dia no país, das quais o elevado número se regista entre pessoas seropositivas (reinfecção). As projecções mais recentes previam que em 2007 o número de novos casos de SIDA atinja 147,492 e 1,7 milhões de pessoas infectadas pelo vírus, principalmente nas faixas etárias dos 15 aos 49 anos, onde as mulheres se afiguram as mais vulneráveis. Portanto, é de crer que em 2008 a situação continue a rondar a volta destes números.

Os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir. Outra consequência do SIDA é a redução da esperança de vida ou longevidade vital da população. Num cenário de ausência do SIDA estima-se que a esperança de vida ao nascer, no país, passe de 44 anos em 1999, para 50 anos em 2010. e se considerarmos o efeito da pandemia, a longevidade vital dos moçambicanos poderá decrescer consideravelmente, no futuro.

A faixa etária mais vulnerável é a dos jovens e muito em particular as raparigas. A mortalidade causada pelo SIDA está a mudar a estrutura populacional devido a um súbito decréscimo no número de adultos acima dos 30 anos facto que tem efeitos incalculáveis no tecido sócio-económico do País.

Devido a esta pandemia, prevê-se que a população em idade escolar, bem como a que frequenta já a escola diminua, pondo assim, em causa a capacidade do sistema educativo de responder ao seu mandato de formação de capital humano com capacidade para produzir e inovar cada vez mais e assegurar o crescimento social e económico do país.

As análises das implicações do HIV/SIDA para o crescimento económico indicam que as taxas anuais de crescimento do PIB per capita estariam entre 0,3% e 1,0% mais baixas que num cenário sem SIDA, durante o período de 1997 e 2010 com efeitos mais fortes no período de 2005 a 2010. As causas principais de redução do crescimento são: (1) reduzida taxa de crescimento da produtividade, (2) reduzida taxa de crescimento populacional e de acumulação de capital humano, e (3) rácio reduzido de acumulação de capital físico.

Dependendo do tempo e da gravidade com que a pandemia do HIV/SIDA se fizer sentir ao longo dos anos, os impactos resultantes terão efeitos cumulativos danosos a longo prazo na economia nacional.

A mitigação dos efeitos da pandemia e a manutenção das condições básicas para o prolongamento da vida dos infectados, são acções extremamente importantes previstas na estratégia nacional do combate ao HIV/SIDA, para um crescimento económico sustentável e para a redução da pobreza.

Entre outras acções a desenvolver na vertente populacional importa destacar o seguinte:

- Analisar as tendências dos indicadores sócio-demográficos por distrito usando o III Censo da população e habitação;
- Participar na preparação do Inquérito aos Agregados Familiares, a ter lugar em 2008;
- Assessorar os distritos na integração das variáveis demográficas nos respectivos planos e programas de desenvolvimento.
- Promover a coordenação multisectorial e interdisciplinar na formulação e implementação de programas de intervenção que respondam às principais preocupações nacionais sobre população;
- Reforçar as actividades de Informação, Educação e Comunicação que permitam às mulheres, homens e adolescentes gerir a sua vida reprodutiva e sexual em conformidade com os seus desejos, capacidades individuais e sentido de responsabilidade cívica e social;
- Contribuir para uma distribuição equilibrada da população, tendo em conta a necessidade duma urbanização equilibrada;
- Contribuir para a melhoria da esperança de vida da população através, da expansão do acesso e da cobertura dos serviços de saúde, tanto como da melhoria da qualidade dos cuidados de saúde;
- Introduzir gradualmente, no âmbito da redução de morbilidade provocada por doenças de origem hídrica, uma abordagem integrada dos programas de abastecimento de água, de saneamento e da promoção de higiene;
- Participação na divulgação dos novos dados do impacto demográfico do HIV/SIDA ao nível do país, cuja publicação oficial está previsto para os finais do corrente ano
- Realização dos estudos sobre:
 - o ritmo de crescimento específico da população em idade de ingresso no sistema nacional de ensino e a disponibilidade de recursos;
 - o impacto da abolição da taxa de matrícula no ensino primário;
 - viabilidade para a expansão da experiência do Programa de População da Zambézia (PPZ), numa província ainda por se definir;
 - o crescimento populacional numa área de Expansão;

III.3 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

A economia nacional vem registando ritmos de crescimento económico acima da média de África, acompanhados pela estabilidade macroeconómica, não obstante o aumento continuado do preço de combustível, que dura desde 2005.

Tabela 3: Principais Indicadores Macroeconómicos

	2005	2006	2007	2008	2009
PIB (nominal; milhões de USD)	6,579	7,461	8,322	9,227	10,167
PIB (nominal; bilhões de MZM)	151,707.9	186,395	215,181	243,430	274,512
Crescimento real do PIB	8.3	8.5	7.0	7.0	7.0
Inflação Média anual (%)	6.4	13.2	5.9	5.7	5.4

Com o crescimento e estabilidade macroeconómico, prevê-se um crescimento da despesa pública. Este crescimento será suportado pelo crescimento previsto no envelope de recursos do Estado. Como se pode depreender a partir do quadro abaixo, o envelope de recursos irá crescer essencialmente devido ao crescimento acelerado dos recursos internos como resultado do alargamento da base tributária e melhoramento da eficiência na administração tributária. Em relação a componente externa irá se registar um crescimento em 2008, e um decréscimo em 2009, em proporção do PIB, passando de 20.5% em 2008 para 17.5% em 2009. Esta redução consubstancia-se numa estratégia de redução da dependência externa.

O total de recursos para 2008 é de 89,003 milhões de Meticais.

Tabela 4: Recursos e Despesas (2006-2009)

<i>(milhões de Mts)</i>	2006	2007	2008	2009
	CGE	LEI	Plano	CFMP
Total de Recursos	46,221	70,897	89,003	92,890
Recursos Internos	22,220	32,461	39,166	44,835
Receitas do Estado	27,797	32,461	38,816	44,061
Recursos Externos	24,001	38,435	49,837	48,054
Donativos	14,600	25,189	33,889	32,267
Créditos	9,401	13,246	15,948	15,787
	% PIB			
Total de Recursos	24.8%	33.7%	36.6%	33.8%
Recursos Internos	11.9%	15.4%	16.1%	16.3%
Receitas do Estado	14.9%	15.4%	15.9%	16.1%
Recursos Externos	12.9%	18.3%	20.5%	17.5%
Donativos	7.8%	12.0%	13.9%	11.8%
Créditos	5.0%	6.3%	6.6%	5.8%
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	49,342	70,896	89,003	92,890
Despesas Correntes	25,809	31,681	38,081	41,960
Despesas de Investimento	19,000	33,445	43,902	43,317
Operações Financeiras	4,532	5,770	7,021	7,613
	% PIB			
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	26.5%	33.7%	36.2%	33.6%
Despesas Correntes	13.9%	15.1%	15.3%	15.1%
Despesas de Investimento	10.2%	15.9%	16.7%	14.9%
Operações Financeiras	2.4%	2.7%	4.3%	3.5%

Assim, o Plano Económico e Social para 2008 define como principais objectivos os seguintes:

- Alcançar um crescimento económico de cerca de 7.0%.
- Conter a taxa de inflação média anual em 5.7%;
- Atingir um nível de 2,632 milhões de dólares, em exportações de bens; o que representa um crescimento de 2.0%

- Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem 4.2 meses de importações de bens e serviços;
- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando, no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente;
- Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, estradas e energia;
- Continuar com a Descentralização do Orçamento do Estado para os Distritos.

III.4 PRODUÇÃO GLOBAL

A Produção global e sectorial para 2008 aponta para um crescimento de 8.4%. Para o alcance deste resultado será determinante o desempenho esperado na agricultura, na construção e nos transportes e comunicações. O aumento da produção agrícola resultará fundamentalmente do aumento da produtividade e da expansão das áreas de cultivo em todas as culturas, nomeadamente, cereais, leguminosas e tubérculos, e com a intensificação e diversificação da produção agrícola, fomento da tracção animal e da disseminação de tecnologias de produção agrícola pela extensão rural.

É de destacar o crescimento programado na extracção mineira, com o aumento da produção nas areias pesadas de Moma, após o arranque da produção em Abril do ano em curso.

Tabela 5: Produção Global – Taxas de crescimento em (%)

PRODUÇÃO GLOBAL	2006 BL	2007 PL	2008 PL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	10.4	11.2	7.1
Agricultura	11.1	12.2	7.5
Pecuária	8.1	9.7	6.3
Silvicultura e Exploração Forestal	4.7	2.9	2.5
PESCA	-3.5	3.5	4.4
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	13.0	11.0	30.0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	3.6	3.9	4.1
ELECTRICIDADE E ÁGUA	9.9	9.0	2.9
CONSTRUÇÃO	23.6	8.0	9.0
COMÉRCIO	4.2	5.5	4.6
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	4.5	0.6	0.8
RESTAURANTES E HOTEIS	15.2	8.5	9.4
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	21.2	14.2	22.7
SERVIÇOS FINANCEIROS	2.9	2.4	3.2
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.4	2.4	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	4.8	3.5	4.9
SERVIÇOS DO GOVERNO	4.5	9.1	9.3
OUTROS SERVIÇOS	4.3	0.1	0.1
TOTAL PRODUÇÃO	9.2	7.2	8.4

Estão igualmente previstos crescimentos significativos na oferta de serviços de educação e saúde pelo Governo.

A produção global da economia tem como alicerces, o esforço conjunto do Governo, sector privado e outros agentes de desenvolvimento, no quadro da luta contra a pobreza absoluta.

III.5 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

SECTOR MONETARIO

A política monetária em 2008 será orientada tendo em vista os objectivos finais de política económica do Governo, nomeadamente, inflação e crescimento real do produto interno bruto.

Os principais objectivos intermédios da política monetária tomam por base uma expansão da oferta monetária não superior a 15.4%, um crescimento do crédito à economia em linha com o crescimento nominal do PIB, isto é, na vizinhança de 30%, em termos anuais. O programa monetário prevê ainda a constituição de reservas internacionais líquidas de USD 54 milhões, comparativamente ao valor projectado para finais de 2007, de modo que o seu saldo em Dezembro de 2008 atinja os USD 1,354 milhões, equivalentes a cerca de 4.2 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas.

A execução da política monetária continuará a privilegiar os instrumentos disponíveis nos mercados interbancários, tendo em vista assegurar uma expansão da base monetária – variável operacional da política monetária – de cerca de 11.3%, enquanto que se prevê que o Estado constitua uma poupança líquida junto do sistema bancário nacional de 1,760 milhões de Meticais, o que, comparativamente a 2007, traduz-se num maior espaço para realização de despesas públicas em sectores prioritários constantes do PARPA II e nos objectivos de desenvolvimento do milénio.

Tabela 6: Programa Monetário

	Dez-07 (Programa)	Dez-08 (Programa)
saldos em milhões de MZN, excepto RILs (Milhões de USD)		
Reservas Internas Líquidas (RILs)	1,300	1,354
Base Monetária	16,020	17,824
Crédito ao Governo (Líquido) <small>Sistema</small> – Fluxo	-532	1,760
Dinheiro e Quase-Dinheiro (M3)	62,253	71,854
Crédito a Economia <small>Sistema</small>	35,947	46,773
variação anual (em percentagem)		
Dinheiro e Quase-Dinheiro (M3)	16.2	15.4
Base Monetária	8.7	11.3
Crédito a Economia <small>Sistema</small>	31.1	30.1

Associado à estabilidade macroeconómica, a política monetária e financeira orientará esforços visando consolidar a estabilidade do sector financeiro, a melhoria da eficácia do sistema nacional de pagamentos e maior operacionalidade dos mercados interbancários. Neste quadro, para 2008 estão previstas as seguintes acções de carácter estrutural:

- Continuar a aprofundar as reformas nos mercados interbancários, nomeadamente, monetário e cambial, modernizando os seus instrumentos e produtos, principais meios de execução da política monetária, de forma a

assegurar maior eficácia na regulação da liquidez, facto indispensável para o controlo da inflação;

- No âmbito da supervisão do sistema, continuar a dar prioridade as acções inseridas no quadro do reforço da estabilidade do sistema financeiro, tomando como base as melhorias registadas ao longo dos últimos anos nos rácios de gestão prudencial
- No quadro da estratégia da bancarização do país, continuar a criar condições que permitam uma rápida expansão dos serviços e instituições financeiras para as zonas rurais do país e a persuadir as instituições de crédito para ajustarem-se as perspectivas das autoridades, tirando benefícios dos incentivos já divulgados no ano de 2007 pelas autoridades.
- Prosseguir com a implementação dos padrões internacionais de relatórios financeiros a nível do sistema financeiro.
- Continuar a consolidar a estratégia de política monetária de médio e de longo prazo e o modelo de comunicação com o público já em curso, visando uma maior aproximação às práticas internacionais sobre a matéria;
- A nível regional, contribuir para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica definidos na SADC sejam alcançados, particularmente no que se refere à inflação, harmonização de procedimentos e quadro legal que governa os bancos centrais da região.

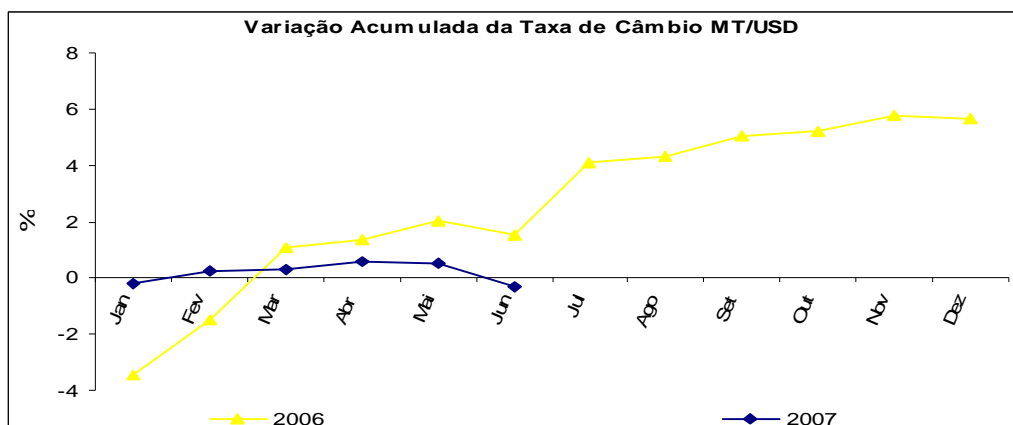
Taxas de Câmbio

A moeda nacional registou, face a Dezembro de 2006, uma apreciação relativamente ao dólar e ao rand.

A taxa de câmbio em relação ao dólar, situou-se em 26,1 MT/USD em Junho de 2007, contra 26.2 MT/USD registado em Dezembro de 2006, o que representou uma apreciação acumulada de 0.3%.

Tabela 7: Mercado de Câmbios – Cotação do Metical face ao Dólar Americano

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO DOLAR AMERICANO												
ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2005	18.8	18.4	19.6	20.0	23.5	24.5	24.6	24.5	24.6	25.5	28.1	24.8
2006	23.9	24.4	25.0	25.1	25.3	25.1	25.8	25.8	26.0	26.0	26.2	26.2
2007	26.1	26.2	26.2	26.3	26.3	26.1						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2005	-2.9	-5.0	1.1	3.3	21.6	26.5	26.9	26.7	27.2	32.0	45.2	28.0
2006	-3.4	-1.5	1.1	1.4	2.1	1.5	4.1	4.3	5.0	5.2	5.8	5.7
2007	-0.2	0.3	0.3	0.6	0.5	-0.3						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2005	-20.7	-22.9	-18.0	-16.2	-0.9	4.4	6.5	8.1	10.6	21.6	38.6	28.0
2006	27.3	32.7	28.0	25.6	7.4	2.8	5.0	5.4	5.7	2.0	-6.8	5.7
2007	9.2	7.5	4.9	4.9	4.1	3.7						



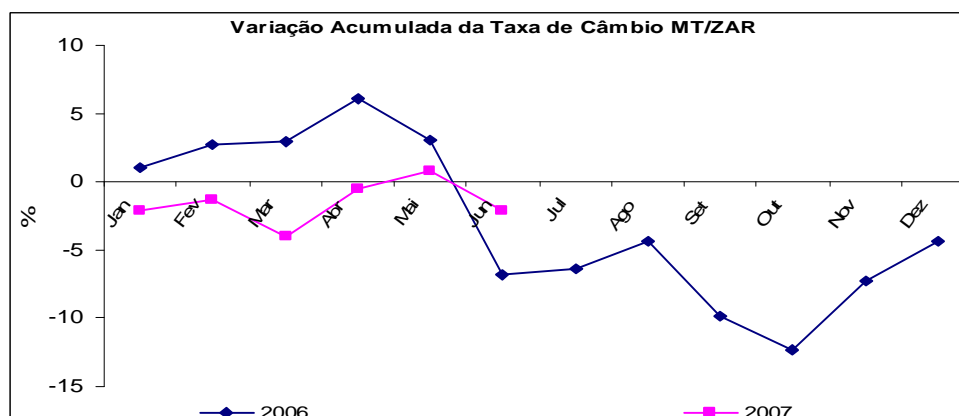
De referir que a taxa média do Metical face ao dólar situou-se em 26.2 MT/USD contra a média do semestre de 2006, de 24.8 MT/USD.

Relativamente ao rand, o Metical registou uma apreciação acumulada de 2.1%.

Tabela 8: Mercado de Câmbios – Cotação do Metical face ao Rand

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO RAND

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/ZAR												
2005	3.16	3.06	3.25	3.25	3.73	3.62	3.67	3.79	3.87	3.89	4.22	3.89
2006	3.93	3.99	4.00	4.12	4.01	3.62	3.64	3.72	3.51	3.41	3.61	3.72
2007	3.64	3.67	3.57	3.70	3.75	3.64						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2005	-6.7	-9.8	-4.1	-4.2	9.9	6.8	8.1	11.8	14.2	14.6	24.3	14.6
2006	1.0	2.7	2.9	6.0	3.1	-6.8	-6.4	-4.3	-9.9	-12.3	-7.3	-4.4
2007	-2.1	-1.3	-4.0	-0.5	0.8	-2.1						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2005	-9.8	-13.3	-10.0	-11.5	5.9	0.5	-1.5	5.0	12.3	15.8	24.7	14.6
2006	24.1	30.5	23.0	26.9	7.6	0.0	-0.7	-1.9	-9.5	-12.2	-14.5	-4.4
2007	-7.3	-8.1	-10.8	-10.3	-6.5	0.5						



Em termos médios, a taxa de câmbio MT/ZAR situou-se em 3.95 MT/ZAR, ou seja, uma apreciação média do Metical de 7.3%.

III.6. INFLAÇÃO

Para 2008, prevê-se que a inflação se situe na banda de um dígito, atingindo em média 5.7%.

Os dados referentes ao período de Janeiro a Julho de 2007, indicam que a taxa acumulada de inflação, medida pelo índice de preços *MaBeNa* (compilação

conjugada dos Índices de Preços das três grandes cidades do País Maputo, Beira e Nampula) foi de 4,19%. Contribuíram para o nível registado, os produtos da classe Alimentação e Bebidas não alcoólicas, com 2,37% pontos percentuais positivos.

Tabela 9: Inflação

		Variação Acumulada do IPC												
		Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maputo	2006	1.8	4.4	5.9	6	4.84	4.64	4.17	4	4.9	5.6	7.16	9.4	
	2007	0.7	0.6	1.6	2.8	3.83	3.71	3.92						
Beira	2006	3.7	4.7	3.6	2.5	2.52	2.82	2.89	3.5	4.2	4.5	4.98	8.7	
	2007	2.5	4.9	6.1	6.2	6.6	3.67	3.25						
Nampula	2006	2.4	4.9	3.6	2.3	-0.5	-1.1	-0.7	0.3	2.3	2.3	3.99	5.5	
	2007	1.7	5.7	3.8	3.8	3.31	4.67	5.47						
MaBeNa	2006	2.4	4.6	4.8	4.2	2.83	2.64	2.64	2.8	3.9	4.5	5.79	8.1	
	2007	1.4	2.8	3.2	3.8	4.31	3.96	4.19						

Para a Inflação acumulada da *Cidade de Maputo*, de cerca de 3,92% em Julho, a classe de produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas contribuiu no total da inflação acumulada com 1,88 pontos percentuais positivos, onde o Pão, a Cebola, a Lenha, o Arroz, o Peixe fresco, os Medicamentos e o Amendoim foram os produtos cujo agravamento de preços teve maior impacto no total da inflação acumulada.

Na *Cidade da Beira*, o agravamento acumulado de preços situou-se na ordem dos 3,25%, sendo as divisões da Alimentação e Bebidas não alcoólicas e da Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros combustíveis, as que mais se evidenciaram no total da inflação acumulada registada. Os produtos com maior impacto na tendência registada, foram a Cebola, a Banana, o Carvão Vegetal, o Camarão seco, o Gás de cozinha, a Água canalizada, a Carne de Vaca de 1ª limpa. De referir que nos meses de Junho e Julho registou-se uma tendência de deflação.

De Janeiro a Julho de 2007, a Cidade de Nampula teve um aumento de preços na ordem de 5,47%. Os produtos com maior impacto na tendência registada foram o Peixe seco, a Batata-doce, o Camarão fresco, o Carapau, a Mandioca seca, o Coco e a Lenha. A sua contribuição no total da inflação acumulada atingiu 4,28 pontos percentuais positivos.

III.7. BALANÇA DE PAGAMENTOS

Estimativas preliminares para 2008 indicam que as exportações registarão um valor de USD 2,632 milhões, o que comparativamente ao valor projectado para finais de 2007 revela um crescimento de 2%. Este crescimento resulta de um maior dinamismo das exportações de produtos tradicionais em que se perspectiva um crescimento de 6%, compensando, deste modo, a estagnação das exportações dos grandes projectos

No que diz respeito aos produtos tradicionais destaque vai para:

- Algodão, face a maior procura pela fibra natural produzida por Moçambique, associado às expectativas de aumento do preço no mercado internacional;

- Madeira processada, em substituição parcial da madeira em toros, o que vai conferir valor acrescentado no mercado internacional;
- Açúcar, previsão de aumento do volume de exportações para o mercado internacional livre, com as reformas impostas pela União Europeia;
- Tabaco processado, em complemento do tabaco em bruto, o que vai conferir maiores ganhos no mercado internacional;
- Castanha e amêndoa de caju, com as perspectivas de aumento da produção deste sector;

Por seu turno, as importações projectadas para 2008 registarão um aumento de 5%, atingindo um montante total de USD 3,274 milhões, como resultado da redução das importações dos grandes projectos em 4% e aumento das importações dos outros sectores da economia em 7%. As projecções apontam para a queda do peso das importações dos grandes projectos para 19% (USD 607 milhões) em 2008 contra 20% (USD 630 milhões) previstos para o final de 2007.

Prevê-se um aumento nas importações de outros sectores da economia, devido aos seguintes factores:

- Aumento das importações de matérias-primas e bens intermédios, em especial de combustíveis, como resultado da subida do preço de combustíveis no mercado internacional conjugado com o aumento do volume importado tanto para o consumo doméstico bem como para atender à demanda feita por países da região austral de África;
- Aumento de importações de bens de consumo, com destaque para medicamentos (em particular os associados aos programas de combate a pandemia do HIV/SIDA).

Tabela 10: Balança Comercial – 10⁶ USD

Descrição	2007 Projecções	2008 Projecções
Balança Comercial	-539.0	-642.0
Exportações	2580.0	2632.0
das quais: Grandes Projectos	1719.0	1719.0
Importações	-3119.0	-3274.0
das quais: Grandes Projectos	-630.0	-607.0

No que concerne à dívida externa, prevê-se que o sector público contraia financiamento num montante total equivalente a USD 329 milhões em 2008 depois de USD 335 milhões previsto para 2007 (redução da responsabilidade líquida em USD 6 milhões), enquanto que se espera que o sector privado possa contrair empréstimos da ordem de USD 244 milhões (mais USD 26 milhões) e reembolsar USD 310 milhões (mais USD 20 milhões comparativamente ao que se prevê para 2007).

Relativamente ao fluxo líquido de investimento directo estrangeiro, prevê-se para 2008 um crescimento em USD 5 milhões, comparativamente ao previsto para 2007, esperando-se uma entrada líquida de recursos da ordem de USD 304 milhões, determinado, em parte, pelas transacções dos grandes projectos.

IV. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO POR PILAR

IV.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A. AGRICULTURA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

As previsões de áreas cultivadas e produção agrícola apresentadas neste documento são preliminares, dado que o prognóstico da estação chuvosa para a campanha 2007/08 é feito no mês de Setembro com base nas previsões meteorológicas da Southern Africa Regional Climate Outlook Forum (SARCOF) e pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INAM)

Estimativas preliminares indicam um crescimento de 7.5% na produção agrícola global. O sector familiar irá registar um incremento de 7.1%.

O aumento prognosticado deve-se, fundamentalmente, ao aumento previsto na produtividade e nas áreas de cultivo das culturas alimentares e na cana de açúcar.

Tabela 11: Produção Agrícola Global (Taxas de crescimento em %)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Taxas de Crescimento em %)			
	2006 BL	2007 PL	2008 PL
TOTAL	11.1	12.2	7.5
EMPRESARIAL	21.6	5.1	12.0
FAMILIAR TOTAL	10.2	12.9	7.1
FAM. COMERCIALIZADO	13.1	17.9	5.1
AUTOCONSUMO	8.4	9.8	8.5

Tabela 12: Produção Agrícola do Sector Familiar (toneladas)

Culturas	Campanha 2006/07		Campanha 2007/08		Variação	
	Área '000 ha	Produção '000 ton	Área '000 ha	Produção '000 ton	Área %	Prod %
Milho	1,505	1,579	1,546	1,709	2.7	8.2
Mapira	558.0	348	569	380	2.0	9.2
Mexoeira	101	45	104	53	3.0	17.8
Arroz (casca)	204	196	210	213	2.9	8.7
Total Cereais	2,368	2,168	2,429	2,355	2.6	8.6
Feijões	471	225	481	255	2.1	13.3
Amendoim	323	141	330	155	2.2	9.9
Total leguminosas	794	366	811	410	2.1	12.0
Mandioca	1,150	8,160	1,173	8,847	2.0	8.4
Total	4,312		4,413			

Para a campanha agrícola 2007/2008, a produção de cereais do sector familiar, apurada pelo Sistema de Aviso Prévio, prevê-se que seja de 2,355,000 toneladas, contra 2,168.000 toneladas da campanha anterior, o que corresponde a um crescimento de 8.6%. As leguminosas (feijões e amendoim), deverão atingir um volume de 410 mil toneladas, crescendo assim em 12.0% em relação às 366 mil

toneladas da campanha anterior. A produção da mandioca prevê-se que cresça em 8.4%, atingindo 8.847 mil toneladas, contra 8,160 mil toneladas registadas na campanha anterior

Tabela 13: Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar (Taxa de crescimento em %)

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR
(Taxas de Crescimento em %)

DESIGNAÇÃO	2006 BL	2007 PL	2008 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	-1.7	11.6	18.3
Castanha	-39.8	19.4	14.3
Algodao	46.3	10.0	10.6
Copra	8.3	0.0	0.0
Cana de açúcar	-8.3	10.3	41.1
Citrinos	6.7	16.7	3.7
Cha folha	0.0	0.0	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	33.3	27.6	4.3
Milho	16.4	2.8	6.5
Arroz Casca	24.8	10.9	6.3
Mapira	97.1	0.0	7.3
Mandioca	11.1	5.6	6.6
Amendoim descascado	13.7	5.2	7.8
Feijao	90.0	6.9	7.4
Hortícolas	28.8	96.0	0.8
Cebola	23.9	11.0	0.5
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	10.2	0.2	0.1
Tabaco	-9.2	0.0	0.0
Tomate	93.7	0.7	0.2
TOTAL	14.9	14.2	6.9

Como corolário dos aumentos previstos na produção, a comercialização agrícola global registará um crescimento de 6.9%. Cerca de 70% do aumento previsto na comercialização, resultará da comercialização de produtos de exportação, fundamentalmente da cana de açúcar, atingindo um crescimento de 18.3%.

Está programada a expansão de 16.5% das áreas de cultivo da cana, o que resultará num crescimento da produção de 41.1%. Neste contexto, a produção industrial do açúcar pelas fábricas Marromeu, Mafambisse, Xinavane e Maragra, registará um crescimento de 36.2%, atingindo 272.345 toneladas de açúcar.

A produção e comercialização da castanha de caju atingirá 85 000 Ton contra cerca 74.397 Ton da campanha de 2007, representando um crescimento em cerca de 14.3%. Prevê-se que este crescimento seja acompanhado pela expansão da capacidade da indústria de processamento do caju, sobretudo na zona norte, que atinirá 40 000 Ton, absorvendo um total de 7 000 trabalhadores.

A previsão do crescimento da produção da castanha é devido, igualmente às adequadas práticas culturais e do resultado de gestão de pragas e doenças.

A estimativa de produção e comercialização do algodão indica um crescimento de 10.6%, e atingirá 125 000 toneladas de algodão-carço contra 113 000 toneladas de 2007. Com este volume de produção, prevê-se obter do descaroçamento, cerca de 47.500 toneladas de fibra. O crescimento previsto nos citrinos espelha o impacto dos

serviços de extensão, que tem divulgado técnicas para melhorar a qualidade comercial de fruteiras e divulgação de conhecimentos sobre o funcionamento de mercados para as frutas, assim como atracção de investimento privado para o desenvolvimento de indústrias de agro -processamento de frutas.

Tabela 14: Comercialização do Sector Familiar (Taxas de crescimento em %)

COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR			
(Taxas de Crescimento em %)			
DESIGNAÇÃO	2006 BL	2007 PL	2008 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	-0.3	13.7	11.4
Castanha	-39.8	19.4	14.3
Algodao	44.9	11.2	10.4
Cana de açúcar	66.7	166.7	18.8
Citrios	0.0	0.0	
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	33.9	34.4	5.1
Milho	20.8	3.5	8.0
Arroz Casca	35.8	14.3	8.0
Mapira	119.1	0.0	8.0
Mandioca	14.6	7.1	8.3
Amendoim descascado	14.1	5.3	8.0
Feijao	97.1	7.4	7.9
Hortícolas	6.5	153.7	0.5
Cebola	18.5	4.3	0.6
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	-4.4	0.1	0.0
Tabaco	-10.6	0.0	0.0
Tomate	281.6	2.1	0.5
TOTAL	13.1	17.9	5.1

A comercialização de produtos básicos alimentares irá registar um crescimento global de 4.3%, sendo 5.1% para o sector familiar.

No sector familiar, irão se registar crescimentos significativos na comercialização de produtos alimentares, com destaque para a Mandioca que passará de 120,000 Ton em 2007 para 130,000 Ton em 2008. A comercialização do milho projecta-se que seja de 318,600 Ton contra 295,000 Ton de 2007. Relativamente à comercialização do arroz, o plano é de 21,600 Ton para o ano de 2008. A comercialização do Amendoim será de 43,200 Ton, representando um crescimento de 8.0%. Para estes resultados, serão determinastes as acções com vista o fomento da produção e comercialização agrícola.

Tabela 15: Produção Pecuária (Taxa de crescimento em %)

Descrição	2007 PL		2008 PL	
	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.
Gado Bovino	8.0	8.0	7.2	7.2
Gado Suino	0.0	0.0	0.6	0.6
Aves vivas	5.7	33.1	9.9	14.0
ovos frescos	2.4	1.5	2.4	6.6

As projecções da pecuária para o ano de 2008, baseiam-se no aumento do número de criadores no sub sector, surgidos com a implementação do programa de fomento pecuário, levado a cabo pelo Governo e outros intervenientes no País.

Assim, a estimativa do efectivo de bovinos é de 1,750,000 cabeças para o ano de 2008, o que representará um aumento de 7.2% face a 2007.

Tabela 16: Efectivos Pecuários

Espécie	Real 2004	Real 2005	Real 2006	Estimativa 2007	Proposta 2008	T.C.%
Bovinos	1,270,000	1,400,000	1,512,000	1,632,960	1,750,000	7.17
Suínos	1,420,000	1,631,000	1,639,000	1,648,000	1,658,000	0.61
Caprinos	5,655,000	4,943,000	5,077,000	5,214,000	5,500,000	5.49
Galinhas	19,600,000	20,405,000	20,956,000	21,522,000	22,000,000	2.22

Os suínos continuam a ser criados em pequenas explorações, como resultado da prevalência da Peste Suína Africana, determinando a relativa estagnação dos seus efectivos.

No que concerne à produção de leite, serão produzidos cerca de 1,700,000 litros, correspondendo a um aumento de 15.4% em relação a 2007 (1,473,000 litros).

O sector de silvicultura e exploração florestal registará um crescimento de 2.5% no global, esperando-se que a produção empresarial de madeira em toros cresça em 3%, atingindo 152,332 m³. Este crescimento irá ditar, por seu turno, um crescimento nas indústrias de processamento da madeira, nomeadamente de Madeira serrada, Parquete, Contraplacado e Folheados. Este aumento justifica-se pelo aumento da procura dos produtos florestais nos mercados interno e externo.

MEDIDAS DE POLÍTICA

A Revolução Verde em Moçambique visa incrementar os níveis de produção e produtividade agrária através do uso de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, tecnologias de produção adequada à realidade local, mecanização agrícola, incluindo a tracção animal, construção e exploração de represas para a irrigação e para o abeberamento de gado, entre outras acções. Trata-se de uma estratégia multidimensional de combate contra a fome e a pobreza e tem como **meta final o aumento da produção e produtividade agrária de forma competitiva e sustentável.**

Tendo em conta as oportunidades e os principais constrangimentos existentes no desenvolvimento do sector agrário, as linhas de força para a implementação da **Revolução Verde** assentam nos seguintes pilares básicos:

- a. Recursos Naturais (terra, água, florestas e fauna bravia);
- b. Tecnologias melhoradas;
- c. Mercados e Informação actualizada;
- d. Serviços Financeiros;
- e. Formação do Capital Humano e Social;

Em 2008 o sector da agricultura no âmbito da **Revolução Verde** irá centrar as suas actividades em 3 objectivos estratégicos, nomeadamente, o aumento da produtividade e da produção para garantir a segurança alimentar; o aumento da renda e da competitividade dos produtores e assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais.

Neste contexto estão previstas as seguintes acções:

No âmbito de aumento da produtividade e produção para garantir a segurança alimentar

Nas áreas de investigação prevê-se libertar novas variedades, a disseminação de novos pacotes tecnológicos, entre outras acções, conforme se descreve a seguir:

Acções previstas no Sector da Investigação

Acção	Meta
Nº de variedades novas libertas	5
Nº de pacotes tecnológicos novos libertos	6
Nº de pacotes tecnológicos para o controlo integrado de pragas e doenças por cultura libertos	3
Nº de tecnologias e pacotes tecnológicos disseminados	7
% de famílias que irão receber material de plantio melhorado	12,5%
Nº de pacotes tecnológicos para o melhoramento de fertilidade e conservação de solos	2
Nº de espécies com novos métodos de propagação identificados	1
Nº de amostras de germoplasma recolhidas e conservadas	160
Nº de espécies madeireiras com taxas de crescimento (dados preliminares)	2
Nº de sistemas sivilculturais estabelecidos	1
Nº de cartas de avaliação de Recursos de terra	10

Nota: O material de plantio melhorado refere-se as ramas de mandioca e batata-doce. Serão cobertas cerca de 412,500 famílias representando 12.5%.

Melhorar a disponibilidade de insumos agrícolas:

Na área de sementes, prosseguirá a reactivação da sua cadeia de produção com vista a garantir a disponibilidade e acesso de semente de qualidade e de variedades melhoradas.

- No âmbito de produção local de sementes espera-se produzir 8.100,5 ton de sementes de cereais; 2.984,5 ton de leguminosas, 150 ton. de oleaginosas e 1.092 ton de batata-reno, num total de 2.990 ha de área.
- No apoio à produção comercial prevê-se uma contribuição em 2.600 ton. de cereais e 825 toneladas de feijões, num total de 1162 ha.
- Treinar um total de 75 técnicos, incluindo agricultores seleccionados em metodologia de produção local de sementes, distribuídos por Niassa (7), C. Delgado (7), Gaza (7) e Maputo (7), Nampula (6) e Inhambane (6): Zambézia (4), Manica (4) e Sofala (4) e Tete (3).

Tabela 17: Produção de Sementes por Área (ha)

Províncias	Milho	Arroz	Mapira	F Vulgar	F nhemba	Gergelim	Soja	Amend.	Giras.	B reno
Cabo Delgado	84	17	13		54	20	18	27		
Niassa	100	75		80	30			50		
Nampula	77	10	17	58		15		120		
Zambézia	100	100		30	15					
Tete	80		30	50	15					30
Manica	75		50	50	10		20	5	15	15
Sofala	112	25	80	108		3		83		20
Inhambane	220	50			15			109		26
Gaza	70	30	20							
Maputo	120	85		130	15			30	40	
Área total da produção local	1.038	392	210	506	154	38	38		55	91
Área total de prod Comercial	400	150		250	100			262		
Área Total da Produção de Sementes	1438	542	210	756	254	38	38	686	55	91

Na área de divulgação e disseminação de tecnologias agrárias:

- Assistir cerca de 258.300 produtores em serviço de extensão em todo país, onde 32.500 famílias irão se beneficiar de material de plantio melhorado.
- Transmissão de cerca de 260 horas de programa de rádio com mensagens de extensão e disseminação de 7 pacotes tecnológicos;

Sanidade animal e vegetal:

- Implementar o programa de controlo da lagarta do amendoim através de treinamento/reciclagem de 60 provedores de serviços e disponibilização de pesticidas nas províncias afectadas pela praga.
- Controlo biológico do Caruncho Grande do milho beneficiando cerca de 15000 famílias nas províncias de Manica (9,000) e Tete (6,000).
- Implementar o projecto de contenção de amarelecimento letal do coqueiro nas províncias da Zambézia e Nampula, a beneficiar cerca de 5 000 famílias
- Emitir 2,000 licenças e 3,000 certificados fitossanitários no âmbito da importação e exportação de produtos vegetais respectivamente, sendo as Licenças distribuídas por Maputo Província (1,000), Sofala (500) e Nampula (500) e os Certificados em Maputo (1,500), Sofala (750) e Nampula (750)
- Treinar 100 técnicos, entre extensionistas, técnicos da sanidade vegetal, funcionários fronteiriços, produtores, em matérias de manejo de pragas e doenças.
- Tratar cerca de 4,5 milhões de árvores de cajueiros em todo o país contra pragas e doenças, assegurando, deste modo, o financiamento e a aquisição e distribuição atempada dos pesticidas.

Na área da **monitoria e controlo das pragas:**

- Efectuar 47 prospecções fitossanitárias e controlo das pragas migratórias e ratos nas zonas de eclosão, nomeadamente, gafanhoto vermelho (Sofala e Niassa), lagarta invasora (Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado, Gaza e Maputo), pardal de bico vermelho (Gaza e Maputo) e ratos (Gaza, Cabo Delgado e Maputo).
- Monitoria e controlo de amarelecimento letal do coqueiro (Zambézia, Nampula e Cabo Delgado), virose do tomateiro (Gaza e Maputo), lagarta mineira do amendoim (Inhambane, Gaza e Maputo).

Na provisão de serviços de assistência veterinária:

No âmbito de assistência veterinária as vacinações obrigatórias constituirão prioridade do MINAG, através dos seus serviços provinciais e distritais com o seguinte plano de distribuição:

Tabela 18: Plano de Vacinação de Animais

Vacinas	Animais Vacinados
Carbúnculo Hemático	883.186
Carbúnculo Symptomatic	351.564
Brucelose	81.818
Febre Aftosa	511.517
Dermatose Nodular	387.225
Newcastle Sector Familiar	3.100.000
Raiva	132.818
Febre do Vale do Rift	12.389
Tuberculina	144.532

Construção e reabilitação infra-estruturas agrárias:

- Expansão de áreas irrigadas através de reabilitação ou construção de cerca de 3,446 ha nas Províncias da Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo

Tabela 19: Distribuição de regadios (ha) a serem reabilitados por Província.

Províncias	N.º de hectares de regadios por Província	Total por província
Zambézia	246	246
Inhambane	340	840
	500	
Gaza	800	1660
	500	
	360	
Maputo	200	700
	500	
Total	3,446	3,446

Na Componente da Unidade de Desenvolvimento da Horto-fruticultura, prevê-se a montagem de duas (2) estufas para fruteiras e duas (2) para hortícolas o que permitirá a produção e venda anual de 20.000 mudas de diversas fruteiras e de 16.500.000 plântulas de hortícolas de variedades comerciais e livres de pragas e doenças, a beneficiar cerca de 600 produtores numa área estimada de 400 ha.

- Na Componente de Infra-estruturas da Cadeia de Valor da Horto-fruticultura prevê-se a construção ou reabilitação das seguintes infra-estruturas:

Tipo de Infra-estrutura	Capacidade	Local
Entrepasto Comercial	36.500 ton	Cidade da Mazola
Central de Frio	14.600 ton	Moamba
Construção/ Reabilitação de pequenos sistemas de irrigação beneficiando 500 agricultores	350	

Hortícolas

Neste contexto, as intervenções irão cingir no seguinte:

- Construção de estufas com capacidade de produzir 76,800 plântulas em cada ciclo de 40 dias nas cinturas verdes das grandes cidades, nomeadamente em Maputo, Beira, Nampula e Pemba.
- Capacitação dos técnicos produtores e associações de camponeses de conhecimentos e aptidões para uma produção de plântulas de qualidade e hortícolas diversas em moldes intensivos.
- **Na área do Caju prevê-se:**
- Plantio de mudas enxertadas de cajueiro, num total de 1,256,000 para a substituição de pomares velhos e ampliação dos pomares actualmente existentes,
- O maneiço integrado de pragas e doenças (podas, limpezas, etc.) incluindo o controle químico

Tabela 20: Plano de produção de mudas de cajueiros

Províncias	Plano
Cabo Delgado	200,000
Nampula	600,000
Zambézia	150,000
Sofala	31,000
Manica	30,000
Inhambane	100,000
Gaza	100,000
Maputo	45,000
Total	1,256,000

No Sector Algodoeiro

- Implementar o programa piloto de tracção animal nas zonas algodoeiras com uma cobertura de cerca de 60% das empresas algodoeiras, beneficiando

directamente cerca de 1000 famílias e indirectamente cerca de 3000 famílias produtoras de algodão, na produção não só algodão, mas também noutras culturas alimentares e de rendimento com recurso à tracção animal multifuncional, nos distritos de Morrumbala - Zambézia, Inhangoma - Tete e Inharime em Inhambane.

- Colaborar no programa de produção de comida nas zonas algodoeiras, nomeadamente através do programa de diversificação e aplicação de boas práticas agrícolas nas zonas algodoeiras, beneficiando um total de 80.000 famílias e monitorar o uso de boas práticas agrícolas em todas empresas do ramo.
- Estender a implementação do programa piloto de manejo integrado de pragas na cultura do algodão para mais áreas algodoeiras.
- Implementar o treinamento às empresas algodoeiras em produção de sementes; Programa de pesquisa aprovado e em implementação, contemplando melhoramento, IPM e sistemas de produção; 300 há de multiplicação de semente semeados

Jatropha Curcas

Neste âmbito, as acções serão desencadeadas durante a campanha agrícola 2007/08 são:

- Expandir as áreas de produção e adoptar práticas culturais que permitem uma maior produção e produtividade;
- Promover campanhas para a divulgação das acções de produção, comercialização e agro-processamento da jatropha, enaltecendo a importância do desenvolvimento desta cultura.

Fruteiras

- Prevista a produção de 971.000 fruteiras nas Províncias de Nampula, Tete, Manica e Maputo.

Fomento pecuário, tracção animal

- Aquisição e distribuição em todo o país, de 2.800 efectivos Bovinos, sendo 1.600 para o fomento e 1.200 para Tracção animal e 12.000 caprinos.

Tabela 21: Distribuição de Animais de Fomento e de tracção Animal por província

Província	Bovinos de Fomento	Caprinos de Fomento	Bovinos de Tracção Animal
Niassa	150	1,200	130
C. Delgado	170	1,500	130
Nampula	180	1,700	135
Zambézia	171	980	100
Tete	0	0	120
Sofala	190	1,720	130
Manica	190	1,300	100
Inhambane	190	1,200	125
Gaza	180	1,300	110
Maputo	179	1,100	120
Total	1,600	12,000	1,200

Fonte: MINAG

Promover um serviço de informação sobre oportunidades de mercado:

No âmbito de divulgação das oportunidades de investimento no sector agrário, prevê:

- Criação de uma base de dados sobre o sector comercial agrário;
- Criação de um sector para o atendimento de investidores e desenho de uma página na Internet para divulgação de oportunidades de negócios, tendo como meta atingir 250 potenciais investidores durante o ano;
- Desenho e implementação do Programa de Incubação de Negócios, com uma meta de dez (10) empreendedores agrários incubados;
- Fortalecer as ligações entre os intervenientes, por via da Produção por Contrato de oleaginosas (girassol, milho e soja), beneficiando duas empresas fabricantes de óleos e sabões, com a participação de vinte (20) médios e grandes agricultores e mil (1.000) pequenos agricultores. A produção esperada neste Programa é: 850 ton de Girassol, 775 ton de Soja e 2500 ton de milho.

Sector do Arroz

As acções estarão centradas no estabelecimento dos mecanismos necessários para a operacionalização e na coordenação e monitoria da implementação do Plano de acção do arroz ao nível local.

As actividades prioritárias a serem promovidas são as seguintes:

- Actualização do Mapeamento das zonas de produção do arroz;
- Pesquisa de sementes e elaboração de um sistema de produção e certificação da semente;

- Promoção e fortalecimento dos fóruns de coordenação central (Grupo Consultivo do Arroz) e provinciais.

No sector do Coco

- Mitigação da Doença de Amarelecimento Letal (DAL) através de remoção das plantas infectadas e replantação com variedades mais resistentes ou tolerantes à DAL. Espera-se abater cerca de 60.000 coqueiros infectados/mortas e replantar 30.000 coqueiros em 2008.

No sector do Trigo

- Apoio em cinco projectos de experimentação de produção de variedades da semente de trigo, nas províncias de Maputo (Manhiça), Gaza (Manjacaze), Manica (Manica), Tete (Angónia) e Niassa (Lichinga), numa área de 50 ha em cada província, que servirão de base para a disseminação de tecnologia de produção;
- Fomento da produção de cerca de 7,500 toneladas através da implementação de projectos de produção por contrato, envolvendo agricultores e empresas processadoras, nas Províncias de Manica, distritos de Bárúè (26 ha), e Sussudenga (63 ha) ; Tete no distrito de Tsangano (4,316 ha); e Gaza nos distritos de Chókwè (100 ha), Chibuto (50 ha), e Xai-Xai (50 ha);

No âmbito de apoio, criação capacitação e organizações de produtores:

- Serão assistidas e capacitadas pelos serviços de extensão, 3.050 Associações de produtores, 800 escolas do EP1 e EP 2.

No melhoramento do acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável são previstas as seguintes acções:

- Levantamento e inventariação da ocupação, uso e aproveitamento da terra em todas as Províncias na razão de 2 distritos por cada província.
- Simplificar e consolidar os procedimentos de autorização de direito de uso e aproveitamento de terra, tramitando 95% dentro do prazo previsto, com vista a melhorar o acesso aos recursos naturais.
- Avaliar a implementação de 25 planos de Maneio nas concessões Florestais, em C. Delgado (7), Nampula (3), Zambézia (5), Sofala (7), e Inhambane (3ha)
- Analisar e aprovar 146 processos de Concessões e 100 Planos de maneio florestal em todo o país com excepção da província de Maputo.
- Canalizar os 20% das taxas de exploração florestal à 290 comunidade beneficiárias, a nível Nacional.
- Garantir o estabelecimento de plantações florestais em 5.000 ha em todo o país para vários fins (energéticos, industriais e conservação) .
- Digitalizar o Cadastro Nacional de Terras, com vista a integrar no sistema 2000 parcelas, 1500 processos e 3 instituições.
- Elaborar 2 planos e 2 mapas de Zoneamento do território nacional e criar reservas de Estado.

- Monitorar e avaliar 128 indústrias de processamento de Madeira em todo o país.
- Formar 56 fiscais e ajuramentar 21 fiscais comunitários, privados e caçadores a nível nacional.
- Produzir e operacionalizar 18 instrumentos legais complementares a legislação (estatutos, Diplomas) das Florestas e Fauna Bravia.
- Sinalizar 10 áreas com elevados níveis de conflito Homem-Fauna Bravia em todo o país.
- Divulgar 3 técnicas não letais para mitigação de conflito Homem-Fauna Bravia a nível da comunidade.
- Implantar marcos geodésicos e observações plano-altimétricas em cerca de 75 novos pontos.
- Reconhecimento e implantação de 70 a 80 marcos nos diferentes troços da fronteira com os países vizinhos (Tanzânia, Malawi e Zimbabué)
- Introdução de tecnologias que conduzam a flexibilização do processo de actualização de cartas topográficas a partir de imagens satélite de média e alta resolução espacial nas escalas 1/50.000 e 1/250.000.

Prevenir e Controlar as Queimadas

- Apoiar na elaboração e implementação de programas provinciais de prevenção e controle de queimadas nas Províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete e Maputo.

B. INFRAESTRUTURAS

CONSTRUÇÃO

Na área de construção e montagem, espera-se um crescimento de 9.0%, como resultado do volume de investimentos públicos na construção e reabilitação de infra-estruturas, destacando-se a continuação da construção de Pontes, Barragens, reabilitação de alguns troços de Estradas nacionais, regionais e a continuação nos planos de construção e reabilitação de poços, furos e sistemas de abastecimentos de água. Em termos nominais, a evolução da Construção e montagem estima-se que atinja um crescimento nominal na ordem de 18%.

No que concerne ao programa de estradas, serão reabilitados 227 km de estradas nacionais, 640 km de estradas Regionais, efectuada manutenção periódica a 917 km de estrada, manutenção de rotina a 17,600 km e Reabilitação e construção de pontes constituído por 6 projectos.

PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE E ÁGUA

A produção de energia e água registará um crescimento de 2.9%, onde a produção de energia eléctrica a partir da HCB e EDM atingirá um crescimento de 3%, impulsionado pelo consumo de energia eléctrica nos sistemas eléctricos das sedes distritais electrificadas durante os últimos anos através, através de grupos geradores, da Rede Nacional de Transporte de Energia, de sistemas solares e, à base de gás natural.

O valor das exportações de energia para 2008, estima-se em 247.575.580,0 dólares americanos contra o valor de 219.301.828,0 dólares americanos que se espera registar em 2007, o que significa um crescimento na ordem de 13%.

A produção da água vai continuar a acompanhar as necessidades adicionais criadas pelo crescimento populacional rural e urbano, o que permite projectar um crescimento de 2.4%.

MEDIDAS DE POLÍTICA

SECTOR ESTRADAS

Para a área das estradas grande parte da acção será concentrada na continuação dos trabalhos definidos no Terceiro Programa de Estradas, onde será dada continuidade aos trabalhos de reabilitação das estradas nacionais, regionais, reabilitação e construção de pontes, manutenção periódica de estradas e manutenção de rotina, como a seguir se apresenta no quadro abaixo.

Tabela 22: Programa do Sector de estradas

	Realizado 2006 (Km)	Plano 2007(Km)	Plano 2008 (Km)
Reabilitação de Estradas Primárias	822.0	297.0	217.0
Reabilitação de Estradas Secundárias	502.0	20.0	26
Reabilitação de Estradas Terciárias	54.5	610.0	640
Manutenção Periódica	265.5	1197.0	917.0
Manutenção de Rotina	527.9	17200.0	17600.0
Reabilitação e Montagem de pontes	7183.9	21.0	6.0

Fonte: ministério das Obras Públicas e Habitação (Administração Nacional das Estradas)

Será dada continuidade aos trabalhos de reabilitação e manutenção de estradas regionais com recurso à tecnologia do uso intensivo de mão-de-obra executados na sua maioria pelas Empresas de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes (ECMEP's).

Na reabilitação das Estradas Primárias o programa irá incidir nos seguintes troços:

Tabela 23: Reabilitação de Estradas Primárias

Troço a Reabilitar	Extensão em Km
EN1 Xai-Xai — Chissibuca	31.0
EN1 Massinga — Nhanchengue	20.0
EN7 Vanduzi – Changara	64.0
EN1 Namacurra – R. Ligonha	100.0
EN1 Jardim – Benfica	2.0
TOTAL	217.0

Fonte: ministério das Obras Públicas e Habitação (Administração Nacional das Estradas)

Em relação a reabilitação das estradas secundárias destaca-se a reabilitação da EN361 Maniamba – Metangula numa extensão de 10 km.

Em relação a reabilitação das estradas terciárias ou regionais está prevista a reabilitação de cerca de 640 km, trabalhos a serem seleccionadas ao nível provincial, no âmbito da descentralização.

Na componente de manutenção de estradas estão previstos trabalhos de manutenção periódica de cerca de 917 Kms, e a manutenção de rotina de 17600 Km que será levada a cabo em todo o País.

Em relação à construção e reabilitação de pontes destaca-se a reabilitação da ponte de Tete e a continuação das obras de construção da ponte sobre o rio Zambeze em caia; da ponte sobre o rio Rovuma; da ponte sobre o rio Incomati; das pontes sobre os rios Lucite, Nhancuarara e Mussapa; e a continuação dos trabalhos de construção de 2 pontes sobre os rios Licungo I e Licungo II no âmbito do projecto de construção de 5 nas províncias de Tete e Zambézia.

Em relação aos estudos e projectos de engenharia prevê-se a conclusão do projecto de engenharia para a reabilitação da estrada Milange - Mocuba; Elaboração do estudo de viabilidade para a reabilitação da estrada Beira -Machipanda; e a elaboração do projecto de engenharia para a reabilitação da Estrada Nampula – Cuamba.

No âmbito do programa de reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas, prevê-se até o final de 2007, assegurar-se a transitabilidade numa percentagem de 70% da rede de estradas classificadas.

ÁGUA E SANEAMENTO

No âmbito do Programa de Abastecimento de Água Rural está prevista a construção de 1500 fontes (872 furos e 128 poços) e a reabilitação de 500 fontes (poços e furos), beneficiando cerca de 792.500 pessoas adicionais elevando assim a taxa de cobertura para 48.5%.

Tabela 24: Reabilitação e Construção de Fontes de Abastecimento de Água

Província	Construção		Reabilitação	Total Fontes
	Furos Mecânicos	Poços	Furos e Poços	
C. Delgado	36	40	56	132
Niassa	110	0	85	195
Nampula	219	66	70	355
Zambézia	136	22	70	228
Tete	125	0	58	183
Manica	79	0	50	129
Sofala	80	0	30	110
Inhambane	67	0	81	148
Gaza	20	0	0	20
Maputo	0	0	0	0
Total	872	128	500	1500

Fonte: MOPH (Direcção Nacional das Águas)

Em relação aos PSAA está previsto o início da elaboração de Projectos Executivos para a Reabilitação de 15 sistemas nas Províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Gaza. Conclusão da Elaboração de Projectos Executivos para a Reabilitação de 5 sistemas nas Províncias de Nampula e Tete. Para a reabilitação de sistemas está previsto o início das obras em 15 sistemas nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Tete, Inhambane e Maputo.

No âmbito do Programa de Abastecimento de Água às zonas Urbanas prevê-se a continuidade das reformas noutras cidades e a implementação de diversas actividades. Importa referir que este subsector está subdividido em 2 grupos:

projectos fora do Quadro de Gestão Delegado e projectos que estão dentro da Gestão Delegada.

Em relação ao Quadro de Gestão Delegada, vai se prosseguir com o desenvolvimento de infra-estruturas ligadas a rede de distribuição de água para as zonas não servidas. Em termos de grandes empreendimentos, destaque vai para o início do projecto do sistema único de abastecimento de água a Chimoio, Manica e Gondola, assim como o projecto de abastecimento de água a Maputo, Matola e Boane. Com as acções de construção e reabilitações previstas, serão estabelecidas 12,086 novas ligações domiciliárias, construídas 150 Fontanários, o que irá permitir elevar a taxa de cobertura para 45%.

Tabela 25: Abastecimento de Água Urbano

Grupo	Local	Projecto	Novas ligações domiciliárias	Fontanários públicos a construir
Gestão Delegada	Maputo	Expansão e densificação da rede	5000	30
	Xai-Xai	Expansão e densificação da rede	630	11
	Chókwè	Expansão e densificação da rede	500	2
	Inhambane	Expansão e densificação da rede	500	1
	Maxixe	Expansão e densificação da rede	600	6
	Beira	Expansão e densificação da rede	1320	36
	Quelimane	Expansão e densificação da rede	600	12
	Nampula	Expansão e densificação da rede	1056	24
	Pemba	Expansão e densificação da rede	600	6
	Manica	Expansão e densificação da rede	50	3
	Gondola	Expansão e densificação da rede	30	2
	Chimoio	Expansão e densificação da rede	300	5
	Tete	Expansão e densificação da rede	600	10
Moatize	Expansão e densificação da rede	300	2	
Total			12086	150

Na área de saneamento Rural estão previstas campanhas de educação para higiene, construção de centros de demonstração, bem como a construção de 35.300 latrinas. Deste número 15000 latrinas serão construídas nas províncias de Sofala, Manica e Tete, sendo 5000 em cada.

No âmbito de saneamento a baixo custo, está prevista a realização de visitas de monitoramento aos projectos de latrinas melhoradas e a construção de 14.055 latrinas melhoradas conforme se ilustra na tabela.

Tabela 26: Latrinas melhoradas a construir por Província

Província	Latrinas a construir
C. Delgado	800
Niassa	1200
Nampula	1500
Zambézia	1000
Tete	650
Manica	1500
Sofala	1000
Inhambane	2055
Gaza	2000
Maputo Província	750
Maputo Cidade	1600
Total	14055

Em relação ao melhoramento do sistema de saneamento urbano prevê-se a reabilitação do sistema de saneamento da Beira através da limpeza, Inspeção e Renovação Não Intrusiva das Redes; substituição de 10 km de colectores de Saneamento; reabilitação de 11 postos de bombagem, 4 estações elevatórias e 6 saídas de rede de drenagem das águas pluviais; assistência técnica à Componente Institucional do Projecto com vista a criação dos serviços Autónomos de Saneamento da cidade da Beira.

No âmbito do projecto das 4 cidades (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chókwe), prevê-se a realização da Implementação do piloto dos modelos de latrinas secas apropriadas às diversas condições naturais para as comunidades e para as Escolas e respectivas construções experimentais e Implementação piloto dos modelos de gestão de resíduos sólidos; e a elaboração dos planos directores de saneamento das 4 cidades.

No âmbito da Gestão dos Recursos Hídricos, visando o armazenamento de água, e o controle de cheias e secas, está prevista a implementação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos nomeadamente nas áreas de:

Descentralização da gestão operacional dos recursos hídricos através do:

- Estabelecimento da ARA-Norte incluindo a criação da Unidade de Gestão da Bacia do Rovuma e finalização da criação do respectivo Comité;
- Estabelecimento e elaboração dos estatutos e do Regulamento da ARA Centro Norte, aquisição de instalações para escritórios e residências em Nampula e desenvolvimento de acções visando o estabelecimento de uma Unidade de Gestão das Bacias do Oeste e o respectivos Comités;
- Elaborar o Plano de Gestão Comercial da ARA-Centro;
- Conclusão do estabelecimento e capacitação do Comité da Bacia do Zambeze e Aprovação do Regulamento Interno, Plano de Gestão Comercial e *Website* da ARA Zambeze;
- Finalização das Obras de construção de um aldeamento do pessoal técnico da Unidade de Gestão da Bacia do Limpopo (UGBL) em Chókwe;

- Ampliação e apetrechamento dos escritórios da Unidade de Gestão da Bacia do Save em Maxixe;
- Iniciar as obras de construção dos novos escritórios da Sede da ARA-Sul;

Expansão e modernização da rede hidroclimatológica através da reabilitação de 82 estações hidroclimatológicas (37 hidrométrica e 45 pluviométrica) ao nível nacional e a instalação de uma rede telemétrica na Bacia do Rio Incomati e nas bacias da Unidade de Gestão da Bacia do Save e instalar sete (7) estações da rede no âmbito do projecto da SADC – HYCOS fase II.

Realização de estudos específicos através da elaboração dos Planos de Bacia do rio Licungo (ARA Centro-Norte); da Bacia do Monapo e da Monografia da Bacia do Lúrio/Sanhute; implementação da fase II do Programa Transfronteiriço Integrado de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Hídricos da Bacia do Púnguè; e continuar com o Projecto sobre cursos de água partilhados (Save, Búzi e Rovuma) a nível da ARA Norte e da ARA Centro;

Reforma Institucional

Para o sector de estradas, prosseguir-se-á com o reforço da capacidade de resposta dos quadros da ANE ao nível central e provincial através da assistência técnica e contratação de consultores locais para o apoio ao sector de estradas, melhoramento dos edifícios e aquisição de equipamento

Desenvolvimento dos recursos humanos através da formação dos agentes intervenientes no sector de estradas dentro e fora do país e com maior ênfase para o CFE.

Para o sector das águas será dada ênfase no processo da implementação da Política Nacional de Águas, onde prevê-se:

- Continuar com o processo da divulgação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, assim como da Política Nacional de Águas;
- Estabelecer os núcleos das ARAs Centro-Norte e Norte e consolidar as ARAs Centro e Zambeze;
- Fazer o acompanhamento do processo de Planificação e Implementação das actividades no âmbito de Água Rural;
- Implementar os Acordos de Desempenho em algumas Empresas de Água que se encontram fora do Quadro da Gestão Delegada;
- Monitorar o processo de implementação das Modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas nas vilas de Namaacha, Vilanculos, Massinga e Quissico;
- Continuar com o processo de testagem das bombas de corda, *playpump* e painéis solares como tecnologias alternativas para captação de água para o abastecimento de água nas zonas rurais.
- Continuar a implementação do Principio de procura no âmbito de abastecimento de água às zonas rurais;

- Melhorar o desempenho dos sistemas de monitoria, sobretudo de nível provincial, particularmente na colheita de dados de cobertura do abastecimento de água e saneamento
- Prosseguir com a testagem dos modelos de Gestão em todos os Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água a reabilitar;

SECTOR DE ENERGIA

Neste sector, o Governo tem como objectivos, promover o crescimento da produção, exportação e vendas no mercado interno e externo de energia eléctrica, de produtos petrolíferos, do gás natural e seus derivados, garantir a continuidade do programa de reabilitação das infra-estruturas energéticas, expansão e melhoramento do serviço público de fornecimento de energia, com maior destaque para as zonas rurais e potencialmente económicas, Promover o uso de energias novas e renováveis através de sistemas isolados nas zonas rurais e reforçar a capacidade institucional.

Energia Eléctrica

No âmbito do programa de expansão da rede eléctrica nacional, o destaque vai para o desenvolvimento das seguintes acções:

Niassa

- Conclusão dos trabalhos topográficos, projecto de execução e outros para a electrificação das Sedes dos Distritos de Mecanhelas, Maúa, Marrupa e Metarica e Localidade de Entre Lagos, em Mecanhelas, incluindo os Povoados de Manjua e Nipaque em Metarica, Meripo, Napacala, Minas, Centro Mikuba, Chipa, Mepessenhe, Bero, Paróquia, Moelha e Namaquita em Cuamba, Mugoma em Maúa, Nagir em Marrupa, Karonga, Manhunga, Sobue, Jemusse e Chaka em Mecanhelas; e
- Instalação de sistemas de comunicação através da fibra óptica nos troços Cuamba-Marrupa e Cuamba-Mecanhelas no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Mecanhelas e Marrupa;

Cabo Delgado

- Conclusão das obras da linha de Metoro-Ancuabe;
- Prosseguir com os trabalhos para a conclusão da construção da Subestação no Posto Administrativo de Metoro e da electrificação da Vila Sede de Metoro e Mina de Grafite de Ancuabe, Sedes dos Distritos de Chiúre e Montepuez, bem como Localidades de Salawe em Metoro, Nanjua e Namanhumbir, em Montepuez;
- Reabilitação da rede de Montepuez e ligação a 454 novos consumidores em Montepuez-Sede, 68 novos consumidores na Localidade de Nanjua e 60 na Localidade de Namanhumbir, no Distrito de Montepuez, 220 novos consumidores em Chiúre-Sede, 123 novos consumidores em Ancuabe-Sede, 92 consumidores na Vila-Sede de Metoro e 30 novos consumidores na Localidade de Salawe em Metoro e, 58 novos consumidores na Localidade de Nanhupo no Posto Administrativo de Namanhumbir em Montepuez.

- Prosseguir com os trabalhos topográficos, desenho do projecto e outros para a electrificação dos Distritos de Mueda, Muidumbe, Macomia, Meluco, Nangade, Palma, Ibo, Quissanga e Mocímboa da Praia; incluindo os Postos Administrativos de Matemo e Quirimba no Distrito do Ibo, Mahate e Bilibiza no Distrito de Quissanga, Chai no Distrito de Macomia, Muaguide no Distrito de Meluco, Mbua e Diaca no Distrito de Mocímboa da Praia, Olumbi e Pundandar no Distrito de Palma, Miteda no Distrito de Muidumbe e, Localidade de Dade no Distrito de Macomia, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Cabo Delgado Fase III.

Nampula

- Lançamento do condutor e conclusão da montagem da linha Metoro-Chiúre-Namapa e reabilitação da rede de Namapa e ligação de 252 novos consumidores em Namapa, Sede do Distrito de Eráti;
- Reinício das obras para electrificação das Sedes Distritais de Muecate, Murrupula e Nacarôa; Postos Administrativos de Chalaua em Moma, Netia em Monapo e Geba em Momba e Vila de Namapa, no Distrito de Eráti no âmbito do Projecto Electricidade III;
- Conclusão das obras de electrificação da Sede do Posto Administrativo de Namaíta em Nampula-Rapale, Vila Sede do Distrito de Moma e P.A. de Itoculo no Distrito de Monapo;
- Início das obras de electrificação das Sede dos P.A.s de Larde, no Distrito de Moma e Mutivaze em Nampula-Rapale;
- Prosseguir com os trabalhos de extensão das redes para Nampula-Sede, Nacala Porto- Sede, Momba-Sede e Mecuburi-Sede, Localidade de Namina e Centro de Refugiados de Marratana no Distrito de Nampula-Rapale, no âmbito do Projecto ERAP Pacote I;
- Início dos trabalhos de construção civil para instalação de uma estação de compensação do sistema eléctrico (SVC) da Subestação de Nampula; e
- Mobilização de financiamento com vista a construção da Barragem Hidroeléctrica sobre o rio Lúrio.

Zambézia

- Prosseguir com as obras para conclusão da electrificação de Pebane-Sede, no âmbito do Projecto de Electrificação de Namacurra – Extensão para Pebane, incluindo o Posto Administrativo de Mocubela;
- Prosseguir com as obras para conclusão da electrificação da Sede Distrital de Gilé; Subestação de Uapé, extensão da Subestação de Alto Molòcué, Linhas de Alta e Média Tensão para a electrificação das Localidades de Uapé, Naquissupa e Muiane, no Distrito do Gilé, e de Morrua e Marropino, no Distrito de Ile, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural da Província da Zambézia;

- Conclusão das obras de electrificação das Localidades de Magiga, Ratata e Nante em Maganja da Costa, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Namacurra – Extensão para Pebane; e
- Início de execução dos trabalhos de extensão das redes de distribuição na Vila Sede de Gurué e, Localidade de Nicoadala e Povoados de Licuari em Nicoadala, no âmbito do Projecto ERAP Pacote I.

Tete

- Prosseguir com os trabalhos de extensão e melhoramento das redes de distribuição de energia eléctrica na Cidade de Tete, Vila de Moatize no Distrito de Moatize; Localidades de Zóbuè no Distrito de Moatize e Chitima no Distrito de Cahora Bassa;
- Prosseguir com as obras de electrificação de Luenha Sede do Distrito de Changara; Localidades de Missawa e Mázoe no Distrito de Changara, Chicoa e Chipalapala no Distrito de Cahora Bassa, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Sofala, Manica e Tete (SMT);
- Construção da linha Tete-Manje à 66 kV e construção da Subestação de Manje para electrificação das Sedes distritais de Zumbo, Tsangano, Chifunde, Mágoè (Mphende), Chiúta (Manje), Marávia (Fíngoè) e Macanga (Furancungo), incluindo o Posto Administrativo de Dómuè, no âmbito do Projecto de Electrificação de todos os Distritos da Província de Tete;
- Início de execução dos trabalhos de extensão da Subestação de Matambo e de construção da linha de transporte de energia para Malawi, no âmbito do Projecto de Interligação Moçambique – Malawi;
- Prosseguir com as Negociações do Contrato de Concessão e mobilização de financiamento para implementação do Projecto da Central Térmica de Moatize; e
- Conclusão das negociações do Contrato de Concessão e mobilização de financiamento com vista a implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa;

Manica

- Prosseguir com as obras de construção para conclusão de electrificação de Guro-Sede, Localidades de Cruzamento de Macossa, Inhazónia, Nhassacara, Nhampassa e Catandica em Báruè;
- Prosseguir com as obras de expansão de redes de Chimoio-Sede, Gondola-Sede, Sussundenga-Sede, Manica-Sede e Posto Administrativo de Messica em Manica;
- Início das obras da linha de transporte à 220 kV interligando a Subestação de Chibata e Dondo e extensão da Subestação de 220/110 kV de Chibata;
- Prosseguir com as obras de electrificação da Sede do Distrito de Macossa; Posto Administrativo de Mandie em Guro, Sussundenga Farmas no Distrito de Sussundenga; Chigodore e irrigação de 300ha no Distrito de Gondola e Catandica irrigação de 24 Farmas no Distrito de Báruè;

- ◆ Selecção e mobilização do Empreiteiro com vista a reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavúzi e Chicamba.

Sofala

- Conclusão das fundações na travessia do rio Zambeze e da linha de 110 kV para Marromeu e prosseguir com as obras para a conclusão da electrificação da Vila Sede do Distrito de Marromeu e Fábrica de açúcar – “Companhia de Sena” e ligação de 200 novos consumidores em Marromeu no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Marromeu;
- Conclusão das obras de construção civil da Subestação de Marromeu a ser alimentada através da extensão duma linha a partir de Chimuara no Distrito de Mopeia, Província da Zambézia;
- Prosseguir com as obras para a conclusão da electrificação das Sedes dos Distritos de Caia e Cheringoma, bem como a electrificação dos Postos Administrativos de Murraça em Caia, Inhamitanga em Cheringoma e Localidades de Micane em Cheringoma e Missana em Marromeu, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Sofala, Manica e Tete (SMT);
- Início das obras de construção das linhas de distribuição a 33 kV para electrificação da Sede do Distrito de Chibabava; Postos Administrativos de Muxúnguè em Chibabava, Estaquinha em Búzi, Localidades de Samanda e Goonda em Chibabava, Bândua, Nhango, Chironda, Casa Nova, Cherimone e Nova Sofala, bem como Missão São António e Missão São José, Internato e Hospital no Distrito de Búzi, Missão Mangunde e Internato em Chibabava, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Chibabava e Búzi;
- Construção de uma nova Subestação de 220/110 kV em Dondo e início da reabilitação das Subestações de 110/22 kV na Beira, Dondo, Mafambisse e Lamego;
- Início da construção de redes de distribuição para electrificação de Marínguè-Sede, Chemba-Sede, Muanza-Sede; Postos Administrativos de Chupanga, Nensa e Cónduè no Distrito de Marromeu e Localidade de Nhamapaza em Marínguè, no âmbito do Projecto Electricidade IV; e
- Início das obras de reabilitação da rede de distribuição da Cidade da Beira e da Vila Sede do Distrito de Dondo, no âmbito do Projecto de Reabilitação da Rede de Distribuição da Beira.

Inhambane

- Conclusão e entrega das linhas de 19.1 kV em sistema SWER em Morrungulo no Distrito de Massinga, prosseguir com as obras para conclusão do projecto para electrificação de Morrumbene-Sede, Massinga-Sede; Posto Administrativo de Cambine em Morrumbene e Localidades de Mavila e Banguza em Zavala, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Morrumbene e Massinga;
- Prosseguir com as obras de extensão de redes em Inhambane-Sede, Massinga-Sede, Morrumbene-Sede, Inharrime-Sede e Homóine-Sede, no âmbito do Projecto ERAP Pacote II;

- Reinício dos trabalhos de electrificação de Panda-sede, Zavala (Quissico) e Jangamo; Postos Administrativos de Zandamela em Zavala e Cumbana em Jangamo; Localidades de Helene e Chissibuca em Zavala, Urrene e Inhassune em Panda, Nhacoongo e Chacane em Inharrime, no âmbito do Projecto Electricidade III; e
- Negociações do Contrato de Concessão e mobilização de financiamento para a construção da Central de Ciclo Combinado a Gás Natural de Temane.

Gaza

- Reinício dos trabalhos para a construção da linha Chidenguele-Madender-Chissubuca e prosseguir com as obras para a conclusão da electrificação de Massingir-Sede, Chibuto-Sede; Postos Administrativos de Chalala no Distrito de Manjacaze; Localidades de Canhane, Banga Comercial, Banga Novo, Banga Velho, Chitar, Makhatine, Tchaúque, Vila Mapai, Aldeia 25 de Setembro, Mashoe, Djodjo e Mahanguene no Vale do Limpopo, Chivonguene, Madender, Aldeia das Laranjeiras, Aldeia de Nwadjahane, no Distrito de Manjacaze, no âmbito do Projecto Electricidade III;
- Prosseguir com as obras de extensão das redes de distribuição de energia em Manjacaze-Sede, Chibuto-Sede, Chokwé-Sede, Guijá-Sede, Macia-Sede, Bilene-Sede e Xai-Xai-Sede e Localidade de Chicumbane em Xai-Xai, no âmbito do Projecto ERAP Pacote II;
- Prosseguir com os trabalhos para a electrificação das Sedes dos Distritos de Mabalane; Iniciar a electrificação da Sede do Distrito de Chibuto; Postos Administrativos de Zongoene no Distrito de Xai-Xai, Chivonguene em Guijá, Chinhacanine em Chókwè e Macúacuà no Distrito de Manjacaze; Localidades de Mavoze no Distrito de Chókwè e Coolela em Manjacaze, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural da Província de Gaza; e
- Negociações do Contrato de Concessão e mobilização de financiamento para a implementação do Projecto Hidroeléctrico de Massingir.

Província de Maputo

- Prosseguir com as obras de extensão das redes de distribuição de energia para electrificação da Sede do Distrito da Manhiça, P.A.s de Xinavane e Malauana em Manhiça, Mapulanguene e Motaze em Magude, Mumemo, Cumbeza-Zona Eucaliptos e Guava em Marracuene; Localidades de Manhangane, Rádio Técnica, Faixa Quartel e Mahau em Matutuine;
- Conclusão das obras de electrificação do eixo dos Postos Administrativos de Changanane em Namaacha, Catuane em Matutuine, incluindo a Localidade de Mahelane em Namaacha;
- Electrificação dos Bairros Sikwama (P.A. de Matola-sede), Tsalala, Machava-sede, Bunhiça, Machava-Baião, Singhatela e São Dâmaso (P.A. da Machava), Ndlavela, 1º de Maio, Khongolote e Tchumene (P.A. de Infulene) no Município da Matola;
- Início da electrificação do Posto Administrativo de Machubo em Marracuene;

- Montagem de Postos de Transformação e extensão das redes de Baixa e Média Tensão para electrificação das zonas agro-pecuárias no Distrito da Moamba, incluindo o Posto Administrativo de Sabié, Distritos de Boane e Matutuine;
- Prosseguir com as obras para a conclusão da construção do Centro Nacional de Despacho;
- Negociações do Contrato de Concessão e mobilização de financiamento com vista a implementação da Central Térmica a Gás Natural no Distrito da Moamba.

Cidade de Maputo

- Prosseguir com as obras de extensão das redes de distribuição de energia para a electrificação dos Bairros de CMC/Grande Maputo, G. Dimitrov (Engraxador e Z. Springer), Zimpeto Q1, Malhazine, Inhagoia, Bagamoio, FPLM, Chamanculo, Costa do Sol, Polana Caniço, Hulene, Mavalane Faixa1, Ferroviário-Estação, Pescadores, 25 de Junho, Luís Cabral, Mahotas e Tsalene;
- Montagem do alimentador de 275 kV da Subestação do Infulene, e da linha DL 5 e recepção definitiva das obras de reabilitação da rede eléctrica danificada pelas explosões do Paiol de Malhazine;
- Conclusão do estudo de viabilidade com vista a conversão da Central Térmica de Maputo (a Diesel) para uso do Gás Natural.

Neste contexto, sera incentivada a participação das empresas nacionais com capacidade e experiência no programa de expansão da rede eléctrica nacional.

Electrificação rural com base em grupos geradores:

Niassa

- Electrificação dos Postos Administrativos de Lissiete no Distrito de Mandimba; e
- Aquisição de um grupo gerador para electrificação das Sedes dos Distritos de Mavago e Nipepe.

Nampula

- Aquisição de um grupo gerador para electrificação do Posto Administrativo de Liúpo no Distrito de Mongicual; e
- Reabilitação e extensão da rede para os Postos Administrativos de Cunle no Distrito de Ribáuè e Mutivaze no Distrito de Nampula Rapale.

Sofala

- Electrificação da Sede do Distrito de Machanga; Postos Administrativos de Mulima no Distrito de Chemba, Vunduzi e Canda no Distrito de Gorongosa;
- Aquisição de um grupo gerador para electrificação da Sede do Distrito de Chibabava; e

- Reabilitação e extensão da rede da Sede do Distrito de Muanza.

Energias Novas e Renováveis

Electrificação com Base em Fontes Alternativas

Sistemas Fotovoltáicos (Painéis Solares):

- Electrificação de 100 escolas rurais e 100 centros de saúde rurais em todos os Distritos das Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Tete e Sofala;

Niassa

- Electrificação dos P.A.s de Msawize, no Distrito de Mavago, Matondovela no Distrito de Mecula e Nacumua, no Distrito de Metarica;
- Electrificação das vilas sedes de Marangira, em Marrupa, Insaca, em Mecanhelas, Cobué e Lunho, em Lago, Etarara, em Cuamba, Maiaca, em Maúa, Caronga, N'gauma Velho, em N'gauma, Macaloge, em Macaloje e M'sawize em Mavago, no âmbito do projecto de electrificação de 40 Vilas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Niassa; e
- Electrificação de Muipipe, no âmbito do projecto ACP-EU- Projecto de electrificação das comunidades isoladas.

Cabo Delgado

- Electrificação de Meluco e Ncupe no Distrito de Namuno, no âmbito do projecto ACP-EU- Projecto de electrificação das comunidades isoladas;

Nampula

- Electrificação das Localidades de Muité e Meti, no Distrito de Lalaua;
- Redimensionamento do sistema fotovoltaico da vila sede do P.A. de Aúbe, no Distrito de Angoche;
- Electrificação das vilas sedes de Nehessine, em Murrupula, Meti, em Lalaua, Milhana, em Mecuburi, Saua-Saua, em Nacarroa, aldeia de Cabeceira, no P.A. de Quixaxe, em Mongicual, Ilha de Catamoio, no P.A. de Aube, em Angoche, Nhuluti, no P.A. de Boila-Namitoria e Hapacue em Angoche, Imala no Distrito de Muecate, e Luluti no âmbito do projecto de electrificação de 40 Vilas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Niassa; e
- Electrificação de Quixaxe, no Distrito de Mongicual, no âmbito do projecto ACP-EU- Projecto de electrificação das comunidades isoladas;

Zambézia

- Electrificação de Majaua, no âmbito do projecto ACP-EU- Projecto de electrificação das comunidades isoladas;

Tete

- Electrificação da Localidade de Malowera no Distrito de Marávia e Vila Mualádzi, no Distrito de Chifunde e prosseguir com a electrificação das

Localidades de Muze, no Distrito de Zumbo, no âmbito do projecto de electrificação de 5 Distritos nas províncias de Tete e Manica;

Manica

- Electrificação das Localidades de Mavonde, no Distrito de Manica e Mungari, no Distrito de Guro no âmbito do projecto de electrificação de 5 Distritos nas províncias de Tete e Manica; e
- Electrificação de escolas e centros de saúde em todos Distritos de Tambara, Guro, Macossa, Mossurize e Machaze, no âmbito do projecto de electrificação de 30 escolas e 30 centros de saúde na Província de Manica;

Sofala

- Electrificação dos P.A.s de Marínguè, no Distrito de Marínguè, Casa Banana, Púnguè e Cudzo, no Distrito de Gorongosa;

Inhambane

- Electrificação da Localidade de Ungana, no Distrito de Massinga e Povoados de Maluvane, no Distrito de Govuro; e
- Electrificação das vilas sedes de Nhachengue, Massalane e Jojo no Distrito de Panda, Mahocha, no Distrito de Massinga, Sitila, no Distrito de Morrumbene, Mucoduene, no Distrito de Morrumbene, Mururi e Belane no Distrito de Vilankulos e Mavaza, no âmbito do projecto de electrificação de 40 Vilas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Niassa.

Gaza

- Electrificação dos P.As. de Chibondzane, no Distrito de Manjacaze, Godide, Alto Changana e Maqueze, no Distrito de Chibuto, Tlavene e Localidade de Tinzanwene no Distrito de Mabalane e Aldeia de Mucaye, no Distrito de Massingir;

Maputo

- Electrificação da Localidade de Mahel, no Distrito de Magude, Localidade de Goane, no Distrito de Moamba e Localidade Manhahane no Distrito de Matutuíne;

Mini-Hídricas

Zambézia

- Instalação de uma Central Hídrica de Pequena Escala no Distrito de Milange e Lugela, na Província de Zambézia;

Tete

- Instalação de uma Central Hídrica de Pequena Escala em Fíngoè sede do Distrito de Marávia; e
- Projecto de construção de Mini-hídricas nos Postos Administrativos de Ulónguè, no Distrito de Angónia e Chidzolomono no Distrito de Chiúta;

Manica

- Estudo do Potencial e Instalação de uma central hídrica de pequena escala em Sembezeia no Distrito de Sussundenga e reabilitação da Mini-Hídrica de Rotanda no mesmo distrito;

Promoção do Uso Sustentável de Recursos Energéticos Através da Diversificação de Fontes de Energia com Base na Biomassa

- Projecto-piloto de aproveitamento do óleo da Jatropha na geração de energia de uso doméstico nos Distritos de Mecuburi na Província de Nampula e Distrito de Pande, na Província de Inhambane;
- Disseminação do uso de fogões melhorados institucionais nos Distritos de Namaacha, Matutuíne e Manhiça na Província de Maputo e Distritos de Nacala Porto e Angoche na Província de Nampula;
- Disseminação do uso de briquetes de serradura no País nos Distritos de Namaacha, Matutuíne e Manhiça na Província de Maputo; e
- Instalação de 5 biodigestores para a produção de biogás no Distrito de Chicualacua, na Província de Gaza, Distrito de Inharrime, na Província de Inhambane, Distrito de Sussundega na Província de Manica, Distrito de Búzi, na Província de Sofala e Distrito de Angoche, na Província de Nampula;
- Acelerar o processo de elaboração e aprovação da política e estratégia sobre os bio-combustíveis, bem como sobre o desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis.

Niassa

- Acompanhamento e monitoria das actividades dos produtores de carvão vegetal, oleiros e latoeiros nas cidades de Lichinga e Cuamba;

Nampula

- Melhoramento na utilização dos recursos através da montagem de fogões melhorados institucionais nas cozinhas de instituições públicas nas Cidades de Nampula, Nacala Porto e Angoche;
- Disseminação de novas técnicas de produção de carvão vegetal nos P.A.s de Senhote, no Distrito de Monapo e Muriate, no Distrito de Nampula-Rapale; e
- Expansão de novas técnicas de produção de carvão vegetal dos Distritos de Monapo, Mecuburi, Nampula Rapale, Murrupula e Angoche.

Maputo

- Plano de construção de fogões melhorados institucionais e portáteis nos Distritos de Namaacha, Matutuíne, Manhiça e Marracuene;

Energia Eólica

- Levantamento do Potencial eólico no Distrito da Catembe, Cidade de Maputo e Distrito de Nacala, na Província de Nampula; e

- Instalação de 50 sistemas eólicos para bombeamento de água nas Províncias de Maputo (Distritos de Matutuíne e Magude), Gaza (Distritos de Mabalane, Massingir, Chigubo, Chicuala e Massangena), Inhambane (Distrito de Funhalouro e Massinga), Manica (Distritos de Gondola e Sussundenga), Tete (Distritos de Mágoè e Chifunde), Nampula (Distrito de Mongicual) e Niassa (Distritos de Maua e Ngauma);

Combustíveis

Nesta área são acções a desenvolver as seguintes:

- Prosseguir a implementação do Decreto que define o regime a que são sujeitas as actividades de produção, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos a nível nacional;
- Prosseguir com a elaboração do cadastro a nível das províncias;
- Definir mecanismos para a criação de reservas permanentes;
- Conclusão dos regulamentos técnicos sobre as normas de construção de infra-estruturas de armazenagem, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e gás natural, bem como sobre as normas de segurança no seu transporte;
- Prosseguir com a realização de acções de promoção da conversão de viaturas ou aquisição de viaturas movidas a gás natural;
- Prosseguir com a realização de acções com vista a maximizar o consumo de gás natural no País;
- Construção de uma terminal de armazenagem de GPL por navio na zona sul do País;
- Prosseguir com o estudo de viabilidade para a produção de GPL a partir de condensado de gás natural;
- Prosseguir com acções com vista a conclusão do estudo do mercado do gás natural;
- Prosseguir com a implementação do Projecto de Expansão do Uso de Petróleo de Iluminação nas zonas rurais, nomeadamente:
 - Projecto de distribuição de combustíveis em Lalaua-sede, Memba-sede e Mecuburi-sede na Província de Nampula;
 - Projecto de distribuição de combustíveis em Marrupa-sede e Muembe-sede, na Província do Niassa;
 - Projecto de distribuição de combustíveis nos P.A.s de Casa Banana, Cudzo, Mucodza e Piro no Distrito de Gorongosa na Província de Sofala;
 - Prosseguir com acções com vista a iniciar a construção do pipeline Matola- Nelspruit 1ª fase.
- Projecto de construção de bombas de combustíveis nas sedes dos Distritos de Muembe, na Província de Niassa, Guro, Sussundenga, Macossa e Manica, na Província de Manica e Gorongosa, na Província de Sofala;

- Projecto de levantamento, identificação e implementação de bombas em todos os Distritos a nível do País;
- Conclusão da construção dos Postos de Abastecimento de combustíveis na Cidade de Nampula e em Lumbo, no distrito da Ilha de Moçambique;
- Prosseguir com acções visando a construção de instalações de armazenagem de combustíveis no Porto da Beira com a capacidade de cerca de 80.000 m³; e
- Controle estatístico e de qualidade de produtos petrolíferos.

Desenvolvimento Institucional

- Construção e apetrechamento do novo edifício do Ministério da Energia;
- Reabilitação do Edifício da Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Nampula;
- Prosseguir com as acções de operacionalização do CNELEC;
- Assegurar a expansão do programa de auditoria e gestão da energia na indústria nacional;
- Integração do sector através da identificação e capacitação do pessoal para o exercício das actividades no BAU/BAP;
- Prosseguir com a revisão da legislação do sector e melhorar o conhecimento da sociedade civil e do sector privado em relação aos procedimentos na emissão de licenças e da legislação;
- Prosseguir com a capacitação técnica dos técnicos da inspecção;
- Realização de campanhas de sensibilização para a necessidade de denúncia de casos de corrupção;
- Assegurar a participação dos Governos Locais na gestão de sistemas eléctricos, de modo que estes se tornem agentes fiscalizadores do seu cumprimento;

C. PESCAS

PRODUÇÃO PESQUEIRA

A produção pesqueira registará um crescimento global de 4.4% do volume do pescado, onde a pesca familiar antigirá um crescimento de 6.2%.

Tabela 27: Produção Pesqueira global (crescimento em %)

PRODUÇÃO PESQUEIRA (Taxas de Crescimento em Volume %)			
	2006 BL	2007 PL	2008 PL
TOTAL	-3.5	3.5	4.4
EMPRESARIAL	-8.4	5.4	3.3
FAMILIAR TOTAL	4.5	0.0	6.2
FAM. COMERCIALIZADO	7.7	0.0	12.8
AUTOCONSUMO	2.4	0.0	2.4

Tabela 28: Produção Pesqueira Empresarial

	PLANO 2008 (Ton)	2008 (T.C.%)
Lagosta	12	0.0
Caranguejo	60	0.0
Gamba	1900	2.7
Peixe	600	0.0
Camarão (a)	9000	1.1
Lagostim	70	0.0
Lulas e Polvo	80	0.0
Kapenta	16500	22.2
F. Acomp	500	0.0
Pesca Empresarial	28,722	3.3%

(a) Inclui Aquacultura

Tabela 29: Produção da Aquacultura

	PLANO 2008 (Ton)	T.C. (%)
Camarão marinho	1,000	11.1
Algas marinhas	50	0.0
Peixe	70	7.7
Prod. Aquacultura	1,120	10
Total	100,302	

O plano de capturas da pesca empresarial (industrial e semi-industrial) indica a cifra de 27,722 toneladas de diverso pescado. Incluindo o camarão de aquacultura, de 1000 toneladas, o volume de pescado ascende para 28,722 toneladas. Neste volume projeta-se a captura de 16,500 Ton de Kapeta em 2008, contra 13,500 Ton de 2007, representando um crescimento de 22.2%, onde se prevê o aumento no número de embarcações.

A pescaria do camarão do sector empresarial irá atingir 8.000 toneladas, ou seja, uma contenção em relação aos actuais níveis de pescado. Adicionando o camarão marinho da aquacultura, esta cifra ascende para 9000 toneladas.

A pescaria da gamba, projeta-se que atinja 1900 toneladas em 2008, contra 1,850 toneladas em 2007, registando um crescimento de 2.7%. O baixo nível de crescimento a registar-se na pesca da gamba, revela o fraco interesse na pescaria por parte dos armadores, resultante da retirada de embarcações de pesca, devido, essencialmente, ás enormes dificuldades que a indústria encontra nos últimos tempos, em colocar a sua produção no mercado de exportação. De referir que no primeiro semestre de 2007 registou-se um nível de rendimentos médios de captura relativamente baixos, situando-se abaixo dos 400kgs/barco/dia, contrariando a tendência crescente dos últimos três anos.

Tabela 30: Produção Pesqueira do Sector Familiar

	PLANO	
	2008 (Ton)	T.C. (%)
Lagosta	30	0.0
Caranguejo	130	0.0
Peixe	57300	14.6
Camarão	1600	0.0
Acetes	1000	42.9
Cefalópodes	500	0.0
Tubarão	800	0.0
Outros	1500	0.0
Peixe de Agua doce (b)	8500	0.0
Pesca Artesanal (c)	71,360	

(b) Estatísticas correntes, Albufeira de Cahora Bassa.

(c) Estimada por Amostragem

Na pesca do sector familiar projeta-se a produção de 71,360 toneladas em 2008, sendo de destacar a contribuição da pescaria de peixe de 57,300 toneladas em 2008.

Para o ano de 2008 prevê-se uma recuperação nos volumes de exportação de produtos pesqueiros, onde será exportado um total de 15 715 toneladas, num valor de 93 milhões de dólares contra 84 milhões de dólares em 2007.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector, as acções continuarão viradas para o desenvolvimento da pesca artesanal, promoção da aquacultura, desenvolvimento da investigação pesqueira, reforço da inspecção e controlo da qualidade de pescado, gestão e administração pública das pescas.

No que diz respeito à **Pesca Artesanal** serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Concluir a construção de infra-estruturas de apoio à pesca de Nampula e Cabo Delgado, com destaque para os centros de desembarque e de processamento de pescado, o que contribuirá para a redução de perdas pós-capturas;
- Prosseguir com as acções que visam a transferência e melhoramento de tecnologia de pesca através da construção de embarcações adaptadas a pesca em mar aberto, demonstração e divulgação de técnicas melhoradas de processamento e conservação de pescado;
- Reforçar a capacidade produtiva dos pescadores artesanais através da combinação de acções tais como o fomento de novas tecnologias de pesca e provimento de linhas de micro-crédito;
- Promover a constituição dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCP's) acompanhada de acções de capacitação dos seus membros, Com vista a envolver cada vez mais as comunidades na gestão de pescarias.

No âmbito da **Aquacultura**

- Prosseguir com as acções de capacitação de extensionistas e aquacultores de pequena escala, concessão de apoio técnico às iniciativas de aquacultura

de pequena escala, a introdução do cultivo de tilápia em gaiolas e usando técnicas de secagem manual;

- Elaboração do Plano de Implementação da Estratégia de Desenvolvimento de Aquacultura.

No que se refere a **Investigação Pesqueira**

- Prosseguir com a monitoria e avaliação do estado de exploração do camarão de superfície no Banco de Sofala, Baía do Maputo e Foz do Limpopo, de gamba, peixe (pesca a linha) e kapenta;
- Realizar estudos específicos da pesca desportiva e das pescarias artesanais na albufeira de Cahora Bassa e lago Niassa, estudo do ambiente aquático na Baía de Maputo, Lago Niassa e Banco de Sofala e divulgação dos resultados. Importante realçar também a realização de acções de investigação de peixes ornamentais no lago Niassa;
- Elaborar um guia de campo para espécies de água doce e o estabelecimento de uma estação de maricultura.

No Âmbito da **Inspeção e Controle de Qualidade do Pescado**

- Prosseguir com a promoção e garantia da qualidade dos produtos pesqueiros, tendo em conta os padrões internacionais;
- Reforçar a capacidade tecnológica ao nível das unidades de produção e da prestação de serviços de inspeção de pescado ao nível da Administração Pública Pesqueira, priorizando o reforço da rápida implantação nacional dos serviços de inspeção de pescado, de modo a garantir o máximo de controlo de exportações através do seu licenciamento e certificação.
- Revisão do Regulamento de Inspeção e Garantia de Qualidade, a formulação de legislação específica sobre a exportação de bivalves, peixe seco e sobre produtos pré-cozidos.

Em relação a **Gestão e Administração Pública das Pescas**

- Revisão e actualização do Plano Director das Pescas, no âmbito do reforço da capacidade institucional através da consolidação do seu quadro de políticas e estratégias
- Reestruturação da Administração Pesqueira e criação de um órgão especializado na gestão e desenvolvimento de aquacultura.

D. RECURSOS MINERAIS

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA

A produção mineira tem vindo a apresentar crescimentos significativos nos últimos anos. O plano para 2008 indica o crescimento de 30% comparativamente com 2007. Este crescimento deve-se, essencialmente, à expansão da capacidade de produção na mina das areias pesadas de Moma, que iniciou em Abril do corrente ano, resultando no aumento da produção de novos minerais metálicos, nomeadamente Rutilo, Ilmenite e Zircão. As previsões para 2008 indicam um nível de produção de

732.000 toneladas de ilmenite, 55.000 toneladas de Zircão e 22.000 toneladas de Rutilo.

Tabela 31: Recursos Minerais - Taxa de crescimento em (%)

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em (%)			
DESIGNAÇÃO	2006 BL	2007 PL	2008 PL
Ilmenite			109.1%
Zircão			83.3%
Rutilo			144.4%
Carvão	1098.5	76.2	602.7
Bauxite	16.3	10.2	-38.5
Bentonite bruta	0.0	80.5	0.0
Bentonite tratada	26.5	16.7	28.6
Bentonite triada	-79.7	66.7	20.0
Mármore em chapas	5.5	20.2	147.8
Mármore em blocos	-7.3	4.9	276.8
Granada facetável	163.9	26.1	-82.9
Ouro	16.4	19.4	54.4
Água Marinha Refugo	186.5	16.2	-97.5
Turmalinas	10177.4	26.4	552.2
Tantalite	-71.5	20.8	175.2
Berilo	-88.8	28.3	-22.1
Areia	-39.1	9.1	5.6
Calcário	-76.2	58.3	-88.4
Riolitos	-99.3	33.3	4.2
Dumortierite	200.0	10.0	-36.4
Gás Natural	14.9	1.9	13.2
Quartzo	-33.8		6.7
Argila	593.2		-26.7
Brita	477.5		114.3
Turmalina Refugo	16.7		1.6
Águas Marinhas	34046.7		48.4
Condensado	31.1		17.2
Granada Refugo			-20.0
TOTAL		13.0	11.0
			30.0

A produção de carvão em 2008 apresenta boas perspectivas tendo em conta a abertura para o próximo ano da mina a céu aberto na Chipanga XI, em Moatize, Tete. Assim em 2008 a produção de carvão poderá atingir a cifra de 260.000 toneladas, significando um crescimento de mais de 100% comparativamente às previsões de 2007.

A produção da tantalite será de 343.989.9 toneladas, o que representa um crescimento acima de 100% em comparação com 2007, como resultado dos trabalhos de modernização da planta de processamento do minério.

A produção de Dumortierite tem estado a enfrentar problemas desde o ano 2005 relacionados com o mercado para a sua colocação, para além da falta de equipamento. A produção irá baixar 34% em relação a 2007.

Com a construção da ponte sobre o rio Zambeze espera-se que aumente a produção da brita (114,3%) e areia para construção (5,6%).

Para 2008, perspectiva-se a produção de 28.000 metros quadrados de mármore em chapas e 2016 metros cúbicos de mármore em blocos. Estas cifras correspondem a um aumento da produção em mais de 100% para mármore em chapas e em blocos

respectivamente, como resultado dos trabalhos de reorganização em curso nas pedreiras e a ligação à rede nacional de energia.

Espera-se a manutenção dos índices de produção da Granada facetável, dado que não obstante o facto de o processo de privatização da SOMEK ter sido concluído em 2005, os níveis de produção deste mineral ainda continuam baixos, não ultrapassando a barreira dos 50% no I semestre de 2007.

Para 2008 prevê-se um crescimento médio de 2% na produção de pequena escala (ouro, águas marinhas, águas marinhas refugo, turmalinas, turmalinas refugo), com o (i) o aumento das acções de inspecção e fiscalização mineira (ii) o aumento da produção e produtividade das associações mineiras, resultante dos programas de apoio técnico e financeiro concedido pelo Estado e (iii) a expansão das áreas de actuação para a comercialização do ouro por parte do Fundo de Fomento Mineiro.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector, em geral, as acções circunscrevem-se aos seguintes objectivos: (i) promoção do crescimento da produção, exportações e vendas de minerais no mercado interno; (ii) prosseguimento da inventariação mineral, (iii) estudo e conservação do património geológico (iv) divulgação/promoção do potencial geológico para atracção do investimento para o sector (v) inspecção, fiscalização e controlo da actividade mineira, (vi) apoio á actividade mineira de pequena escala, e (vii) a aprovação de legislação específica do sector.

Para estes objectivos serão desenvolvidas as seguintes acções:

ÁREA GEOLÓGICA

- Prosseguir com a promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias, nas áreas potenciais ao longo da faixa costeira, que vai de Quelimane a Quinga, nas províncias de Zambézia e Nampula, respectivamente;
- Garantir a prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias nomeadamente Xai-Xai, Chongoene até Inhambane, Micaúne, Deia, Pebane e o desenvolvimento dos projectos de areias pesadas de Chibuto e Moebase;
- Prosseguir com a inventariação de minerais não metálicos nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e de águas minerais e termais do País;
- Garantir a continuidade da prospecção e pesquisa em áreas seleccionadas de Mocuba e de áreas designadas de senha mineira de Namunonono na Zambézia, Cuamba em Niassa, Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula;
- Concluir a actualização da carta geológica de Moçambique na escala 1:1.000.000;
- Iniciar o mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000 nomeadamente, elaboração da carta de Geológico-ambiental da costa do Bilene, da cidade da Beira e da carta de Geologia de Engenharia da zona Metropolitana de Maputo;

- Prosseguir com o apetrechamento das estações sismográficas de Massingir, Mocuba, Tete e Mueda e a implantação de uma estação em Inhambane;
- Prosseguir com estudos geológicos, para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica;
- Prosseguir com a promoção da divulgação de informação geológica de base do país para identificação de novos depósitos com potencial para exploração;
- Prosseguir com as acções para a implantação do armazém de carotes;
- Participar nas actividades relativas á proclamação do Ano Internacional do Planeta Terra;
- Prosseguir com acções do projecto de implantação do Museu Nacional de Geologia.
- Iniciar com o Estudo do Património Geológico de Moçambique;

ÁREA MINEIRA

- Prosseguir com a exploração mineira em pequena escala e artesanal, através do apoio aos pequenos operadores mineiros nacionais, em especial para mulher, pela via de assistência técnica e facilitação de investimentos, educação ambiental e treinamento nas Províncias de Manica, Zambézia e Nampula;
- Prosseguir com a promoção da exploração de rochas ornamentais em Tete, Manica, Sofala e Cabo Delgado;
- Prosseguir com a promoção de pesquisa e prospecção de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Zambézia;
- Prosseguir com a promoção da criação de associações, cooperativas, sociedades ou outras formas de organização na extracção e processamento de pedras preciosas e semipreciosas no país, principalmente as que integrem mulheres, como forma de assegurar uma exploração sustentável dos recursos;
- Prosseguir com o apoio ás associações mineiras em Mimosa, Bandire, Tsetsera, na província de Manica, Jagoma na província de Nampula, Namunonono na província da Zambézia, Meluco e Muidumbe na província de Cabo Delgado;
- Promover a investigação e exploração de minerais industriais, tendo em vista a sua utilização local, na agricultura e indústria, bem como prosseguir com as acções para a reabertura da mina de grafite de Ancuabe;

- Promover a instalação no país, de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais;
- Prosseguir com a divulgação dos recursos minerais para atracção de investimentos e para a educação de novas gerações;
- Garantir a realização de feiras de minerais, gemas e ouro em Nampula.

ÁREA DE INSPECÇÃO

- Intensificar as acções de inspecção e fiscalização das actividades do sector dos recursos minerais, tendo em vista garantir o cumprimento das normas que orientam e regulam as actividades do sector, melhorar a informação relativa a circulação de produtos minerais, privilegiando, sempre que possível, a colaboração com outras entidades do Governo.
- Prosseguir com o reforço da capacidade de inspecção e auditoria, como forma de melhorar a eficiência e o desempenho do sector;
- Combater a actividade mineira ilegal, através do reforço da capacidade de inspecção e coordenação intersectorial (MIREM, PRM, e Ambiente);

ÁREA DE HIDROCARBONETOS

- Consolidar o quadro legal e regulador, e prosseguir com a elaboração do Regulamento de Licenciamento de Instalações Petrolíferas e o Regulamento Ambiental Específico para as Operações Petrolíferas;
- Continuar a pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma;
- Efectuar a avaliação dos recursos e do potencial de hidrocarbonetos das bacia sedimentar de Moçambique;
- Prosseguir com as actividades de pesquisa nas áreas da bacia de Moçambique, nos blocos de Zambeze offshore, Inhaminga, Pande/Temane e 16 e 19;
- Acompanhar a finalização dos estudos de avaliação do jazigo de Inhassoro e a sua exploração comercial;
- Concluir os estudos de uso e distribuição de gás natural nos cinco pontos de toma, ao longo do gasoduto entre Temane e Ressano Garcia, para implementar projectos de uso e distribuição direccionados ao sector industrial e doméstico;
- Finalizar os estudos visando a expansão do Centro de Processamento do Gás e do Gasoduto;
- Prosseguir com a produção e monitorar a produção e transporte de gás e condensado.

- Prosseguir as actividades de pesquisa nas áreas *onshore*, 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da bacia de Rovuma,
- Acompanhar as actividades de Pesquisa na Bacia do Rovuma e de Moçambique.
- Finalizar o estudo das opções de processamento e transporte do condensado de Pande e Temane incluindo a possibilidade de construção dum cais específico para o transporte e venda ao mercado nacional e externo

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A indústria transformadora ainda continuará a ser um dos factores determinantes para o desenvolvimento económico do país, onde se espera um crescimento da produção industrial empresarial de 5%. No global, a produção industrial empresarial e familiar registará um crescimento de 4.1%.

Tabela 32: Produção Industrial Empresarial Por Divisões

Divisão	Valor em 10 ⁶ MT (Pr 2006)			(%) Cresc		Peso Est. %
	Real 2006	Proj. 2007	Prev. 2008	2007/06	2008/07	
Outras Indústrias Extractivas	14,6	15,5	16,0	6,2	3,2	0,0
Ind. Alimentares e Bebidas	6.458,1	7.128,8	8.136,1	10,4	14,1	21,7
Indústria de Tabaco	1.741,1	2.011,3	2.150,0	15,5	6,9	5,7
Fabricação de Têxteis	91,2	102,6	109,6	12,5	6,8	0,3
Ind. de Vestuário; Prep. Ting. Fab. Pele	51,2	66,6	80,1	30,0	20,3	0,2
Curt. e Acab. Peles s/Pêlo; Fab Artigos	28,5	29,0	29,7	1,8	2,4	0,0
Fab. Pasta, Papel e Cartão e s/Artigos	207,2	219,7	233,3	6,0	6,2	0,6
Edição, Imp. E Rep. Suportes de Inf. G.	347,9	434,1	521,0	24,8	20,0	1,4
Fabricação de Produtos Químicos	415,6	429,3	441,7	3,3	2,9	1,2
Fab. Art. Borracha e Mat. Plástico	327,6	354,3	366,1	8,2	3,3	1,0
Indústria Metalúrgica de Base	23.825,9	24.264,8	24.741,8	1,8	2,0	65,9
Fab. Prod. Met. Excep. Máq. e Equip.	146,0	155,5	161,1	6,5	3,6	0,4
Fab. Máquinas e Equipamento N.E.	59,3	59,5	59,8	0,3	0,5	0,0
Fab. de Máq. e Apar. Eléctricos N.E.	218,8	246,4	266,4	12,6	8,1	0,7
Fab. Veículos Aut. Reb e Semi-Reboq.	15,3	16,7	17,1	9,2	2,4	0,0
Fab. de Outro Material de Transporte	19,9	21,5	22,0	8,0	2,3	0,0
Fab. Mobiliário; Out. Ind. Transf.	169,6	177,7	179,8	4,8	1,2	0,4
TOTAL	34.137,8	35.733,3	37.531,6	4,7	5,0	100,0

Na categoria de Outras Indústrias Extractivas (Extracção e Refinação de Sal) , prevê-se um crescimento de 3.2%, com a melhoria da qualidade, e do volume de exportação.

Na indústria alimentar e bebidas prevê-se um crescimento da produção de 14.1%, onde será de destaque a produção de óleo e transformação de cereais e a produção de bebidas, tendo em conta os investimentos em curso nas principais unidades produtivas, e com o incentivo ao consumo da produção nacional, através da intensificação da campanha “*Made in Mozambique*”, resultando no aumento da capacidade produtiva.

A Indústria de Vestuário registará um crescimento de 20.3%, com a priorização das empresas nacionais no fornecimento de encomendas de vestuário no sector de saúde, e em outros sectores públicos.

A indústria de Impressão e Reprodução de Suportes de Informação Gravados estima-se um crescimento global de 20% para 2008, perspectivando-se 6.2% na divisão de papel e 20% na divisão de impressão, onde conta-se com o aumento dos níveis de produção das empresas ligadas a embalagens, e o investimento de novas tecnologias de produção incluindo a expansão das capacidades industriais.

A Indústria do Tabaco registará um crescimento de 6.9%, tendo em conta a maior abrangência prevista na distribuição do cigarro e do processamento de tabaco feito pela empresa Mozambique Leaf Tabaco (MLT).

COMÉRCIO

A actividade comercial irá registar um crescimento de 4.6%. Este crescimento será fundamentado pelo crescimento previsto na produção do sector real da economia, e pelo aumento líquido de importações de bens, excluindo as de mega-projectos.

Por outro lado, o comércio continuará a ser impulsionado pela simplificação de procedimentos administrativos de licenciamento comercial, no âmbito da implementação do Decreto N° 49/2004, que aprova o licenciamento comercial e a criação dos Balcões Únicos, contribuindo para a expansão da rede comercial rural e urbana.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector, as medidas de politica, estarão orientadas para a criação de um ambiente regulamentar favorável para o desenvolvimento da industria nacional, desenvolvimento sustentável de pequenas e Medias Empresas (PME`), promoção da comercialização agrícola e valorização da produção nacional, participação efectiva nos Sistemas Bilateral, Multilateral e nos Órgãos Internacionais afins, e ainda disciplinar o exercício das actividades do sector. Assim, com vista a materialização dos objectivos preconizados pelo sector, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Implementação da nova politica e estratégia industrial, estratégia para o desenvolvimento das micro, pequenas e medias empresas, bem como a monitoria da implementação do diploma n°99/2003; que estabelece o regime aduaneiro para a industria transformadora;
- Implementação de acções visando a remoção de barreiras administrativas e simplificação de procedimentos no licenciamento das actividades económicas, visando melhoria de negócios;

- Consolidação do funcionamento dos Balcões de Atendimento Único (BAÚS), através da sua institucionalização e capacitação, e a expansão dos serviços prestados pelo Centro de Informação;
- Prosseguir com as acções de promoção do consumo de produtos nacionais e a massificação da concessão do direito do selo Orgulho Moçambicano “Made in Mozambique”

Assegurar a implementação de políticas e estratégias comerciais que estimulem e fomentem o intercambio comercial nacional e internacional, através de:

- Divulgação e implementação da política de concorrência a todos os níveis (central, provincial e distrital);
- Monitorar a implementação da estratégia de comercialização agrícola (ECA) 2006-2009);
- Monitorar o processo de implementação do decreto nº 49/2004, sobre o licenciamento da actividade comercial, simplificação do processo de venda de cantinas e lojas rurais;
- Reforçar o papel do IPEX através da sua capacitação com recursos humanos, materiais e financeiros;
- Promover produtos e serviços no mercado externo, através da identificação de oportunidades de negócios, participação e organização de feiras comerciais, privilegiando o comercio inter-regional.

No âmbito da participação efectiva do país nos sistemas Bilateral, Multilateral e nos organismos internacionais afins:

- desenvolver acções que visam uma maior divulgação ao sector privado, sociedade civil e parlamento, sobre o processo de integração económica regional da SADC e os acordos de parceria económica entre a SADC/APE e União Europeia;
- Assegurar a participação do país no processo de integração económica regional, tendo em vista a entrada em vigor da Zona de Comercio Livre da SADC em 2008;
- Participação nos acordos de parceria económica com a união europeia e nas negociações no âmbito da OMC;

Garantir o cumprimento da legislação por parte dos agentes económicos e harmonizar os métodos de trabalho da inspecção a nível central e provincial, através de:

- Fiscalização das actividades industriais e comerciais a nível nacional;
- Promoção da realização de inspecções conjuntas nas actividades da industria e comercio;
- Aprofundar as acções de fiscalização, assegurando o cumprimento das obrigações dos operadores perante o consumidor;

No âmbito da normalização, metrologia e acreditação, elaborar normas de acordo com os padrões internacionais e regionais, de forma a garantir a assistência aos agentes económicos em matéria de qualidade;

Prosseguir com as actividades de disseminação do sistema da propriedade industrial e sua consolidação e extensão a escala nacional.

F. TURISMO

PRODUÇÃO DE RESTAURANTES E HOTEIS

O desempenho projectado nos restaurantes e hotéis é fundamentado pelo aumento previsto nas receitas por turismo na balança de pagamentos, pelo crescimento programado no tráfego aéreo de passageiros assim como nos investimentos em curso no sector do turismo.

Com vista impulsionar o desenvolvimento do sector será cedido ao sector privado, em regime de cessão de exploração, o Motel Caia, da Província de Sofala e apoiados técnica e financeiramente (Municípios e Distritos) na criação de infra-estruturas públicas do tipo sanitários públicos, banca de vendas de frutas e de pavilhões para venda de material de artesanato.

MEDIDAS DE POLÍTICA

As acções deste sector centrar-se-ão na garantia da institucionalização e operacionalização dos órgãos de gestão das actividades do licenciamento turístico, de estatísticas do turismo; expansão dos benefícios do turismo para as comunidades locais; melhoria do ambiente de investimento, com a criação de mais oportunidades para o desenvolvimento do sector privado, através do desenvolvimento de projectos âncora e do início da implantação de projectos comunitários nas ACTFs; A divulgação da Marca Turismo e das oportunidades do Mundial 2010, assim como, o reassentamento da população do Parque Nacional de Limpopo. Assim, para a concretização destes desafios, prevê-se o seguinte:

No Domínio Institucional e de Recursos Humanos:

- Implantar o órgão de gestão do sistema de reclassificação de estabelecimentos turísticos;
- Implantar o órgão de gestão do exercício da actividade de direito de habitação periódica nos empreendimentos turísticos;
- Criar estatutos e quadros do pessoal dos Parques e Reservas Nacionais;
- Prosseguir com a formação e capacitação do pessoal aos diversos níveis, em matérias relacionadas com reclassificação de estabelecimentos turísticos, gestão do exercício do direito de habitação periódica, planificação, estatísticas, fiscalização, entre outras;
- Realizar a reunião anual de planificação com os Directores Provinciais do Turismo e Administradores dos Parques e Reservas Nacionais;
- Prosseguir com o processo de transferência do licenciamento dos estabelecimentos de alojamento turístico de uma e duas estrelas para o nível provincial e de classificação única para os municípios ou distritos, no âmbito da reforma do sector público

- Instalar e gerir uma rede de comunicação electrónica entre os diferentes órgãos do MITUR;
- Estabelecer e operacionalizar o Comité de estatísticas do turismo;
- Realizar inquéritos estatísticos do turismo para avaliação e monitoria da demanda turística no país e divulgar os respectivos resultados; e
- Desenvolver acções para o estabelecimento de acordos bilaterais de cooperação com a África do Sul, Brasil e Portugal no âmbito do turismo.

No Domínio do ordenamento e coordenação intersectorial:

- Concluir a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo do distrito de Matutuíne e de Sussundenga;
- Elaborar os Planos de Desenvolvimento do Turismo do Distrito de Vilanculos;
- Concessionar espaços para a implantação de empreendimentos turísticos nos Parque Nacional de Limpopo (2 em Massingir e 1 em Madonse) e na Reserva Especial de Maputo;
- Elaborar os Planos Provinciais de Desenvolvimento do Turismo da zona norte;
- Reservar e delimitar espaços para investimento particularmente nas Áreas Prioritárias para o Investimento do Turismo (APIT) e projectos âncora;
- Disseminar e interpretar o estatuto do Fiscal de Florestas e Fauna Bravia;
- Uniformizar o sistema de colecta de receitas nas áreas de Conservação;
- Traduzir e divulgar os novos regulamentos do sector do turismo; e
- Reclassificar os estabelecimentos turísticos;
- No quadro do programa Made in Mozambique, incentivar a mudança de atitude no seio da indústria turística para preferência e consumo de produtos nacionais;

No Domínio das Áreas de Conservação:

- Implementar e consolidar a Política de Conservação e fortalecimento do usos racional dos recursos faunísticos com o desenvolvimento das comunidades locais e na indústria de caça desportiva;
- Adequar a estrutura organizacional e funcional das áreas de conservação, de acordo com a Política de Conservação;
- Prosseguir com o reassentamento do população do Parque Nacional de Limpopo;
- Prosseguir com o estabelecimento do sistema de comunicação via rádio (Reserva de Marromeu, PNQ, PNZ, PNB, REM e RNCH);
- Continuar com acções de desenvolvimento de infra-estruturas de gestão nas seguintes áreas de Conservação:

- Construção de 28 casas para funcionários e 2 pontes e reabilitação de 35 km de estrada na RNChimanimani
 - Construção de 40 casas e 4 postos de entrada no PNBanhine;
 - Reabilitação de 22 km de Estrada no PNLimpopo;
 - Construção de 11 casas no PNZinave e 22 casas na REMaputo;
 - Construção de Acampamento principal no PNQuirimbas;
 - Construção de 10 *Chalets* para turistas e centro de formação no PNGorongosa;
 - reabilitação do acampamento principal no PNBazaruto e 30 km de estrada na RNGilé;
 - Vedação dos Parques Nacionais Limpopo 50 Km em Nyanga-Nyana) e Quirimbas 10 Km
- Actualizar o Plano de Maneio da REM e elaboração do Plano de Maneio para a RNChimanimani;
 - Assegurar a canalização às comunidades de 20% de receitas das Áreas de Conservação e a monitoria da sua aplicação;
 - Criar condições de incentivo para o investimento privado de moçambicanos nas áreas de conservação.

No Domínio da Promoção do Turismo:

- Divulgar a marca Moçambique;
- Operacionalizar a representação do turismo na Alemanha;
- Continuar com o estabelecimento de representações do turismo na China, Portugal, Reino Unido e Brasil;
- Prosseguir com a organização para participação em feiras nacionais (BTM) e internacionais, nomeadamente, Portugal, Alemanha, África do Sul, Inglaterra, Itália, China, EUA, Zimbabué, Holanda e Espanha.
- Elaborar, divulgar e monitorar o plano de aproveitamento das oportunidades da Copa Mundial 2010;
- Promoção do país através da CNN;
- Consolidar a aliança estratégica de marketing com a África do Sul e Suazilândia para promoção e desenvolvimento das rotas no âmbito da Iniciativa de Desenvolvimento Espacial dos Libombos (IDEL);
- Prosseguir com a campanha de marketing direccionada ao mercado doméstico;
- Promover as oportunidades de investimentos nas APIT e as criadas no âmbito dos projectos âncora nas províncias de Nampula, Zambézia e Maputo Província;
- Melhorar o sistema de gestão e imagem dos balcões de informação de turística existentes e implementação de novos balcões em locais estratégicos na Cidade de Maputo e nas Províncias de Sofala, Tete, Nampula e Cidade de Maputo.

- No quadro da estratégia de marketing, incentivar a promoção de todas as potenciais zonas turísticas do país, incluindo as não costeiras, criando um quadro promocional que assegure uma interligação e complementaridade no aproveitamento das diversas oportunidades e produtos turísticos;

No Domínio da Inspeção das Actividades Turísticas:

- Fazer a fiscalização multisectorial as províncias de Tete, Zambézia e Inhambane;
- Fiscalizar 80 unidades turísticas nas províncias de Gaza, Manica cidade de Maputo e Maputo província,
- Fiscalização ordinária na Cidade de Maputo, Maputo Província e Gaza.

No domínio Multisectorial:

- Descentralizar o processo de gestão financeira da REM e da Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes.

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRODUÇÃO DO SECTOR

O sector prevê atingir uma taxa de crescimento global de 22.7%, onde se esperam crescimentos assinaláveis no transporte aéreo com um crescimento de 27.7%, transporte ferroviário com 21.5% e serviços de comunicações com 31.4%.

Tabela 33 Transportes e Comunicações - Taxa de crescimento em (%)

	2006 BL	2007 PL	2008 PL
Transporte Ferroviário	5.6	7.1	21.5
Transporte Rodoviário	13.8	18.2	10.0
Transporte por Oleodutos	-18.6	0.0	7.7
Transporte Marítimo e Cabotagem	30.3	8.0	4.8
Transporte Aéreo	28.4	10.7	27.7
Serviços relacionados com os Transportes	5.5	6.4	0.8
Serviços de Comunicações	29.7	13.1	31.4
TOTAL	21.2	14.2	22.7

Quanto ao Transporte ferroviário, o crescimento esperado resultará da dinamização da estratégia comercial concebida pelo CFM e pela Spoornet para conquistar tráfego do importante mercado da África do Sul e de todo o resto da região do hinterland. Para este desempenho destaca-se:

- A conclusão da reabilitação da Linha de Ressano Garcia, em Junho de 2008 que permitirá:
 - A redução de descarrilamentos e risco de roubo de mercadorias;
 - O aumento da capacidade de carga da linha e consequente incremento do volume de tráfego; e
 - A redução do tempo de ocupação da linha por comboio, com a circulação à velocidade de 75 Km/h.
- O projecto da reabilitação de 6 Locomotivas Diesel Eléctrica para repor a capacidade de tracção no CFM-Sul
- A aquisição de 3 automotoras triplas para 210 passageiros e reparação em curso de 20 carruagens também para o transporte de passageiros;

- A expectativa da abertura da Terminal de Combustíveis no Porto de Maputo para servir os Países da Região.
- Implementação de novos investimentos que consistem na reabilitação da Linha do Norte com a recepção de mais locomotivas de linha (passageiros e carga) que irá incrementar a circulação para mais um comboio/mês.

Prevê-se um crescimento no tráfego rodoviário de passageiros que resultará do aumento da capacidade de oferta, tomando em conta a entrada de um total de 150 novos autocarros para o sector público e privado.

Quanto ao Transporte Marítimo, espera-se um crescimento de 4.8%, com o aumento dos investimentos no sector.

O desempenho do transporte aéreo deve-se à abertura e operacionalização de novas rotas para África do Sul:

- Cape Town / Maputo / Cape Town;
- Johannesburg / Pemba / Johannesburg;
- Vilankulo / Lanseria (Johannesburg) / Vilankulo; e
- Inhambane / Lanseria (Johannesburg) / Inhambane.

O sector das comunicações caracteriza-se por estar em franca expansão, sendo de destacar os investimentos em curso nos últimos anos. Em 2008 serão introduzidos novos serviços de telefonia fixa, e efectuada a expansão dos serviços de telefonia fixa e móvel no país.

MEDIDAS DE POLÍTICA

A política do Governo para este sector, define como objectivos principais a continuação da melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas áreas urbanas e rurais; a participação mais eficiente do empresarial nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; e desenvolvimento rápido do sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças/exigências que ocorrem, e tornando-a, mais abrangente e dinâmica. Neste âmbito, serão desenvolvidas as seguintes acções:

No Domínio do Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre

- Dinamizar o processo de construção de seis (6) embarcações constituídas por dois (2) Ferry Boats para as travessias Maputo-Catembe e Quelimane-Recamba; dois (2) catamaras-taxis para a travessia Inhambane –Maxixe; um (1) catamara para Beira-Buzi e uma (1) embarcação mista (de passageiros e carga) para Beira-Machanga
- Iniciar a Reabilitação e Capacitação das Administrações e Delegações Marítimas de Xai-Xai (Gaza), Chicoa (Tete), Chinde (Zambézia), Ilha de Moçambique e Angoche (Nampula).
- Iniciar a Implementação do Projecto das Comunicações Marítimas, GMDSS - Global Maritime Distress and Safety System; e
- Iniciar a Instalação de um Centro de Busca e Salvamento, em Maputo.

No Domínio da Segurança Rodoviária

- Iniciar a realização das Inspeções Periódicas Obrigatórias; e
- Introduzir o sistema de exames multimédia.

No Domínio da Aviação Civil.

- Implementação do projecto RVSM (Reduction Vertical Separate Minimums) da ICAO no espaço Aéreo Nacional ;

No Domínio das comunicações.

- Consolidar o uso de novos serviços introduzidos pela TDM, (Internet Banda Larga)
- Concluir a espinha dorsal da Rede nacional de Transmissão (Backbone), nos troços Chimoio-Tete-Caia; Nampula-Pemba e Cuamba- Lichinga;
- Garantir a Expansão da cobertura móvel aos distritos de Massangena, Chigubo em (Gaza); Chemba em (sofala), Tambara, Machaze e catandica em (Manica); Ulóngue em (Tete); Lugela, Namarroi e Chinde na (Zambézia); Muecate Mecuburi, Lúrio e Lalaua em (Nampula); Mecanhelas em (Niassa) e Mocímboa da Praia em (Cabo Delgado)
- Assegurar a cobertura de 42 distritos através do acesso sem fio de tecnologia CDMA (Code Division Multiple Access) que permitirá a disponibilização de serviços de voz e dados (internet) nas seguintes Províncias:

NIASSA (9) - Massangulo, Mecula, Maua, Metarica, Insaca, Malanga, Unango, Muembe e Mavago;

CABO DELGADO (8) - Metuge, Namuno, Muidunbe, Balama, Ancuabe, Palma, Meluco e Mecufi;

NAMPULA (7) - Namapa, Membra, Mecuburi, Nametil, Nacaroa, Muecate e Liupo;

ZAMBÉZIA (5) - Maganja da Costa, Gilé, Chinde, Pebane, e Lugela;

TETE (3) - Tsangano, Manje e Chifunde;

MANICA (5) - Sussundenga, Macossa, Espungabera, Guro e Nhacolo;

INHAMBANE (3) - Jangamo, Homoíne e Panda; e

GAZA (2) - Mabalane e Caniçado.

No Domínio dos Portos e Caminhos de Ferro

- Acompanhar a reconstrução da linha de Sena e reabilitar a Linha de Machipanda; e
- Assegurar a continuação da dragagem de emergência ao canal do Porto da Beira e consequente aumento da demanda de navios de grande porte

- **No Domínio da Meteorologia**
- Reabilitar e Transformar a aerologia na Delegação de Meteorologia em Sofala; e
- Operacionalizar os centros regionais de meteorologia.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

Neste âmbito serão implementadas as seguintes acções:

- Operacionalizar a institucionalização dos balcões Únicos de atendimento publico e o centro de informação de negócios, visando simplificar os procedimentos no licenciamento e atrair mais investimentos no país;
- Desenvolver acções de apoio aos produtores de Sal, com vista a sua iodização, através da formação, capacitação e distribuição de iodo e laboratórios “portáteis” aos produtores nacionais, de forma a melhorar a qualidade.
- Implementação do programa *Growing Sustainable Business*, o qual consiste na promoção de Negócios Sustentáveis. Para o ano de 2008 prevê-se a identificação de projectos de investimento privado com impacto directo na redução da pobreza; realização de estudos de viabilidade ou planos de negócio para cada projecto; assistência institucional ao CPI na capacitação e desenvolvimento de programas similares;
- Continuar com a campanha de valorização do frango nacional, visando estimular e promover o crescimento dos pequenos produtores locais de frangos;
- Adoptar medidas que permitam a produção no País de ração a custos que permitam estimular o aumento quantitativo e qualitativo da produção do frango nacional e a redução do preço ao consumidor

IV.2. CAPITAL HUMANO

A. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, em 2008 continuará a ser privilegiada a expansão do acesso e a melhoria da qualidade do ensino, através da expansão da rede escolar (para todos os níveis e tipos de ensino), formação e recrutamento de novos de professores.

Educação Geral

Prevê-se que o número de alunos no Ensino Geral cresça em cerca de 13,6% comparativamente ao ano de 2007, mantendo-se assim a tendência de crescimento. Por níveis de ensino, espera-se um crescimento mais acentuado no número de alunos do ensino primário, muito particularmente para o EP2. Em termos de rede escolar, prevê-se que esta registe um crescimento de cerca de 7.5% comparativamente ao ano de 2007.

A construção acelerada de infra-estruturas educacionais será promovida tendo em vista a expansão do acesso.

Tabela 34: Educação Geral – Efectivos Escolares em 2006/2008

Educação Geral: Efectivos Escolares em 2006/2008

Nível	Escolas					Alunos				
	Real 2006	Prev. 2007	Plano 2008	Evolução, %		Real 2006	Prev. 2007	Plano 2008	Evolução, %	
				Pr07/R06	P08/Pr07				Pr07/R06	P08/Pr07
EP1	8,954	9,303	9,738	3.9	4.7	3,597,392	3,866,906	4,299,811	7.5	11.2
EP2	1,514	1,842	2,217	21.7	20.4	496,031	616,091	772,563	24.2	25.4
ESG1	216	254	290	17.6	14.2	257,729	313,692	372,398	21.7	18.7
ESG2	49	58	70	18.4	20.7	35,450	47,388	56,711	33.7	19.7
Total	10,733	11,457	12,315	6.7	7.5	4,386,602	4,844,077	5,501,483	10.4	13.6

Prevê-se que a rede escolar que irá leccionar o ensino geral, registre um crescimento em mais 858 instituições, conforme se distribui na tabela seguinte:

Tabela 35: Escolas a Introduzir Novos Níveis

Escolas a introduzir novos níveis em 2008					
Provincia	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Total
Cabo Delgado	25	37	2	0	64
Niassa	40	16	0	1	57
Nampula	69	55	8	0	132
Zambézia	140	78	4	3	225
Tete	46	19	2	1	68
Manica	49	50	8	0	107
Sofala	15	17	2	0	34
Inhambane	33	41	2	1	77
Gaza	10	41	5	4	60
Maputo Prov.	8	17	3	2	30
Maputo Cid.	0	4	0	0	4
Total	435	375	36	12	858

Educação Especial

No domínio da Educação Especial, terão continuidade as seguintes acções:

- Continuação de acções que visam a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e portadoras de deficiências motoras, visuais e auditivas;
- Continuação do desenvolvimento de estratégias apropriadas e materiais específicos para utilização em ambientes de salas de aula inclusivas;
- Fortalecimento de mecanismos para a recolha de informação sobre crianças com necessidades educativas especiais e criação da respectiva base de dados;
- Elaboração de materiais de apoio ao professor para o atendimento de crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- Continuação da reabilitação das Escolas Especiais (em Maputo);
- Construção de 3 centros regionais para Educação Especial (Gaza, Nampula e Tete).

Ensino Primário

No âmbito de efectivos escolares, no Ensino Primário do 1º Grau (EP1), prevê-se que cerca de 4.299.811 alunos frequentem o EP1, o que corresponde a um crescimento de 11,2% comparativamente ao ano de 2007. Estes alunos serão matriculados em 9.738 escolas, que representam um crescimento de 4,7% comparativamente a 2007.

Em termos de cobertura escolar, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no EP (EP1+EP2) seja de 97,3%, sendo de 94,7% para raparigas.

Prevê-se que a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe seja de 74.0% e a de conclusão do EP2 pelas meninas seja de 34%.

No Ensino Primário do 2º Grau (EP2), o número de alunos irá crescer em cerca de 25,4% comparativamente ao ano de 2007, i.é, um acréscimo de mais 156.472 alunos em relação aos 616.091 registados em 2007. Em termos de escolas, prevê-se que mais 375 escolas leccionem este grau de ensino, aumentando assim o número de escolas que leccionam este nível das actuais 1.842 escolas para 2.217.

Quanto aos ingressos, prevê-se que um total de cerca de 391,012 alunos frequentem a 6ª classe pela primeira vez, o que representa um crescimento de 11,5% em relação ao valor observado em 2007. A taxa de admissão bruta aumentará assim dos actuais 70,7% para 75,3% em 2008.

Em relação as salas de aula para o ensino primário, prevê-se a construção de 1.404 salas distribuídas da seguinte forma: Cabo Delgado (116), Gaza (99), Inhambane (117), Manica (95), Maputo (53), Nampula (305), Niassa (75), Sofala (95), Tete (118), Zambézia (294) e Cidade de Maputo (37).

Importa também realçar que terá continuidade a divulgação da idade oficial de ingresso das crianças na escola e de mensagens sobre a educação das raparigas nos média e com recurso a figuras públicas.

Ensino Secundário

No Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), prevê-se que cerca de 372.398 alunos frequentem este nível de ensino, o que representa um crescimento de 18,7% em relação aos valores observados em 2007. Estes alunos irão frequentar um total de 290 escolas o que representa um incremento de mais 36 escolas comparativamente ao número de escolas que lecciona este nível de ensino em 2007 (254 escolas).

Em relação ao Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG2), prevê-se que frequentem este ciclo cerca de 56.711 alunos, representando um crescimento de 19,7% relativamente a 2007 (47,388 alunos). Este nível de ensino será leccionado em 70 instituições de ensino, o que representa um acréscimo de mais 12 escolas em relação a 2007.

Em termos de infra-estruturas de ensino para este nível de ensino, prevê-se a conclusão da reabilitação de 4 escolas (1 em Gaza, 1 em Inhambane, 1 em Nampula e 1 em Tete), continuação da reabilitação de 6 escolas (1 em Inhambane, 2 em Nampula, 2 em Niassa e 1 em Sofala) e o início da reabilitação de 2 (1 em Maputo e outra em Niassa).

Terá continuidade o projecto de construção de 4 escolas secundárias (1 em Cabo Delgado, 1 em Nampula, 1 em Niassa e 1 na Zambézia), assim como terá início a

construção de 3 escolas (1 em Gaza, 1 em Niassa e 1 em Tete) e a ampliação de uma escola em Tsangano (Tete).

No que se refere as salas de aula, prevê-se a construção de 20 salas de aula para o ensino secundário na cidade de Manica, e a construção acelerada de 500 salas de aula em todo o país.

Em termos de Recrutamento do Corpo Docente, prevê-se a contratação de 11 290 novos professores, dos quais, 9.400 para o ensino básico.

Tabela 36: Contratação de Professores

	Cabo Delgado	Gaza	Inhambane	Manica	Maputo Província	Nampula	Niassa	Sofala	Tete	Zambézia	Maputo Cidade	Total
Docentes												
Ep1	600	490	450	580	390	1,800	500	750	840	1,900	100	8,400
Ep2	90	80	115	100	60	115	50	100	110	130	50	1,000
Esg1	90	150	145	235	75	109	40	140	160	260	115	1,519
Esg2	3	3	14	17	2	6	10	6	15	14	60	150
ETE							5	10	5			20
ETB	5	6	10	5	9	4	4	2	3	12		60
ETM		5		4	8	4	8	3	3	5		40
Form Profs	3	5	4	12	5	3		3		20	-	55
Outros (*)	5	5	5	5	8	-	-	8	-	5	5	46
Total	796	744	743	958	557	2,041	617	1,022	1,136	2,346	330	11,290

(*) - Escolas comunitárias

Educação à Distância

No âmbito da Educação à Distância, as atenções serão concentradas no seguinte:

- Treinamento de 508 tutores em matéria de gestão pedagógica e administrativa, sendo 198 para o Programa do Ensino Secundário à Distância (PESD) e 310 para o curso médio de formação em exercício dos professores primários;
- Apetrechamento de 23 Núcleos de Formação de Professores em Exercício (NUFORPE's) nos IFP's com consumíveis, equipamento informático e de reprografia;
- Desenvolvimento e expansão do curso médio de formação de professores primários à distância em exercício com a inscrição de 5.000 novos professores;
- Reprodução de 357.500 módulos do curso médio de formação de professores;
- Continuação da implementação do Projecto de Ensino Secundário à Distância (PESD) na província de Nampula, e seu alargamento para mais distritos da província e para todo o país, inscrevendo 3.300 alunos.

Formação do Corpo Docente

Para a concretização da estratégia transitória de médio prazo (2007–2010) para a formação de professores, serão continuadas as acções que visam consolidar a implementação dos cursos baseados nos novos modelos de formação de professores para o Ensino Primário e Secundário. Assim, as grandes medidas serão orientadas para:

- Manutenção de um sistema de monitoria dos processos e resultados dos modelos transitórios na reforma da formação inicial de Professores;

- Consolidação de um sistema de recrutamento e selecção de candidatos aos cursos de formação inicial para os IFPs;
- Capacitação de 40 mil professores do Ensino Básico das disciplinas de Ciências Sociais, Matemática, Educação Musical;
- Estabelecimento de critérios de acreditação e certificação das várias formações e capacitações em exercício;
- Inscrição e formação de 1.500 alunos para o curso inicial de 12^a +1 para o ensino secundário;
- Continuação do desenvolvimento dos currícula para o curso de formação à distância para professores do ESG1;
- Conclusão da reabilitação de 3 IFPs (Homoíne, Namaacha e Inhaminga), reabilitação da escola anexa do IFP de Xai-Xai, construção do muro de vedação do IFP de Chimoio, construção do IFP de Cuamba (Niassa) e início da reabilitação de 3 IFPs (1 em Nampula – Marrere, 1 em Tete – Chitima e 1 em Sofala – Inhamízia);
- Reabilitação e ampliação do Instituto de Línguas.

Em termos dos efectivos de alunos a matricular nas instituições de formação de professores, espera-se que frequentem os cursos de Formação de Professores Primários de 10^a+1, um total de 6.807 alunos, registando-se um crescimento na ordem dos 137% relativamente a 2007. Os cursos de 7^a+3 serão frequentados por um total de 2.340 alunos, número inferior ao observado em 2007 (4.019 alunos), correspondendo a uma redução de 41,8%. Isto resulta da introdução do novo curso de 10^a+1 em todos os centros. Os cursos médios de formação de professores, em 2008 apenas funcionarão com um total de 152 alunos no turno nocturno na província de Sofala.

Em termos globais, nos dois turnos (diurno e nocturno) registrar-se-á uma redução de 9%, passando de 10.222 registados em 2007 para um total de 9.300 formandos em 2008, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 37: Formação do Corpo Docente do Ensino Geral

Formação do Corpo Docente (Ensino Geral), 2006 - 2008					
Níveis	Real 2006	Prev. 2007	Plano 2008	Evolução, %	
				Pr07/R06	P08/Pr07
Curso Básico (7 ^a +3)-Total de alunos-Diurno	6,148	4,019	2,341	-34.6	-41.8
Curso Básico (10 ^a +1)-Total de alunos-Diurno	411	2,869	6,807	598.1	137.3
Curso Básico (10 ^a +1)-Total de alunos-Nocturno	281	-	-	-100.0	-
Curso Médio (10 ^a +2)-Total de alunos-Diurno	5,852	2,530	-	-56.8	-100.0
Curso Médio (10 ^a +2)-Total de alunos-Nocturno	2,075	804	152	-61.3	-81.1
Total	14,767	10,222	9,300	-30.8	-9.0

Educação Técnico Profissional

No âmbito da educação técnicoprofissional e vocacional, as principais acções serão orientadas para a continuação da implementação do Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP), incidindo fundamentalmente sobre:

- Estabelecimento de um novo sistema de gestão descentralizada do subsistema;

- Introdução da Formação Baseada em Padrões de Competências dentro e fora do PIREP;
- Formação de professores, orientada para o novo modelo baseado em Padrões de Competências;
- Ampliação e construção da rede de instituições do Ensino Técnico Profissional (ETP), contemplando a reabilitação de 5 escolas (1 em Cabo Delgado, 1 em Nampula, 1 em Niassa, 1 em Nampula e 1 na Zambézia), 2 institutos técnicos (1 em Sofala e 1 na Cidade de Maputo) e início da construção de 3 escolas profissionais (1 em Cabo Delgado, 1 em Manica e 1 na Zambézia);
- Continuação do programa de apetrechamento dos laboratórios e escritórios das escolas do ensino técnico, abrangidas pelo projecto PIREP.

No que respeita aos efectivos escolares, prevê-se que o ensino técnico elementar seja leccionado em 14 escolas públicas com um total de 2.915 alunos o que representa um crescimento de 31,7% em relação ao valor observado em 2007 (2.213 alunos).

O nível básico diurno será frequentado por um total de 24.784 alunos, o que representa um crescimento de 2,4% relativamente aos valores observados em 2007 (24.197 alunos).

O nível médio diurno será frequentado por 5.717 alunos, o que representa um crescimento de 19,4% em relação ao valor observado no corrente ano lectivo (4.787 alunos).

Alfabetização e Educação de Adultos (AEA)

No âmbito da alfabetização e educação de adultos, continuar-se-á a dar atenção especial à:

- Expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga, visando o equilíbrio de género;
- Mobilização e sensibilização dos membros dos Conselhos Comunitários Distritais, visando a sua participação nos diferentes programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não-Formal;
- Implementação e consolidação do programa de Alfabetização via Rádio, promovendo a alfabetização de 160 mil pessoas;
- Recrutamento e capacitação de alfabetizadores voluntários, facilitadores e orientadores para programas regulares de AEA e alfabetização via rádio;
- Promoção da implementação de programas de alfabetização em línguas locais;
- Implementação da fase piloto do novo currículo de alfabetização;
- Edição, impressão e distribuição de exemplares de livros e manuais para Literacia, Numeracia e Habilidades para a vida, em português e em línguas locais do 1º nível do novo currículo;

- Revitalização dos Núcleos Pedagógicos de Base (NPB's) em todos os distritos, com a função específica de capacitação pedagógica dos alfabetizadores e educadores de adultos;
- Expansão dos programas de Educação Não Formal (ENF), através de cursos de horta orgânica, construção de baixo custo e gestão de pequenos negócios;
- Aquisição e distribuição de petromax's e painéis solares para os centros de alfabetização localizados nas zonas sem corrente eléctrica;
- Construção do Centro de Formação de Quadros de AEA de Gaza.

Assim, no âmbito dos efectivos a inscrever, prevê-se que frequentem do 1º ao 3º ano um total de 1.022 mil alfabetizandos e educandos, dos quais 160 mil serão inscritos nos cursos via rádio. O número aqui proposto é superior em 24% em relação ao valor observado em 2007. O número de unidades que se prevê que leccionem este nível de ensino, nos programas regulares, será de 3.812, significando um crescimento de 14% em relação às registadas em 2007 (3.352 unidades).

Para assegurar a alfabetização e educação de adultos ao nível do 1º, 2º e 3º anos, serão recrutados cerca de 30.1 mil alfabetizadores.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Com vista a melhoria da qualidade do ensino, continuará a ser privilegiado o seguinte:

- Aquisição e distribuição do livro escolar para cerca 5.060.000 alunos e respectivos professores;
- Definição e aprovação da nova Política do Livro Escolar;
- Continuação da consolidação do novo currículo do ensino básico;
- Continuação da implementação do ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário;
- Monitoria e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e acompanhamento da implementação do novo currículo;
- Conclusão da revisão da Estratégia do Ensino Secundário;
- Continuação da transformação curricular do Ensino Secundário Geral (ESG), tornando-o mais integrado com aspectos profissionalizantes;
- Apoio financeiro directo às escolas para beneficiar cerca de 5.060.000 alunos do EP1 e EP2 em material básico escolar, consumíveis, manutenção das instalações e programas de saúde escolar.

Desporto Escolar

Neste âmbito, serão priorizadas as seguintes acções:

- Realização de campeonatos dos jogos escolares do Ensino Médio e Superior nas modalidades de Atletismo, Basquetebol, Futebol e Voleibol;

- Realização de cursos de capacitação para treinadores, árbitros, juízes e cronometristas de Atletismo, Andebol, Basquetebol, Futebol, Voleibol e Xadrez para o IX Festival dos Jogos Escolares a realizarem-se em 2009;
- Realização de um estudo sobre os jogos tradicionais a nível do país com vista a sua integração no currículo e no conjunto de modalidades desportivas;
- Início da construção de dois campos polivalentes na cidade de Lichinga para acolher o IX festival dos jogos desportivos escolares;
- Reabilitação de dois campos polivalentes na cidade de Lichinga para acolher o IX festival dos jogos desportivos escolares;
- Início da construção de uma pista de atletismo na cidade de Lichinga para acolher o IX Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares;
- Realização do seminário nacional de educação física e desporto escolar na cidade de Manica;
- Criação de Associações Provinciais do Desporto Escolar nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Sofala e Zambézia.

Saúde Escolar

Neste âmbito, maior atenção será prestada ao seguinte:

- Reactivação do Programa de Saúde Escolar em coordenação com o sector da Saúde e com a participação das comunidades;
- Capacitação dos professores em exercício em matéria de saúde escolar;
- Integração dos conteúdos de saúde nos currículos dos Institutos de Formação de Professores (IFP's), nos Cursos de Reforço Escolar: Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos (CRESCER) e na Universidade Pedagógica (UP);
- Inclusão do sistema de informação das escolas com sanitários e fontes de água operacionais no sistema do levantamento estatístico do MEC;
- Aquisição e colocação de redes mosquiteiras nos internatos e realização de acções de pulverização;
- Desenvolvimento e implementação de uma estratégia de combate a droga e de controlo das bebidas alcoólicas.

Produção e Alimentação Escolar

Nesta componente estratégica, as principais realizações previstas são as seguintes:

- Capacitação dos professores e direcções das escolas em matéria de produção escolar;
- Construção e reabilitação de infra-estruturas de produção escolar;
- Continuação da implementação do actual programa de lanche escolar nas escolas primárias, explorando sob a forma de estudos de viabilidade e projectos piloto, formas mais sustentáveis de implementação do programa;
- Definição, com base na experiência existente a nível nacional, de uma estratégia de Alimentação Escolar;

- Promoção de um sistema de educação alimentar e nutricional nas escolas e centros internatos.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

No âmbito das TICs, serão realizadas as seguintes actividades:

- Continuação da colocação de meios e equipamentos informáticos em diferentes níveis e instituições de gestão e administração do sector (províncias, distritos, escolas e outras instituições);
- Concepção do currículo das TICs para o Ensino Secundário Geral do 1º e 2º ciclos, IFPs e do Ensino Técnico;
- Expansão das TICs para as escolas secundárias (gerais e técnica) e IFPs, através de instalação de laboratórios apropriados e sua conectividade;
- Promoção do uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do ensino secundário, ensino técnico e formação de professores;
- Expansão de redes e sistemas de comunicação entre as Instituições Subordinadas e Tuteladas, Direcções Provinciais e Serviços Distritais;
- Continuação do trabalho da reforma do sistema de exames;
- Contratação de uma consultoria para a melhoria do sistema de registo académico nas escolas do ensino médio e nos IFPs, em todo o país.

Está igualmente programada a realização da Reunião Internacional de Educação.

ENSINO SUPERIOR

Na área do Ensino Superior, serão priorizadas as seguintes acções:

- Continuação da implementação da estratégia do ensino superior, visando o fortalecimento do subsistema para oferecer mais cursos relevantes e de qualidade;
- Continuação da preparação do regulamento da Lei do Ensino Superior;
- Criação e implementação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e Acreditação (SINAQUES) e do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA);
- Implementação da fase piloto a nível nacional, do modelo revisto do financiamento das Instituições de Ensino Superior;
- Continuação da publicação de estatísticas e indicadores do ensino superior;
- Construção de edifícios de raiz para os três Institutos Politécnicos abertos em 2006 (Gaza, Manica e Tete);
- Implantação da Universidade Zambeze (UniZambeze) na região centro do país (província de Sofala);
- Expansão da Universidade Lúrio (UniLúrio) para a província do Niassa.

CULTURA

Na área da Cultura, os esforços estarão concentrados na preservação e divulgação do património cultural nacional, melhoramento da rede de infra-estruturas culturais e

promoção da indústria cultural. Assim, tendo em vista a realização destes objectivos, serão realizadas as seguintes actividades:

Promoção da Cultura

- Divulgação do património cultural sobre as áreas protegidas, sítios e locais históricos, assim como outras informações de carácter histórico e cultural através dos meios de comunicação social, das escolas e de estabelecimentos de restauração;
- Divulgação da legislação atinente a área da cultura.

Preservação e Valorização do Património Cultural

- Continuação da identificação, registo e preservação de obras culturais e naturais a inscrever na proposta da lista do Património Nacional;
- Desenvolvimento de acções de protecção e salvaguarda da Timbila e do Nyau (digressões, festivais, espectáculos didácticos, compra de instrumentos musicais e adereços);
- Realização de campanhas de sensibilização para a preservação do património cultural (em escolas, instituições relevantes e em comunidades locais);
- Conclusão da elaboração da estratégia de implementação da Política Nacional do Livro e introdução do Sistema Internacional de Numeração do Livro em Moçambique;
- Conclusão da elaboração da Política do Cinema em Moçambique;
- Realização do Seminário Nacional sobre a padronização de Ortografia e Línguas Moçambicanas;
- Desenvolvimento e aprovação da Política Linguística de Moçambique e respectivo quadro legal.

Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas culturais

- Reabilitação de casas de cultura e bibliotecas públicas provinciais;
- Continuação da reabilitação do ARPAC e Biblioteca Nacional de Moçambique.

Fortalecimento da parceria com os vários intervenientes

- Fomento e fortalecimento do associativismo cultural;
- Realização de Jornadas Científico-Culturais nas províncias;
- Participação em eventos culturais nacionais e internacionais.

Fortalecimento da moçambicanidade no âmbito da unidade na diversidade

- Realização da II Conferência Nacional de Cultura;
- Realização do V Festival Nacional de Cultura;
- Reabilitação Integrada da Ilha de Moçambique, Património da Humanidade;
- Melhoramento do acervo das Bibliotecas Públicas e Escolares;

- Melhoramento do acervo em instrumentos de arte e cultura para as casas de cultura, escolas (ex: instrumentos musicais-tradicionais e modernos; material para desenho e pintura, para produção de cerâmica, artesanato, etc.);
- Recolha de dados e pesquisa sócio-cultural e científica sobre os bens do património cultural e natural, e produção de brochuras e publicações.

B. SAÚDE

Na área da Saúde, os esforços continuarão concentrados na redução das elevadas taxas de morbilidade e mortalidade na população geral e nos grupos de risco acrescido e desfavorecidos em particular. Assim, para a realização do objectivo definido continuarão a constituir prioridade os cuidados de saúde primários e a melhoria da qualidade dos serviços prestados a população.

Expansão da Rede Sanitária

Neste âmbito será privilegiada a construção, reabilitação e ampliação da rede sanitária sendo de destacar o início da construção do Hospital Geral de Nacala, Hospital Geral da Matola, Hospital Rural de Marromeu, Hospital Rural de Fíngoe, Hospital Rural de Mapai, Hospital Rural de Quissico, Hospital Rural da Manhica, Enfermaria de Pediatria do Hospital Central da Beira, Bloco operatório do Hospital Provincial de Chimoio e 14 Centros de Saúde na Zambézia.

Tabela 38: Expansão da Rede Sanitária

Tipo de Infraestruturas	Novas Construções	Reabilitação e/ou ampliação, promoção
Hospitais Centrais		1
Hospitais Provinciais		1
Hospitais Rurais e Gerais	7	13
Centros de Saúde	14	2
Instituições de Formação		3

Recursos Humanos

Neste âmbito, prevê-se graduar 525 profissionais de nível médio (sendo 75 graduados em cursos de promoção e 450 em cursos iniciais), 25 técnicos de nível médio especializado e 900 técnicos de nível básico.

Com vista a melhorar a qualidade de formação, será concluída a avaliação da qualidade de formação nas carreiras de Medicina Preventiva, Laboratório e Farmácia e a revisão dos currícula de formação das carreiras de Medicina Geral, Medicina Preventiva, Enfermagem de SMI (nível básico), Instrumentação, Anestesiologia e Psiquiatria.

Prestação de Cuidados de Saúde

Na área dos cuidados curativos, prevê-se um crescimento estimado em 3.5% na componente de consultas externas e conseqüente aumento do consumo de serviços, aliada à redução do índice de iniquidade de 3.2 para 3.1 e 0.96 consultas por habitantes, segundo a tabela a seguir.

Tabela 39: Evolução da Actividade Global da Saúde

Evolução da Actividade Global de Saúde, 2005-2008

Indicadores	2005 Real	2006 Real	2007 Prev	2008 Plano	Evol.(%) PI08/Pr07
Consultas Externas (mil)	18,075	18,719	19,385	20,074	3.55
Consultas Externas/hab	0.93	0.94	0.95	0.96	
Índice de inequidade	3.0	3.3	3.2	3.1	

Programa de Saúde Materno Infantil

Mortalidade Infantil

Com vista a redução da mortalidade Infantil, será privilegiada a expansão dos cuidados essenciais ao recém nascido nas unidades sanitárias especialmente no que concerne a ressuscitação dos recém nascidos no âmbito dos cuidados neo-natais e doenças de infância nas comunidades. Além disso, as maternidades continuarão a ser equipadas com material de ressuscitação neo-natal, e terá continuidade à divulgação das normas dos serviços de Neonatologia e a distribuição do material educativo sobre o método mãe-canguru em todo o País, para prevenir as mortes prematuras.

No âmbito do reforço do serviço de Neonatologia, prevê-se criar serviços de neonatologia nos Hospitais Provinciais (HPs) e Hospitais Gerais (HG) de Mavalane e José Macamo, proceder a colocação de mais um Médico Pediatra nos hospitais provinciais e colocar mais 4 enfermeiros de SMI de nível médio nos HPs e HGs.

No que concerne ao aumento da provisão de serviços de prevenção da transmissão vertical e de serviços de tratamento anti-retroviral (TARV) pediátrico, será privilegiada a formação em TARV pediátrico para médicos e técnicos, a actualização curricular para os cursos de formação inicial e a distribuição de material educativo. Será dada continuidade a expansão da Estratégia de Atenção Integrada à Doenças de Infância (AIDI), com a inclusão desta componente do TARV pediátrico, com uma forte componente de supervisão.

No concernente ao controlo de crescimento das crianças, o sector prevê aumentar as coberturas das consultas conforme a tabela a seguir ilustra.

Evolução da Componente Preventiva da SMI, 2005-2008

Indicadores	2005 Real	2006 Real	2007 Prev	2008 Plano
Consultas 0-11 Meses	98%	98%	98%	98%
Consultas 0-4 Anos	42%	41%	74%	76%

Para expandir e fortalecer os serviços de AIDI ao nível institucional (USs), serão realizados cursos sobre o manejo da malária grave para permitir que todos os hospitais tratem correctamente os casos de malária grave. Importa realçar que neste período será elaborada e disseminada a Política e Estratégia Nacional de Saúde Neo-natal e Infantil por todas as províncias.

Mortalidade Materna

Com vista a redução da mortalidade materna, será privilegiada a realização das seguintes acções:

- Aumentar o n.º de USs que prestam Cuidados Obstétricos de Emergência Básicos (COEmB) para 1.9 por 500 mil habitantes;

- Criar condições para que 60% das maternidades das sedes distritais tenham uma casa de espera para mulheres grávidas;
- Incrementar a capacidade de despiste e tratamento da sífilis através da distribuição dos testes rápidos da sífilis em 100% das US sem laboratório e treinar 100% do respectivo pessoal;
- Realizar um curso por província ao longo do ano, para a capacitação de pessoal técnico no tratamento sindrómico de úlceras genitais;
- Aumentar o acesso das mulheres grávidas ao Tratamento Intermitente Preventivo (TIP) em cerca de 60% das USs do país, no âmbito da sua protecção contra a malária;
- Atingir uma cobertura de 85% em suplementação com vitamina “A” e de 80% em suplementação de iodo nas mulheres em idade fértil;
- Formar e/ou reactivar os Conselhos de Líderes Comunitários com vista ao envolvimento das comunidades na promoção da saúde;
- Prosseguir com o processo da revisão da lei da interrupção da gravidez em Moçambique;
- Estimular a participação do homem como marido e pai, não só nas consultas de planeamento familiar como também nas consultas pré-natais e nas restantes de saúde reprodutiva, com vista a melhorar a eficácia dos serviços de saúde reprodutiva.

Assim, prevê-se que o nível de cobertura das principais componentes da Mortalidade Materna, registe um aumento segundo a tabela a seguir ilustra.

Evolução da Componente Preventiva da SMI, 2005-2008

Indicadores	2005 Real	2006 Real	2007 Prev	2008 Plano
Consultas pré-natais	98%	100%	98%	98%
Partos institucionais	50%	48%	53%	55%
Consultas pós-partos	56%	64%	64%	66%
Planeamento Familiar	15%	18%	30%	35%

Programa Alargado de Vacinação

No domínio do Programa Alargado de Vacinação, está prevista a manutenção do níveis actuais de cobertura vacinal. Para o efeito, prevê-se que 90% de USs tenham postos fixos de vacinação em funcionamento.

Coberturas do PAV, 2005-2008

Indicadores	2005 Real	2006 Real	2007 Prev	2008 Plano
BCG [0-11 Meses]	98%	98%	98%	98%
VAS [9-23 Meses]	98%	83%	98%	98%
DPT/HB (3ª Dose)	95%	84%	95%	95%
Anti-Pólio 3	95%	84%	95%	95%
TT2+Grávida	56%	61%	77%	78%
TT2+(MIF's)	13%	18%	39%	40%

Grandes Endemias

No âmbito da **redução do peso da Malária** serão reforçadas as acções tendentes à melhoria do diagnóstico e manejo dos casos, reforço de medidas de controlo

vectorial através da expansão da pulverização domiciliária associada a acções de promoção de saúde e mobilização comunitária. De igual modo, serão reforçadas as acções de prevenção da malária na gravidez, sendo este um grupo de maior risco.

Para aumentar a eficácia do Programa Nacional de Controle da Malária, serão concebidas mensagens para a sensibilização das comunidades para o uso de redes mosquiteiras tratadas com insecticida.

Com vista a **reduzir o impacto do HIV/SIDA** serão reforçadas as medidas preventivas do HIV/SIDA e ITSs, disponibilizando preservativos em todos os serviços de ATS, SAAJ, PTV, Consultas de PF e pré-natais, Consultas externas e Cuidados Domiciliares e reforçando a ligação com as organizações baseadas na comunidade no âmbito da educação sanitária.

No âmbito da melhoria da qualidade de diagnóstico e tratamento das ITSs, serão formados conselheiros e profissionais de saúde em ATS.

Dada a maior vulnerabilidade das meninas e das mulheres à infecção pelo HIV/SIDA, iniciar-se-á a produção de material educativo sobre a matéria.

Com a vista a **reduzir o impacto da Tuberculose** prevê-se o aumento do acesso e melhoria da qualidade do diagnóstico e tratamento dos casos de tuberculose nos 128 distritos do País, o aumento do despiste e taxa de cura da tuberculose, o reforço da implementação das actividades TB/HIV e de TB-MR e a expansão contínua da Estratégia DOTS. Para tal dar-se-á maior ênfase ao reforço do envolvimento comunitário no controlo da TB (introdução do DOTS comunitário).

No âmbito da **redução da taxa de prevalência da Lepra**, será intensificada a promoção do envolvimento da comunidade na identificação, cuidado, e reabilitação dos pacientes assim como das medidas para detecção precoce, diagnóstico e tratamento de casos de Lepra.

O objectivo principal vai ser reduzir a prevalência da lepra para menos de 1 caso por 10 mil habitantes. Serão realizados cursos clínicos nas Província de Nampula, Tete, Sofala e Zambézia assim como supervisões regulares para garantir a qualidade das actividades realizadas, sobretudo na provisão dos serviços.

No âmbito da **saúde escolar**, continuar-se-á a implementar e expandir o pacote básico de Saúde Escolar nas escolas do EP1, com vista a cobrir 50% das escolas até o final de 2008. As actividades principais incluem a promoção da saúde, vacinação anti-tetânica, desparasitação, cuidados médicos (em particular primeiros socorros), exames médicos e saneamento do meio.

A estratégia de acção comunitária relacionada com a saúde escolar será desenhada e implementada através das brigadas móveis, com vista a aumentar a cobertura VAT nos escolares.

Com vista à implementação do programa de **Saúde dos Adolescentes e Jovens**, prevê-se a disseminação da Política e Estratégia de SSRAJ/HIV/SIDA, para garantir a sustentabilidade do programa.

Os SAAJs serão expandidos nas províncias de Manica, Nampula e Sofala. Será igualmente incentivada a implantação de SAAJs nas Instituições de Formação de modo a aumentar o acesso dos jovens e adolescentes ao aconselhamento e testagem voluntária (ATV).

Será dado apoio técnico as províncias na formação de provedores, esperando-se que sejam formados pelo menos 60 provedores por província. Como resultado destas acções, espera-se que cerca de 20.000 jovens tenham acesso ao ATS nos SAAJs.

Área Farmacêutica

Na área de inspecção farmacêutica e com vista a promover o uso racional do medicamento, serão intensificadas as acções de inspecção de todas as actividades, e serão promovidas as boas práticas do exercício da actividade Farmacêutica.

Até ao final de 2008, prevê-se estabelecer e assegurar o funcionamento de uma Autoridade Reguladora do Medicamento, competente e idónea, subordinada ao Ministério da Saúde, e regulamentar, e instituir normas para o seu funcionamento.

Serão revistos os manuais de procedimentos e elaboradas as normas de gestão, controlo e dispensa de medicamentos.

C. TRABALHO

Na área do Trabalho, continuar-se-á a priorizar o aumento da oferta de emprego produtivo e livremente escolhido, a promoção da formação profissional e da capacidade de aproveitamento das ofertas de emprego por parte dos desempregados, e a extensão territorial dos serviços de segurança social.

Neste contexto, para a realização dos objectivos definidos serão realizadas entre outras as seguintes actividades :

Acção Normativa

- Continuação da divulgação da Lei do Trabalho, Protecção Social Obrigatória e das Normas Internacionais do Trabalho;
- Implantação dos três Centros de Mediação e Arbitragem Laboral nas províncias de Maputo, cidade de Maputo e na província de Sofala;
- Regulamentação da Lei do Trabalho e dos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral.

Emprego, Trabalho e Formação Profissional

- Conclusão da construção de cinco salas de aula, uma sala de informática e do muro de vedação dos Centros de Formação Profissional de Pemba e de Quelimane;
- Início da construção do Centro de Emprego de Chimoio (Manica);
- Continuação das obras de construção do Centro de Formação Profissional para o Sector Terciário de Maputo-cidade;
- Formação de 3.167 candidatos a emprego, incluindo pessoas portadoras de deficiência em diversas especialidades nos centros de formação profissional, distribuídos da seguinte forma: Maputo cidade (700), Maputo província (300), Gaza (90), Inhambane (350), Manica (107), Sofala (600), Tete (40), Zambézia (90), Nampula (550), Cabo Delgado (90) e Niassa (250).
- Formação de 1.000 candidatos em gestão de pequenos negócios nos distritos, dos quais 80% mulheres, distribuídos da seguinte forma: Maputo cidade (80), Maputo província (120), Gaza (100), Inhambane (100), Manica

(60), Sofala (100), Tete (40), Zambézia (100), Nampula (130), Cabo Delgado (120) e Niassa (50);

- Formação de 90 cozinheiros e empregados de mesa: Inhambane - cidade (30); Maxixe (30) e Vilanculos (30);
- Colocação de 5.000 candidatos a emprego, distribuídos da seguinte forma: Maputo cidade (550), Maputo província (1050), Gaza (150), Inhambane (450), Manica (300), Sofala (1500), Tete (100), Zambézia (200), Nampula (500), Cabo Delgado (120) e Niassa (80).

Trabalho Migratório

Neste domínio, prevê-se o recrutamento de mais trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul.

Inspecção do Trabalho

- Fiscalização de 4.908 estabelecimentos para verificar o cumprimento das Normas Laborais;
- Acompanhamento da evolução dos processos negociais nas empresas;
- Intervenção nos conflitos laborais através da conciliação, mediação e apoio a arbitragem.

Segurança Social

No âmbito da expansão do sistema de segurança social, prevê-se a inscrição de 2.131 contribuintes e 46.432 beneficiários.

D. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Na área da Mulher e Acção Social, as atenções continuarão centradas na descentralização, desenvolvimento e capacitação institucional; na elevação do estatuto da mulher e da sua participação na vida política, económica e social do país; e na promoção da segurança, assistência e integração social dos grupos em situação de vulnerabilidade, particularmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Assim, tendo em vista a realização dos objectivos definidos serão desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- Promoção de acções de reinserção social e económica de 2.000 mulheres vítimas de violência e das afectadas e infectadas pelo HIV-SIDA nas províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Maputo, sendo 500 em cada província;
- Divulgação dos instrumentos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos da mulher;
- Realização de seminários de sensibilização para a prevenção da violência contra a mulher;
- Produção e distribuição a nível nacional, de material de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre os direitos humanos que assistem a mulher;

- Capacitação de 200 mulheres em questões de género nas províncias de Niassa e Inhambane;
- Formação de 150 pessoas em Género, HIV/SIDA e Violência, nas províncias da Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Maputo;
- Capacitação das direcções distritais em matéria de liderança e género, beneficiando um total de 808 pessoas, das quais 508 na província de Maputo e 300 na província de Gaza;
- Integração de 30 mulheres portadoras de deficiência em projectos de geração de rendimento e sua capacitação em actividades profissionalizantes, na província de Maputo;
- Capacitação de 50 mulheres em matéria de gestão de projectos e associativismo, na cidade de Maputo.

Âmbito do Desenvolvimento da Família

- Produção e distribuição de brochuras em línguas locais para facilitar a divulgação da Lei da Família em todas as províncias, beneficiando 11.000 famílias, sendo 1.000 em cada província;
- Conclusão da elaboração do Plano Nacional sobre a Violência Doméstica;
- Consolidação dos mecanismos de protecção e apoio às vítimas de violência familiar, particularmente mulheres, crianças e pessoas idosas;
- Promoção da implementação de projectos de auto-sustento para as famílias vulneráveis, dando prioridade as mulheres desfavorecidas.

Âmbito da Protecção da Criança

- Implementação do Plano Nacional da Acção para a Criança;
- Criação do Conselho Nacional da Criança;
- Divulgação dos direitos das crianças;
- Realização dos Parlamentos Infantis a nível nacional e provincial;
- Realização de visitas de supervisão e acompanhamento dos programas e projectos na área da criança;
- Revisão e actualização dos materiais pedagógicos em uso nos Centros Infantis e Escolinhas Comunitárias;
- Capacitação de 250 activistas, sendo 125 mulheres e 125 homens no âmbito do Atendimento Baseado na Comunidade (ABC) e metodologia de divulgação dos direitos da criança, nos distritos de Macossa, Gondola e Manica, na província de Manica.

Em relação ao **Programa de Localização e Reunificação Familiar** de crianças órfãs, perdidas ou abandonadas em situação difícil, prevê-se documentar e reunir 1.200 e 1.250 crianças, respectivamente. Serão realizadas 6 visitas domiciliárias a cada criança adoptada, tutelada e acolhida, para o acompanhamento da mesma em cada província.

Educação Pré-Escolar

No âmbito da Educação Pré-Escolar as atenções continuarão viradas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à criança nos centros e jardins infantis bem como nas escolinhas comunitárias. O enfoque será dado a sensibilização das comunidades, ONG's e sector privado para apoiar as iniciativas comunitárias no sentido de torná-las mais sustentáveis.

Ainda neste âmbito, será incentivada a formação de formadores dos animadores e educadores dos centros infantis e escolinhas comunitárias a nível das províncias, assim como a sociedade civil com vista a criação de centros infantis.

Tabela 40: Educacao Pré Escolar

Educação Pré-Escolar		
Indicadores	2007 Prev.	2008 Plano
Centros Infantís (Estatais)	15	16
Crianças Atendidas	1,500	1,620
Centros Infantís (Privados)	120	142
Crianças Atendidas	7,500	10,975
Escolinhas Comunitárias	550	536
Crianças Atendidas	30,000	35,114
Animadores	616	886

Atendimento à Criança em Situação Difícil

Para a reabilitação psicossocial e integração da criança em situação difícil, será privilegiado o envolvimento das instituições religiosas, organizações das comunidades, ONG's e o sector privado, no atendimento da criança órfã, abandonada e da rua nas comunidades, nos infantários e centros de acolhimento. Assim, entre outras actividades, será privilegiado o seguinte:

- Construção de 180 casas para crianças órfãs, nas províncias de Sofala, Tete e Zambézia, sendo 60 casas em cada província;
- Implementação de projectos de geração de rendimento nas províncias de Maputo, Sofala, Tete, Manica, Zambézia e Cabo Delgado, beneficiando 360 crianças órfãs e vulneráveis;
- Apoio nutricional a 4.800 famílias afectadas e infectadas pelo HIV-SIDA, vivendo com crianças órfãs e vulneráveis, nas províncias de Maputo, Sofala, Tete, Manica, Zambézia e Cabo Delgado, sendo 800 em cada província;
- Integração de 4.050 crianças em situação difícil nos projectos sociais, sendo 300 na província de Cabo Delgado, 450 em Gaza, e 3.300 em Manica;
- Distribuição de utensílios domésticos para 8.500 COV's, sendo 4.250 mulheres e 4.250 homens, na província de Manica;
- Assistência psicossocial as crianças vítimas de violência e abuso sexual assim como suas famílias.

Tabela 41: Atendimento a Criança em Situação Díficil

Atendimento a Criança em Situação Díficil		
Indicadores	2007 Prev.	2008 Plano
Centros da/na Rua	72	140
Crianças Atendidas	8,000	16,000
Infantários Estatais	8	7
Crianças Atendidas	400	350
Infantários Privados	25	30
Crianças Atendidas	1,400	1,700

Atendimento a Pessoa Idosa

No âmbito do atendimento a pessoa idosa terão continuidade as acções de assistência e promoção dos seus direitos, assim como de integração na família e na comunidade, privilegiando-se as seguintes actividades:

- Divulgação e implementação do Plano Nacional para a Pessoa Idosa;
- Criação do Conselho Nacional para a Pessoa Idosa;
- Divulgação dos direitos das pessoas idosas;
- Apoio as iniciativas comunitárias de atendimento à pessoa idosa através da criação de centros dia.

Tabela 42: Atendimento ao Idoso

Atendimento ao Idoso		
Indicadores	2007 Prev.	2008 Plano
Centros de Apoio Estatais	9	13
Idosos Atendidos	250	580
Centros de Apoio Privados	15	13
Idosos Atendidos	350	300

Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência

No âmbito do atendimento a pessoa portadora de deficiência, prevê-se proceder:

- Criação do Conselho Nacional da Deficiência;
- Implementação do Plano Nacional de Acção para a Área da Deficiência;
- Divulgação dos direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Inserção de adultos portadores de deficiências e com capacidade para o trabalho em actividades de micro-crédito, de geração de rendimentos, de emprego e auto-emprego, de formação profissionalizante, entre outros, através de parcerias com o sector privado, sector público e programas de desenvolvimento comunitários;
- Consolidação e desenvolvimento do ensino especial para as crianças portadoras de deficiência na perspectiva do ensino inclusivo e reabilitação física;
- Capacitação de 40 funcionários do sector em matéria de língua de sinais;
- Criação de 4 núcleos distritais de aprendizagem e língua de sinais;

- Realização de 3 cursos de capacitação em língua de sinais para as pessoas portadoras de deficiência e suas famílias, beneficiando 120 pessoas, na província de Cabo Delgado;
- Atribuição de meios de compensação a 1.980 pessoas portadoras de deficiência em situação de extrema pobreza em colaboração com a sociedade civil;
- Distribuição de material didáctico, incluindo o Braille;
- Formação de 160 activistas portadores de deficiência auditiva em matéria de HIV-SIDA, nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Tete, Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

Tabela 43: Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência		
Indicadores	2007 Prev.	2008 Plano
Deficientes Identificados	7,000	7,000
Deficientes Acompanhados	2,500	3,000
Crianças Deficientes Integradas	2,000	2,500
Número de Centros de trânsito	6	6
Deficientes Atendidos	380	400
Escolas Especiais	3	3
Número de Alunos	330	330
Instituto de Deficientes Visuais	1	1
Número de Alunos	140	120

Atendimento aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos

Para o atendimento a este grupo, será privilegiado o seguinte:

- Realização de estudos de caso de cada toxicodependente em reabilitação procurando formas de integração nas actividades sócio-económica (escola, emprego e/ou auto emprego);
- Reforço das actividades de formação vocacional para a recuperação dos toxicodependentes, privilegiando a distribuição de Kits para auto-emprego;
- Realização de palestras, debates e teatro, envolvendo pessoas recuperadas ou em recuperação e grupos juvenis existentes nas escolas, igrejas e outros lugares;
- Capacitação de educadores prisionais em matérias de apoio psicossocial e HIV e SIDA;
- Reintegração de ex-reclusos nos subsistemas de alfabetização de adultos e nos projectos de geração de rendimento existentes nas suas comunidades;
- Produção e divulgação de material informativo sobre a toxicodependência.

Programas de Assistência Social

Neste âmbito, terá continuidade a implementação de programas de assistência social que contribuam para o combate da pobreza absoluta nos estratos sociais mais carentes com prioridade para os grupos alvo incapacitados para o trabalho. Assim, prevê-se assistir 361.413 pessoas através dos programas de assistência social, segundo a tabela a seguir ilustra.

Tabela 44: Programa de Assistência Social – Beneficiários por província

Programas de Assistência Social					
Distribuição dos Beneficiários por Província					
Províncias	Programa de Subsídios de Alimentos	Programa Benefício Social pelo Trabalho	Programa de Geração de Rendimentos	Programa de Apoio Social Directo	Programa de Desenvolvimento Comunitário
Niassa	7,189	983	353	2,158	40,000
C.Delgado	8,055	263	380	933	10,000
Nampula	25,796	581	930	2,248	62,000
Zambézia	12,756	548	1,013	2,951	14,500
Tete	5,951	263	486	1,660	12,100
Manica	12,632	393	373	1,441	11,000
Sofala	9,335	441	1,004	2,171	10,800
Inhambane	9,788	284	486	1,442	14,700
Gaza	17,424	718	1,106	1,473	20,300
Maputo P.	5,865	158	260	1,015	6,000
Maputo C.	5,209	440	448	1,910	8,700
Total	120,000	5,072	6,839	19,402	210,100

E. JUVENTUDE E DESPORTOS

Na área da Juventude e Desportos, continuará a ser privilegiado o fortalecimento do movimento associativo juvenil, o desenvolvimento de programas de geração de emprego e auto-emprego, programas de combate ao HIV/SIDA, a ocupação dos tempos livres, a massificação da prática da actividade física e do desporto, e a melhoria dos resultados no desporto de alta competição.

Área da Juventude

Com o objectivo de garantir que o associativismo juvenil seja a forma mais efectiva de organização e fonte de aprendizagem participativa da juventude, particular ênfase será dada às seguintes actividades:

- Apoiar técnica e metodologicamente o Conselho Nacional da Juventude, por via da assinatura de contratos-programa;
- Apoiar o Projecto “Férias Desenvolvendo o Distrito”, envolvendo jovens Estudantes Finalistas Universitários do País;
- Apoiar a criação de 2 (dois) Centros de Promoção do Voluntariado;
- Implementar a Estratégia de Desenvolvimento do Movimento Associativo Juvenil;
- Realizar o II Encontro Nacional da Juventude;
- Promover e apoiar a legalização de 143 associações juvenis;
- Actualizar o Directório Nacional das Associações Juvenis;
- Divulgar os instrumentos jurídicos e legislativos da juventude incluindo os símbolos nacionais, em pelo menos 80% dos distritos do País.

Com o objectivo de garantir a participação da juventude na criação de oportunidades de emprego e auto - emprego, para a elevação da sua capacidade de intervenção no desenvolvimento nacional e promover acções de formação profissional, compatíveis com a inserção laboral e auto-emprego, serão realizadas as seguintes actividades:

- Financiar 120 projectos de geração de rendimento, emprego e auto-emprego, no âmbito do Fundo de Apoio as Iniciativas Juvenis (FAIJ);
- Proceder a reciclagem de 150 formadores em matéria de projectos de geração de rendimentos;
- Formar 550 jovens em matérias de gestão de projectos de geração de rendimento, no âmbito do FAIJ;
- Apoiar a constituição de 4 (quatro) micro-empresas juvenis;
- Criar 4 (quatro) Centros de Recursos da Juventude em Niassa, Nampula, Sofala e Zambézia.

No âmbito da promoção de hábitos saudáveis para a vida direccionados a juventude, será privilegiado o seguinte:

- Consolidar o Programa Geração Biz em todas as províncias, através da sua expansão para 29 distritos e 3 postos administrativos;
- Participar na implementação da estratégia de intervenção no âmbito de combate e prevenção ao consumo de drogas;
- Apoiar actividades de sensibilização sobre os malefícios causados pelo consumo das drogas, por via da criação de 11 núcleos comunitários provinciais anti-droga;
- Capitalizar a integração dos conteúdos sobre a prevenção do consumo das drogas nos Programas de Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV/SIDA para adolescentes e jovens.

Como forma de ocupação dos tempos livres dos jovens e do fomento do interesse pela prática do desporto, do turismo e da promoção da arte e cultura, serão realizadas as seguintes actividades:

- Assegurar a celebração das datas comemorativas nacionais e internacionais com destaque para: Dia de São Valentim (14 de Fevereiro), Dia Mundial sem Tabaco (26 de Maio), Dia Mundial da População (11 de Julho), Dia Internacional da Juventude (12 de Agosto), Dia da Juventude africana (1 de Novembro), Dia Mundial contra Sida (1º de Dezembro), Semana Nacional do Desporto (18 a 25 de Setembro);
- Garantir a participação de 500 jovens no Mega Festival Cultural, Matchedje 2008;
- Assegurar a realização de 11 festivais juvenis provinciais, 3 regionais e 1 nacional de música crossroad, envolvendo 900 jovens;
- Realizar 10 acampamentos provinciais, 2 regionais (Tete e cidade de Maputo), envolvendo 1.800 jovens;
- Realizar 11 exposições provinciais e 1 nacional no âmbito da preparação dos jovens artistas moçambicanos a participar na IV Mostra de Jovens Criadores da CPLP, envolvendo 150 jovens;
- Proceder a construção da Pousada da Juventude em Niassa.

Área do Desporto

No âmbito da massificação do desporto e da implementação do programa “Moçambique em Movimento”, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Apoiar a realização de 268 eventos desportivos (festivais, torneios e competições desportivas) dos núcleos comunitários e outros grupos tendo em conta a promoção da participação da mulher no desporto à escala nacional;
- Apoiar e facilitar a criação de núcleos e equipas para pessoas portadoras de deficiência, abrangendo mais de 8.770 praticantes a escala nacional;
- Apoiar o estabelecimento de 141 Núcleos Desportivos Comunitários de base e outros, envolvendo 13.900 participantes;
- Promover acções de educação, informação e comunicação sobre HIV-SIDA;
- Apoiar a realização de competições desportivas alusivas a Semana Nacional do Desporto;
- Promover a criação de núcleos para a realização de festivais e torneios de jogos tradicionais em coordenação com as autoridades locais, envolvendo 3.047 participantes;
- Apoiar, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, a introdução e aperfeiçoamento do calendário de competições permanentes no desporto escolar;
- Proceder a construção de 2 (dois) campos comunitários: um na cidade da Beira (Munhava) e outro em Niassa (Matchedje).

No âmbito da formação de Agentes Desportivos serão levadas à cabo as seguintes actividades:

- Formar e capacitar no âmbito do Sistema de Formação de Agentes Desportivos (SIFAD), 3.610 agentes desportivos nas diversas modalidades desportivas e assegurar que as matérias sobre SSR/ITS/HIV/SIDA, drogas e género estejam integrados nos programas;
- Proceder a instalação de um Centro de Investigação Científica para o Desporto de Rendimento, em parceria com a Universidade Pedagógica;
- Implementar programas específicos de formação de agentes desportivos para pessoa portadora de deficiência, beneficiando 160 participantes.

No âmbito das infra-estruturas, equipamentos e material desportivo, será privilegiado o seguinte:

- Prosseguir com o processo de construção do Estádio Nacional;
- Continuar com o processo de construção do Estádio Municipal de Pemba;
- Prosseguir com o processo de construção de 2 Centros Regionais de Excelência Desportiva (Manica e Nampula);
- Proceder a reabilitação e instalação do Centro de Medicina Desportiva em Maputo.

Com o objectivo de melhorar os resultados desportivos ao nível nacional e internacional, será privilegiado o seguinte:

- Apoiar a realização de 9 campeonatos nacionais dos escalões de formação e outras iniciativas que se revelem modelo de detecção, selecção e desenvolvimento de talentos;
- Assegurar a realização de competições inter-selecções provinciais e competições internacionais visando aumentar o nível competitivo dos atletas nacionais, envolvendo 31 selecções e 789 atletas;
- Apoiar as Federações Desportivas na realização de campeonatos provinciais e nacionais;
- Continuar com a implementação do Projecto Fut-21 (no âmbito da revitalização do desporto à escala nacional), atingindo 1.320 pessoas em 11 províncias;
- Estabelecer parcerias tendo em vista a criação de oportunidades económicas, turísticas e sociais para o País no quadro da realização do Mundial 2010 na África do Sul;

Apoiar a preparação e participação de atletas, selecções e equipas nacionais nas competições internacionais, com base em critérios de comparticipação financeira previamente definidos.

IV.3. GOVERNAÇÃO

A boa governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia de combate à pobreza. O PARPA inclui políticas para promover a boa governação tais como: descentralização e desconcentração, reforma das administrações públicas para melhor responderem às necessidades dos cidadãos, o reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, o melhoramento da segurança pública e o desenvolvimento dum programa focalizado na redução da corrupção a todos os níveis.

A. REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A reforma do Sector Público abrange as componentes da descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do sector público, melhoria da gestão financeira e prestação de contas e o combate à corrupção.

No âmbito da **descentralização e desconcentração**, o PARPA estabelece como objectivo principal a dotação dos Órgãos Locais do Estado ao nível Distrital e ao nível Provincial de maior dinamismo e capacidade. Assim, dentre outras acções a serem desenvolvidas para o efeito, merecem o destaque as seguintes:

- Dar continuidade ao processo de reforma e capacitação dos Orgãos locais de Estado e da Descentralização e desconcentração:
 - Consolidar os instrumentos regulamentares e monitoria e assistência ao processo de desconcentração no âmbito da Administração Local do Estado;

- Consolidar e alargar o processo da autarcização à novas unidades territoriais no país;
- Concluir o estudo de ajustamento da organização territorial e divisão administrativa dos níveis de Distrito, posto Administrativo e localidades;
- Criar mecanismos para consolidar a participação das comunidades no processo de planificação e resolução de problemas ao nível local;
- Concluir o desenho de um programa de construção e reabilitação de infra-estruturas para os OLE's;
- Elaborar o programa de equipamento e transporte para os OLE's;
- Elaborar um programa de melhoria de infra-estruturas urbanas para 7 municípios, nomeadamente, Nacala, Nampula, Matola, Quelimane, Beira, Pemba e Chimoio);
- Modernizar o sistema de rádio comunicação do MAE;
- Capacitação institucional através das seguintes acções:
 - Formar os eleitos e nomeados dos Órgãos Autárquicos;
 - Acompanhar as eleições autárquicas e implantar os seus respectivos órgãos eleitos;
 - Realizar acções de capacitação dos órgãos eleitos e titulares das autarquias locais;
 - Ajustar divisão territorial e toponímia aos níveis de posto Administrativo, localidades e povoações;
 - Preparar e acompanhar 11 visitas Presidenciais no âmbito da "Presidência Aberta";
 - Realizar uma Conferência Internacional sobre governação e autarquias locais;
 - Realizar uma reunião dos Ministros dos Governos Locais dos PALOP;
 - Realizar 3 acções de capacitação dos técnicos de nível local no âmbito da implementação da LOLE;
 - Adquirir 1500 fardamentos, insígnias e outro material para o reconhecimento de Autoridades Comunitárias;
 - Reconhecimento de 7.118 Autoridades Comunitárias do 2º escalão;
 - Acelerar, consolidar e concluir o processo de estruturação orgânica dos governos provinciais e distritais à luz da Lei nº 8/2003.

No domínio da **Gestão Estratégica dos Recursos Humanos do Estado**, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Implantar um Sistema de Avaliação de Desempenho por Resultados;

- Constituir um Quadro de Supranumerários e de Mobilidade Interna dos Funcionários do Estado;
- Aprovar uma nova Política Salarial dos Funcionários do Estado;
- Adequar o Sistema de Carreiras e Remuneração, à nova política salarial;
- Produzir informação sobre promoções e progressões na função pública;
- Produzir informação sobre a situação disciplinar no aparelho do Estado;
- Elaborar um Anuário Estatístico dos Funcionários do Estado;

No âmbito da **profissionalização dos funcionários do Estado**, serão realizadas as seguintes actividades:

- Consolidar e desenvolver o Sistema de Formação em Administração Pública (SIFAP);
- Elaborar e implementar a Estratégia de Capacitação dos Funcionários do Estado;
- Capacitar e formar as lideranças da função pública mediante:
 - Realização de curso para Ministros, Vice-Ministros e Governadores Provinciais no âmbito do processo de desconcentração e descentralização;
 - Realização de cursos para Administradores e Secretários Permanentes Distritais e;
 - Realização de curso para os executivos, nomeadamente Secretários Permanentes dos Ministérios e Directores Nacionais.
- Expansão da cobertura e da Base de Infra-estruturas do SIFAP, através:
 - Início do Curso de Bacharelato Profissional em Administração Pública (BPAP), com 50 estudantes;
 - Início do Curso de Licenciatura Profissional em Administração Pública (LPAP), com 50 estudantes;
 - Realizar Curso de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública, para um total de 40 funcionários;
 - Realizar Curso de Certificado Profissional Superior em Administração Pública para 240 funcionários;
 - Realizar 10 Cursos Executivos de capacitação ligados a Planificação, Gestão de Recursos Humanos;
 - Realizar uma formação e capacitação pedagógica para 15 docentes do Instituto Superior de Administração Pública;
 - Formar e graduar 180 técnicos de nível básico do Ensino à Distância;
 - Formar e Graduar 1.575 estudantes do nível médio, dos quais 255 do ensino regular e 1.320 do ensino modular;

- Formar 20 tutores do Ensino à Distância, 30 consultores à nível provincial, 100 novos formadores e reciclagem de 100 formadores nas diversas especialidades do ensino modular e de curta duração, e realização de 3 cursos de capacitação dos docentes dos IFAPAs;
- Expansão do Ensino à Distância para mais 14 Distritos, nomeadamente: Chigubo, Mabalane, Funhalouro, Mabote, Zumbo, Chifunde, Macossa, Tambarra, Chinde, Namarrói, Mossuril, Mongicual, Meluco e Palma;
- Revisão do Curriculum do nível médio do ensino regular;
- Implementar os manuais dos cursos modulares, com enfoque na capacitação dos recursos humanos distritais e municipais;
- Concluir a 1ª fase de construção do IFAPA da Beira (biblioteca, 14 salas de aula e um lar internato com a capacidade para 200 alunos), e respectivo apetrechamento;
- Apetrechar as bibliotecas dos IFAPA's de Lichinga, Beira e Maputo;
- Construir um pavilhão com capacidade para 250 pessoas, bem como a construção de um novo sistema de drenagem e saneamento básico para as águas sépticas, no IFAPA de Maputo;
- Reabilitar o edifício para instalações do ISAP;
- Consolidar os Fóruns de Gestores de Recursos Humanos a nível nacional;
- Desenvolver um Programa de Massificação da Língua Inglesa na Função Pública,

No âmbito da **Organização e Desenvolvimento da Administração Pública** serão realizadas as seguintes actividades:

- Elaborar uma Proposta sobre Desconcentração de novas Competências, bem como a consolidação das já desconcentradas;
- Assegurar a harmonização e padronização dos Critérios para a Criação de Institutos Públicos;
- Elaborar o Projecto de Código de Procedimentos Administrativos;
- Elaborar o Regulamento da Lei do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado;
- Elaborar e distribuir, aos sectores da função pública, 10.000 exemplares do Manual de Procedimentos do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado;
- Elaborar a brochura e divulgar a Carta da Função Pública moçambicana;
- Promover acções de divulgação da Lei do EGFE e respectivo Regulamento, no seio da Administração Pública;

- Capacitar os gestores de recursos humanos, ao nível dos Órgãos Centrais e Locais do Estado;

No domínio da Inspeção Geral Administrativa do Estado (IGAE), maior destaque vai para a realização das seguintes actividades:

- Elaborar e implementar a Estratégia de Revitalização da Inspeção Geral Administrativa do Estado;
- Elaborar o Regulamento da Inspeção Geral Administrativa do Estado;
- Elaborar e implementar o Plano de Formação e Capacitação do corpo de Inspectores da IGAE;
- Produzir informação das petições das Instituições Públicas (reclamações, denúncias, etc.).

No âmbito de Procedimentos, Documentação e Arquivos do Estado serão desenvolvidas as seguintes actividades:

- Concluir o Estudo de Transformação do CEDIMO em Centro de Documentação e Informação da Administração Pública;
- Institucionalizar as Unidades de Gestão de Documentos (Arquivos Intermediários) nas secretarias e criação de Comissões de Avaliação de Documentos;
- Coordenar e monitorar o processo de instalação de Balcões de Atendimento Único (BAÚs) em 6 Cidades, nomeadamente: Maputo, Beira, Tete, Quelimane, Nampula, e Pemba;
- Elaborar e aprovar instrumentos legais visando regulamentar o uso de tecnologias de informação na gestão de documentos;
- Introduzir gradualmente as tecnologias de gestão de documentos, especialmente as electrónicas;
- Formar 756 funcionários afectos às Unidades de Gestão de Documentos, nas secretarias gerais das instituições públicas;
- Criar uma Revista do Instituto Superior de Administração Pública;
- Co-Edição, entre o ISAP e a Unidade Técnica da Reforma do Sector Público, de Boletins sobre a Gestão da Mudança no Sector Público;
- Divulgar as grandes realizações do Governo, bem como os canais de comunicação entre as instituições públicas e o cidadão;
- Produzir o III volume da Colectânea de Discursos de Sua Excelência o Presidente da República intitulada “A Nossa Missão”;
- Realizar uma Pesquisa de Opinião Pública sobre a função pública;

No domínio de Tecnologias e Sistemas de Informação serão desenvolvidas as seguintes actividades:

- Consolidar o E-SIP (base de dados dos funcionários do Estado) para assegurar uma Gestão Estratégica de Recursos Humanos do Estado;

No domínio da Reforma do Sector Público será dada continuidade à promoção da prestação de serviços de qualidade crescente, aos cidadãos, mediante a realização das seguintes actividades:

- Realizar 10 visitas de monitoria e avaliação aos Órgãos Provinciais, visando a supervisão e monitoria do Programa de Reforma do Sector Público);
- Monitorar e avaliar os processos que visam melhorar a prestação de serviços ao cidadão, em sectores chave: Educação, Saúde, Interior, Finanças, e Judiciário;
- Avaliar a implementação da Estratégia Anti-Corrupção;
- Prosseguir com as acções de inspecção administrativa com vista a prevenção e combate as diversas manifestações contra a ética e a deontologia profissional;
- Consolidar o Instituto Superior de Administração Pública;
- Consolidar 6 Balcões de Atendimento Único (BAU's), nas cidades de Maputo, Beira, Tete, Quelimane, Nampula e Pemba;
- Organizar o 5º Fórum dos Dirigentes da Função Pública dos Países Africanos da Commonwealth em parceria com o Secretariado da Commonwealth.

Com vista a **coordenação do processo de planificação e orientar o desenvolvimento económico e social integrado e equilibrado do país**, serão priorizadas as seguintes acções:

- Conclusão da proposta do novo Regulamento da Lei de Investimentos;
- Conclusão e implementação do programa nacional de planificação e finanças descentralizadas;
- Acompanhamento e supervisionamento do processo de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distritais;
- Assessoria às províncias e sectores centrais na planificação, orçamentação, monitoria e na realização dos Observatórios da Pobreza;
- Realização de pelo menos um Observatório da Pobreza Provincial (OPP) em cada província e ao nível central;
- Realização de estudos sócio económicos para melhor implementação das políticas de desenvolvimento do país.

B. JUSTIÇA

As prioridades do Governo na área da Justiça continuam centradas no aprofundamento do mecanismo para o pleno exercício da cidadania e o reforço dos mecanismos para o acesso aos serviços da Justiça, em particular o reforço da

independência do Poder Judicial, tendo presentes os objectivos estratégicos definidos no Plano Estratégico Integrado do Sector da Justiça. Assim, para cada uma das componentes que poderão concorrer para a materialização dos esforços do Governo, serão desenvolvidas as seguintes acções:

Acesso à Justiça

- Alargar os serviços do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e Judicial para 10 distritos, reforçando a sua capacidade institucional através da criação de delegações onde não existem e afectação de recursos humanos e materiais;
- Editar e distribuir publicações periódicas sobre a cidadania incluindo documentos e informações referentes aos direitos fundamentais do cidadão;
- Iniciar a jurisdição de Menores incluindo o funcionamento do Centro de Observação e Educacional de Chiango para menores em conflito com a lei e inimputáveis à luz do Direito Penal;
- Consolidar o processo de reformas dos Serviços de Registos e Notariado, reduzindo para um dia a capacidade de resposta ao cidadão;
- Iniciar o processo da desconcentração da fiscalização prévia do Tribunal Administrativo;
- Concluir e equipar as Secções Juvenis das cadeias de Nampula, Manica e Maputo.

Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Com vista a sustentabilidade do sistema de administração da Justiça serão Recrutados e formados:

- 25 magistrados (formação inicial), Oficiais de Justiça, gestores judiciais (Tribunais) e chefes de serviço (Procuradorias);
- 42 contadores verificadores superiores e 15 contadores verificadores técnicos para as áreas da CGE, CAF e Visto;
- 32 quadros técnicos para áreas de apoio técnico do Tribunal Administrativo;
- 50 Conservadores e Notários, garantindo, deste modo, a expansão dos serviços prestados nestes domínios para os distritos;
- Paralegais (Beira, Inhambane, Quelimane e Nampula) sobre a Lei de terras, florestas, ambiente e fauna bravia, de forma a capacitar os cidadãos no exercício dos seus direitos sobre os recursos naturais;
- 22 educadores sociais, para melhorar a assistência social aos reclusos e o seu enquadramento na sociedade;

Acções de Formação:

- Magistrados (formação complementar) em diversas áreas (Direito penal, Organização judiciária, Técnicas de investigação criminal, Tráfico de pessoas

e bens - mulheres e crianças) trabalham, HIV-SIDA, Cursos sobre família e menores;

- Acções de formação e capacitação profissional, em diversas matérias do Tribunal Administrativo;
- Directores das Cadeias Centrais e Provinciais;
- 350 Guardas Prisionais;
- Investigadores básicos da Polícia de Investigação Criminal;
- Formação pedagógica de formadores, capacitando o Centro de Formação Jurídica e Judiciária em matéria de docência;
- Ampliar o sistema de educação e formação profissional aplicada para todos os estabelecimentos provinciais e estabelecimentos especiais;

Reforma Legal

- Elaborar Regulamento do Pequeno e Médio Empresário;
- Realizar consulta pública sobre a Lei das Sucessões;
- Legislar sobre o regime Jurídico das Fundações;
- Concluir a Reforma do Código Penal;
- Reformar os diplomas reguladores das actividades do Tribunal Administrativo no âmbito do Contencioso Administrativo e do Contencioso Fiscal e Aduaneiro;
- Concluir a revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais;

Infra-estruturas e Equipamento

- Elaborar o estudo e projecto para construção do edifício do Ministério da Justiça;
- Desenvolver o Centro Prisional de Massindla – Matutuíne que vai consistir em ampliar e melhorar a sua capacidade de acomodação de reclusos;
- Concluir a construção e apetrechamento de 4 palácios de justiça, 8 residências para magistrados em 4 distritos (Morrumbene, Massinga, Marromeu, Moma);
- Instalar os Tribunais Superiores de Recurso em Maputo, Beira e Nampula;
- Criar e apetrechar unidades funcionais do Tribunal Administrativo nas províncias de Sofala e Nampula;
- Construir o novo edifício-sede do Tribunal Administrativo;
- Construir o edifício da PGR e do Gabinete Central de Combate à Corrupção;
- Construir 22 moradias em banda e condomínios residenciais para a PGR em Maputo;

- Reabilitar o edifício da PGR e 4 residências dos magistrados do Ministério Público em Maputo;
- Adquirir e apetrechar 2 residências para magistrados do Ministério Público;
- Implantar o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público.

Sistema Correccional

- Concluir a reabilitação da Cadeia Distrital de Montepuez
- Construir Cadeia Provincial (Gaza, Inhambane e um Centro Aberto na zona de Rex/Nampula);
- Construir cadeias distritais de Mossurize, Alto Molocué, Monapo e Chiure.
- Reabilitar prisões seleccionadas (Morrumbene, Massinga, Beira, Cheringoma e Moma)
- Adquirir o edifício Sede do Serviço Nacional de Prisões
- Adquirir viaturas celulares para transporte de reclusos, ambulâncias e viaturas administrativas para escolta.

Controlo da Legalidade

- Reforço institucional do Gabinete Central de Combate à Corrupção.
- Emitir o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2007;
- Apreciar 400 contas públicas;
- Apreciar 80.000 processos de Visto relativos ao pessoal ;
- Apreciar 600 processos de Visto não relativos ao pessoal
- Realizar 350 auditorias nas províncias e nos distritos;
- Realizar acções de divulgação das instruções de execução obrigatória às entidades do Estado.

Documentação Jurídica

- Compilar a Jurisprudência do Tribunal Supremo;
- Compilar os Pareceres da Procuradoria Geral da República;
- Compilar, publicar e disseminar a legislação;
- Compilar as deliberações do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Apetrechar a biblioteca da PGR.

Modernização e informatização

- Desenvolvimento de subsistemas de monitoria e avaliação da Justiça: subsistema de gestão processual e subsistema de gestão prisional;
- Continuar a informatização do registo criminal a nível nacional.

Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional

- Implementar a Visão e o novo Plano Estratégico da Justiça 2008/2011.

C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

No domínio da Segurança e Ordem Pública constitui um dos objectivos prioritários, a elevação do nível de desempenho das forças policiais na prevenção e combate a criminalidade. Neste contexto, serão desenvolvidas as seguintes acções:

Na área da Polícia

- Formar 2.400 mancebos para PRM e 600 para a Guarda Fronteira;
- Formar 2.670 membros da PRM em cursos de especialização;
- Seleccionar 140 oficiais para o Curso executivo;
- Realizar a formação superior de 2 membros no exterior (Portugal);
- Formar 2 membros na Academia Militar (Portugal).
- Adquirir Meios Técnicos e Operativos para a Polícia;
- Uniformizar os benefícios dos serviços sociais da polícia e assegurar a sua descentralização.

Construções e Reabilitações

- Reabilitar o Centro de Instrução de Cães/Polícia Cidade de Maputo;
- Reabilitar os Comandos Distritais de Macossa (Manica) e Chiringoma (Sofala);
- Criar mecanismos que visem a recuperação do património (móveis e imóveis) do SISE.

Área de Identificação Civil

- Reabilitar o edifício do serviço Provincial de Identificação Civil de Manica;

Área da Migração

- Construir o Posto de Travessia da Ponta D'ouro;
- Construir o Posto de Travessia II Congresso – Niassa
- Reabilitar o edifício de Nacala-Porto.

Área de identificação Civil

- Emissão de 1.000.000 Bilhetes de Identidade;
- Aquisição do equipamento modernizado para emissão do Bilhete de identidade;
- Formar e capacitar de 133 novos funcionários em matéria de identificação Civil;

- Instalar, a nível das capitais provinciais, pequenas redes locais de Informática a operar em *on-line* com o sistema central;
- Aquisição de meios informáticos para o Centro de Produção do Bilhete de Identificação (B.I) e Direcção Nacional de Identificação Civil;
- Aquisição de novo equipamento para emissão do Bilhete de Identificação Civil;

Na área de Migração

- Introduzir novo sistema de controlo do movimento migratório ao nível dos Postos de Travessia;
- Introduzir o Passaporte Biométrico;
- Formar 10 formadores em matéria de controlo migratório;
- Recrutar 150 novos técnicos;
- Aquisição de 200.000 passaportes.

Na área de Bombeiros

- Construir uma unidade Evolutiva de Bombeiros na Cidade de Tete;
- Reabilitar o Edifício-sede do Serviço Nacional de Bombeiros.
- Formar 300 Bombeiros;
- Formar 10 instrutores em coordenação com o Ministério de Administração Interna de Portugal;
- Recrutar 50 técnicos para áreas administrativas e 50 operários qualificados;
- Aquisição de 4 ambulâncias para socorro de sinistrados;
- Aquisição de 1 viatura auto-guincho para desobstrução de vias e reboques em caso de acidentes;
- Aquisição de 1 viatura de combate a incêndios para Nacala - Porto
- Aquisição de 2 viaturas de combate a incêndios para a Cidade de Maputo;

Desenvolvimento Institucional

- Realizar 3 teleconferências com os Comandos Provinciais da PRM;
- Instalar a base de dados para a gestão da documentação no contexto da Reforma do sector Público;
- Participação do MINT em eventos internacionais no âmbito dos acordos bilaterais e multilaterais que vincula a instituição e seus órgãos dependentes;
- Aquisição de 40 computadores para Direcções Funcionais do MINT;
- Instalar 06 Gabinetes Modelo de Atendimento às vítimas de violência doméstica

- Implantar 15 novas sessões de atendimento às vítimas de violência doméstica na província de Gaza.

D. COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social contribui para o desenvolvimento socio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de Direito. Para o ano de 2008, especial atenção, será dada ao reforço da capacidade dos órgãos do sector da imprensa e a sua regulamentação, através da implementação das seguintes acções:

- Expansão da antena Nacional da Rádio Moçambique para os distritos de Homoine e Massingir
- Início da construção do Centro de Padronização da Rádio Moçambique em Xai-xai
- Abertura das delegações da Agência de Informação de Moçambique nas cidades da Beira, Nampula, Pemba e Quelimane.
- Abertura da janela local em Tete e melhoria da qualidade do sinal da TVM.
- Expansão do sinal da TVM em Gaza, através da colocação de um emissor de 1 kilowatt para os distritos de Chibuto, Xai-xai, Chicumbane, Chissano, Manjacaze, Chockwe e parte sul da Província de Inhambane
- Elaboração da lei sobre a Rádio e Televisão

E. RELAÇÕES EXTERNAS

Na área das Relações Exteriores e de Cooperação Internacional, o Governo continuará aprofundar as relações de amizade e de cooperação existentes e incrementar um relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de desenvolvimento com vista assegurar a continuação de fluxos de ajuda ao País, de forma efectiva, em particular para o Orçamento de Estado, atrair investimentos externos e assegurar o perdão da dívida externa, e garantir o alcance das Metas do Desenvolvimento do Milénio.

Igualmente, o Governo vai assegurar a implementação da Nova Parceria de Desenvolvimento para África (NEPAD), e uma participação efectiva nos *fora* e organismos internacionais de que é membro com destaque para: Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), grupo de países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), Organização Mundial do Comércio (OMC), Commonwealth, e Organização da Conferência Islâmica (OCI) com vista a projectar a imagem, o prestígio e a reputação de Moçambique na arena internacional.

Assim, o Governo concentrará a sua actividade externa nas seguintes acções:

- Participar nos esforços internacionais com vista a manutenção da paz e estabilidade no País, na região e no Continente;
- Reforçar as relações de amizade solidariedade e cooperação bilateral com outros países e povos, mobilização de recursos materiais e financeiros para

diversos projectos de desenvolvimento e atracção de investimentos externos e promover o turismo através:

- Realização de Visitas Oficiais para, Argélia, Lesotho, Namíbia, Quénia, RPCChina, Índia, Malásia, Austrália, Nova Zelândia, Singapura, Paquistão, Suécia, Filândia, Islândia, Dinamarca, Holanda, Italia, Canada, Chile, Venezuela e Cuba;
- Comissões Mistas com Angola, Botswana, Egipto, Tanzânia, Zâmbia, Espanha, França e Itália;
- Consultas Anuais bilaterais com Africa dos Sul, Alemanha, Áustria e Flandres;
- Recepção de visitas de Altos Dignatários da Argélia, Lesotho, Malawi, Maurícias Tanzânia, Zâmbia e Colômbia
- Negociar o perdão total da dívida moçambicana junto dos parceiros de cooperação com destaque para: Angola, Argélia Líbia e Índia;
- Alargar o universo de parcerias de forma a buscar novas tecnologias, bolsas de estudos e mobilizar recursos materiais e financeiras adicionais, através de abertura novas frentes diplomáticas na América Latina, Ásia, Médio Oriente e Europa do Leste;
- Projectar a imagem, o prestígio e a reputação do País na arena internacional, garantir a prossecução dos compromissos assumidos nas grandes cimeiras e reforçar a cooperação multilateral nos *fora* regionais, continentais e internacionais, através de:
 - Acolhimento de eventos internacionais, tais como, a Cimeira dos PALOP (Maputo) e a Reunião do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), (Maputo);
 - Participação nos seguintes fora:
 - TICAD IV (Japão), Cimeira de Africa/América do Sul (Venezuela); IIIª Reunião Internacional das mulheres Africanas e Espanholas (Espanha); Fórum Económico Mundial (Davos); Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Conferência Islâmica (OCI), (Dakar); XII Conferência da Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), (Accra); Reunião sobre a Implementação do Programa de Acção das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte; Reunião de Alto Nível sobre o HIV/SIDA, (Nova Iorque); 35ª Conferência Islâmica dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (OCI), (Kampala); VI Cimeira da CPLP, (Lisboa); Cimeira Económica para África (RSA); 63ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, (Nova Iorque) e 59ª Sessão do Comité Executivo do Alto Comissário para os Refugiados (EXCOM) (Genebra);
- Assegurar a participação do cidadão e instituições nacionais nas actividades e eventos que concorram para integração regional no âmbito da SADC, bem

como no debate sobre a criação do Governo da União Africana, através de divulgação, organização de seminários e outras actividades que concorram para o efeito,

- Continuar com os esforços com vista a mobilizar recursos para a implementação de projectos de impacto nacional e regional a nível da NEPAD, nomeadamente:
 - O Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa,
 - Construção do troço Nacala-Cuamba (Corredor de Desenvolvimento de Nacala) e ponte sobre o Rio Rovuma, bem como da fibra óptica e
 - Projectos de segurança alimentar nas áreas de agricultura e pescas.
- Assegurar o ingresso de moçambicanos nos organismos internacionais de que Moçambique é membro através da divulgação das vagas existentes, endossos e campanhas necessárias para admissões;
- Negociar com os parceiros de apoio programático dos recursos financeiros para o Orçamento de Estado de 2009;
- Realização do Diálogo Político com a União Europeia com vista a fortalecer a interacção entre as partes;
- Acompanhar e monitorar o processo de desembolsos de pacotes financeiros já acordados com os diferentes parceiros de cooperação, tais como no âmbito de 10º FED com a União Europeia, programas de cooperação com as ONU e outros;
- Melhorar a regulamentação da actuação das ONGs estrangeiras no país; neste contexto, também está prevista a realização do Seminário Nacional sobre ONG's
- Registo e concessão de documentos de identificação aos moçambicanos radicados na Tanzânia, Zimbabué, Zâmbia e Malawi com vista ao recenseamento e participação nas eleições gerais e à regularização do seu estatuto de imigrante residente nos respectivos países de acolhimento;
- Conclusão das negociações dos acordos para supressão de vistos de entrada com Lesotho, Namíbia e Rússia;
- Aquisição da Chancelaria em Gaborone, Botswana e reabilitação das Residências Oficiais nas seguintes Missões Diplomáticas e Consulares: Addis-Abeba, Harare, Londres, Mbabane, Pretória e na Cidade do Cabo;
- Abertura de novas Embaixadas em Argélia e República Democrática do Congo;
- Continuar com o processo de afectação de adidos especializados (trabalho, comércio, investimento e outros) nas Missões Diplomáticas e Consulares, por forma a garantir uma actuação mais efectiva nessas áreas de cooperação

No âmbito do apoio aos refugiados

- Apetrechamento em mobiliário de escritório e meios circulantes das Delegações das províncias de Tete, Nampula e Cabo Delgado.
- Recrutamento e nomeação de 20 funcionários para as delegações em Tete, Nampula e Cabo Delgado;
- Apetrechamento de 6 salas de aulas, laboratórios e habitações dos professores do Centro de Maratane;
- Formação de 20 funcionários das Delegações em Nampula, Tete e Cabo Delgado e Ponto Focal no Niassa, sobre como efectuar entrevista, direitos humanos, resolução de conflitos e uso do pacote informático “Progress”, em Pretória, Nairobi ou Genebra;
- Capacitação de 17 Instituições do Estado que dão assistência aos requerentes de asilo e refugiados no âmbito da integração local e auto-sustento;
- Formação de 7 membros da Comissão Consultiva para os Refugiados (CCR) sobre como efectuar uma boa análise dos pedidos de asilo;
- Formação de 33 oficiais da Migração nos postos fronteiriços em Tete e Cabo Delgado;
- Campanha de informação e promoção do repatriamento voluntário dos refugiados da Região dos Grandes Lagos (RGL).
- Emissão de documentos de identificação dos refugiados (cartões, Passaportes e DIRE’s).

No âmbito das Comunidades Moçambicanas no Exterior:

- Construção de um centro de trânsito e acomodação de repatriados e deportados com capacidade de albergar 600 pessoas, em Moamba;
- Instalação e revitalização de Associações de moçambicanos em Malawi, Swazilândia, Tanzana, Zâmbia, África do Sul e Alemanha;
- Difusão de programas através da rádio sobre os perigos de emigração ilegal e tráfico de pessoas com ênfase para mulheres e criança;
- Início e conclusão de programa de registo e concessão de Bilhetes de Identidade e Passaportes aos moçambicanos radicados nos países Africanos, nomeadamente Quénia, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia.
- Realizar o seminário de divulgação das causas que levam ao repatriamento de cidadãos moçambicanos na República da Africa do Sul;
- Reunião Nacional do Conselho Consultivo das comunidades moçambicanas no exterior.

No âmbito de Mar e Fronteiras:

- Delimitação da fronteira marítima comum em Comores, Madagáscar e República da África do Sul;

- Demarcação e reafirmação das fronteiras continentais com Malawi, Zâmbia, Zimbabué e Tanzânia;
- Processamento e interpretação dos dados sísmicos e batimétricos para compilação de dossier com vista a produção da carta náutica e elaboração da tese jurídica no âmbito da delimitação da Plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas;
- Criar condições para equipar as forças de guarda fronteira em meios que possam permitir o controlo efectivo das fronteiras terrestres, marítimas e lacustres.

No âmbito da CONSADC:

- Participação nos eventos regionais e internacionais tais como, Cimeiras da NEPAD, Cimeiras da SADC, Fórum dos Chefes de Estado e de Governo-MARP, Fórum de Parceria para Africa, Fórum Parlamentar da SADC e outros, com vista a contribuir na facilitação da integração económica, social e política de Moçambique na SADC;
- Desenvolvimento da Capacidade Institucional incluindo dos Recursos Humanos da CONSADC, desenvolvendo acções com vista a formação, capacitação do pessoal e dos Pontos Focais da CONSADC em toda a extensão.

F. DEFESA

No âmbito da Defesa Nacional será priorizada a realização das seguintes acções:

a) A nível da Organização

- Prosseguir o estabelecimento das bases jurídico-legais que definem os princípios orientadores do funcionamento do Ministério da Defesa Nacional, através de:
 - Projecto de Conceito Estratégico Militar;
 - Sistema de Forças;
 - Dispositivo Militar;
 - Lei de Programação Militar;
 - Revisão do Estatuto Remuneratório;
 - Revisão do Estatuto Orgânico;
 - Revisão do Regulamento do Serviço Militar;
 - Regulamento de disciplina Militar;
 - Código de Justiça Militar;
 - Projecto de Regulamento de Condecorações militares;
 - Projecto de regulamento de uniformes militares e insígnias;
 - Projecto do estatuto dos serviços sociais da defesa;

b) À nível Operacional

- Prosseguir com as operações de Manutenção de Paz com a presença de observadores militares nos países: RD Congo, Uganda e Sudão;
- Prosseguir com o completamento do batalhão de Manutenção de Paz;
- Continuar com a preparação e participação das FADM nas manobras e exercícios militares a nível interno, na SADC e CPLP;
- Prosseguir com o programa de formação e reciclagem nos estabelecimentos de ensino militar:
 - Academia Militar;
 - Escola Militar de Nampula;
 - Centro de Dondo;
 - CILOG;
 - Escola de Artilharia Terrestre e
 - Outras Escolas dos Ramos

c) A nível de Cooperação Internacional

- Operacionalizar os Memorandos de Entendimento bilaterais com os EUA na área de Formação, Logística, Desminagem e Engenharia militar;
- Preparar e participar no Exercício Militar Multinacional da série RECAMP;
- Criar a Chancelaria Militar na China;
- Participar em reuniões multilaterais nomeadamente:
 - SADC/CIEDS;
 - CPLP;
 - UA.
- Realizar reuniões das Comissões Mistas de Defesa e Segurança em Moçambique, com os seguintes países: Malawi; RSA; Zimbabué; Tanzânia; Zâmbia; Botswana;
- Realizar encontros com vista a assinatura de acordos bilaterais com e nos seguintes países: Angola, Etiópia, Guiné – Bissau, Suazilândia, Zâmbia e Vietname.

d) A nível da Administração e Asseguramento Logístico

- Iniciar o curso de formação profissional na Escola de Formação Profissional de Chingodzi em Tete;
- Realizar o recenseamento militar de **200.900** jovens, em todo o país;
- Realizar provas de classificação e selecção de **30.000** jovens e sua incorporação nas fileiras militares;

- Prosseguir com o ciclo de instrução de recrutas, para pelo menos **2.000** homens;
- Passagem a disponibilidade de **2.000** militares;
- Prosseguir com o processo de formação de 193 militares no estrangeiro;
- Continuar com o programa de reabilitação parcial de infra-estruturas das unidades militares no quadro de obras nominalizadas e obras de capacidade própria a nível nacional;
- Elaborar um plano de reabilitação e redimensionamento das infra-estruturas militares;
- Elaborar o Projecto de Construção do novo Edifício do MDN e EMG
- Reabilitar e apetrechar o centro de Manutenção e Oficinas de Maputo;
- Revitalizar esforços para abertura da página do MDN na Internet;
- Prosseguir com as actividades de logística de produção, nomeadamente:
 - Produção agro-pecuária em Chókwe;
 - Produção agro-pecuária em Chitima/Tete;
 - Produção agro-pecuária em Antónia e Tsangano/Tete;
 - Produção agro-pecuária em Mopeia/Zambézia e Nango/Niassa;
 - Criação de aves de abate e poedeiras em Hanhane/Matola.
- Produzir caixas de munições de diverso calibre, nos Centros de Manutenção e Oficinas Militares:
 - 3.000 caixas no Centro de Manutenção e Oficinas de Maputo;
 - 2.000 caixas no Batalhão de construção de Maputo;
 - 1.500 caixas no Centro de Manutenção e Oficinas da Maxixe;
 - 2.000 caixas no Centro de Manutenção e Oficinas de Dondo;
 - 1.500 caixas na Base Aérea da Beira.
- Produzir diversos artigos nos Centros de Manutenção Oficial de Nampula e Maputo: camas (300), cacifos (300), beliches (250), enxadas (150), ancinhos (150), catanas (150), escovas metálicas (100), mobiliário de escritório (25) e de refeitório e outros;
- Ajustar e descentralizar as quotas de combustível tendo em conta as oscilações dos preços.

G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA

Nesta área o Governo continua a priorizar a assistência, inserção social e formação do Combatente, a pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional e a valorização do património da Luta de Libertação Nacional.

Neste contexto, tendo em vista a realização das prioridades definidas serão desenvolvidas, entre outras, as seguintes acções:

Área da Assistência Social e Reabilitação Física e Psico-Social

- Emissão de 16.000 cartões de Combatentes;
- Conclusão do processo de fixação de pensões dos Antigos Combatentes;
- Elaboração do Estatuto Orgânico do Centro Escola, quadro de pessoal, curricular e programas de ensino;
- Realização do recenseamento dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional;
- Atribuição do subsídio de funeral;
- Atribuição de Bónus de Participação em consonância com o previsto na Lei nº 03/2002, de 17 de Janeiro.
- Coordenação do processo de atribuição do Subsídio da assistência médica e medicamentosa aos combatentes da luta de libertação nacional;
- Descentralização do processo de atribuição de bolsas de estudos para o ensino superior às províncias, com vista a atribuição de bolsas de estudos neste nível;
- Continuação dos trabalhos de identificação de órfãos menores de Antigos Combatentes, auscultação dos seus problemas e coordenação do seu apoio com as instituições vocacionadas do país.
- Construção do Centro - Escola de Formação e Reabilitação Física em Manica;
- Continuação de acções de formação e capacitação de Combatentes.

Área da Inserção de Combatentes

- Formação técnica e profissional dos combatentes e seus dependentes na área de gestão de projectos económicos;
- Aprovação e financiamento de 55 projectos de geração de renda e 70 de autoconstrução de casas melhoradas;
- Apoio aos combatentes no diagnóstico, análise, implementação e avaliação de projectos de desenvolvimento económico;
- Continuação de acções com vista a incentivar o associativismo nas zonas rurais.

Área da História e do Património da Luta de Libertação Nacional

- Localização, recolha, recuperação, organização e conservação da documentação sobre a Luta de Libertação Nacional (LLN), a nível nacional e internacional;
- Criação de um arquivo para o desenvolvimento de estudos e pesquisas históricas;
- Edição e lançamento do Livro da História da Luta de Libertação Nacional;

- Realização de Palestras em todas as províncias sobre a História da LLN;
- Produção e divulgação de programas de rádio e televisão durante as comemorações das datas festivas.
- Divulgação do património histórico e documental da LLN;
- Restauração da Base Central em Cabo Delgado e de Ngungunhana em Niassa;
- Início da restauração das Bases Beira e Chaimite e sinalização dos destacamentos de Manica e Metangula em Cabo Delgado;
- Continuação do processo de mapeamento das bases e outros locais de importância histórica da LLN;
- Início da construção do Museu de História de Luta de Libertação Nacional em Niassa.

IV.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

A. GÉNERO

Nesta área os esforços do Governo continuarão orientados no desenvolvimento de acções visando garantir a promoção de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, bem como do fortalecimento da intervenção da mulher na sociedade.

No âmbito da Legislação, Políticas e Planos prevê-se

- Divulgar a Política de Género e Estratégia de Implementação em 6 províncias (Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica, Sofala, Inhambane), beneficiando a 210 pessoas
- monitorar o grau de cumprimento da Declaração Solene sobre a Igualdade de Género em África (Declaração Solene de Género) e do CEDAW ao nível dos diferentes sectores.
- realizar um encontro nacional sobre o balanço das actividades desenvolvidas na área da Mulher e Género, beneficiando a 80 pessoas
- regulamentar a Política de Género e Integrar nos Planos Sectoriais e Estratégicos
- consolidar o funcionamento dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher nas províncias de Niassa, Tete, Gaza, Inhambane e Maputo, através de acções de capacitação e supervisão
- instalar 5 Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher nos Distritos de Montepuez, Mocímboa da Praia, Ancuabe, Chiúre e Pemba - Metuge, na Província de Cabo Delgado
- institucionalizar as Unidades de Género;
- incentivar a criação de Unidades de Género nos Ministérios do Trabalho, Justiça, Antigos Combatentes, Transportes e Comunicações, Ciência e Tecnologia, Administração Estatal, Planificação e Desenvolvimento,

Finanças, Pescas, Negócios Estrangeiros e Turismo em coordenação com os membros do Conselho Técnico do CNAM.

- criar três Conselhos Técnicos para o Avanço da Mulher nos distritos de Changara, Mutarara e Chiúta na Província de Tete;

No âmbito da elevação da consciência da sociedade sobre os direitos da Mulher serão:

- Realizados 26 seminários, sendo 02 por cada Província e 4 a Nível Central, no âmbito da divulgação de instrumentos nacionais e internacionais em defesa dos direitos da mulher;
- capacitados os membros dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher e outros parceiros em matéria de “Gender Mainstreaming” (integração das questões de género nos planos e programas sectoriais) nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica, Sofala e Inhambane, beneficiando a 210 pessoas;
- capacitados 40 membros dos Conselhos Técnicos do CNAM em “Gender Mainstreaming” (integração das questões de género nos planos e programas sectoriais);
- divulgado o Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (2007-2009) nas províncias de Niassa, Zambézia, Tete, Gaza e Maputo, beneficiando a 210 pessoas;
- formados em Orçamentação na Óptica de Género as Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Cidade de Maputo, beneficiando a 245 pessoas;
- capacitadas e supervisadas as 16 Redes de Promoção de Mulher e Homem (RPMH) em todos os distritos da Província de Cabo Delgado;

No âmbito da Promoção de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens será estabelecido um banco de dados sobre a situação das mulheres e homens na liderança e tomada de decisão aos diferentes níveis

Resposta Multisectorial

Na área da Agricultura

- Capacitar os Pontos Focais da Unidade de Género sobre o seu papel, a abordagem de Género, Monitoria e Avaliação, Elaboração de Projectos.
- Capacitar os extensionistas e produtores em matéria de processamento de produtos agrários
- Treinar os membros dos grupos de produtores em matéria de transferência de tecnologias
- Capacitar os técnicos e planificadores em matérias de género nas diferentes fases dos projectos de irrigação.
- Produzir folhetos de divulgação da lei de uso e aproveitamento de terras com enfoque a equidade de género.

Na área de **Defesa Nacional** serão formadas ou capacitadas as mulheres do sector para pontos focais de género a nível central, e

- integrada a mulher nas palestras de sensibilização nas várias fases do sistema do Serviço Militar

Na área de **Energia** será divulgado e disseminado o Plano Estratégico para a Promoção da Igualdade do Género, visando a integração da perspectiva do género nos projectos do sector, e

- prosseguida a formação e capacitação dos Pontos Focais do Género e dos funcionários do sector em matéria do género

Na área dos **Negócios Estrangeiros** serão identificadas e respondidas questões específicas do género visando a implementação dos princípios de igualdade do Género e empoderamento da mulher; e

- realizados programas de formação sobre integração de Género

Na área da **Saúde** será promovida a participação do Homem nos programas sanitários, com destaque para a saúde reprodutiva, na comunidade envolvendo os praticantes da medicina tradicional;

- revistas as estratégias do controlo das ITS/HIV/SIDA, saúde reprodutiva, tuberculose e malária, com vista a torná-los mais sensíveis ao género;
- formado do pessoal dos Hospitais Rurais sobre a prestação de cuidados de saúde às vítimas de abuso e violência psíquica, física e sexual;
- prosseguir com a formação de professores dos Institutos de Ciências de Saúde e Centros de Formação, em matéria de género e saúde;
- continuar a revisão dos currícula (carreira de medicina e enfermagem geral) com o objectivo de integrar a abordagem de género;
- concluída a elaboração da Política e Estratégia de Género no Sector da Saúde,
- continuado o apoio às Direcções Provinciais de Saúde com vista ao reforço do funcionamento das Unidades de Género provinciais

Na área do **Interior** continuar-se-á com a expansão dos gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítima de Violência, prevendo-se:

- Instalar 06 Gabinetes Modelo de Atendimento às vítimas de violência doméstica
- Implantar 15 novas sessões de atendimento às vítimas de violência doméstica na província de Gaza
- Realizar 180 palestras sobre os malefícios da violência nas comunidades e nas escolas públicas e privadas incluindo estabelecimentos de ensino da polícia.

Visando promover a igualdade de género, na Educação espera-se que

- a taxa líquida de escolarização das raparigas no EP (EP1+EP2) atinja 94,7%, acima da média nacional de 97,3%
- a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe seja de 74%
- a taxa conclusão do EP2 pelas meninas seja de 34%.

Na Alfabetização e Educação de Adultos espera-se um equilíbrio de género, a favor da mulher e rapariga nos 1.022 mil alfabetizandos e educandos a matricular, dos quais 160 mil serão inscritos nos cursos via rádio, o que representa um crescimento de 24% em relação a 2007.

Na área do **Trabalho**, com base na discriminação positiva espera-se formar 1.000 candidatos em gestão de pequenos negócios nos distritos, dos quais 80% serão mulheres.

Na área da Juventude e Desportos, incentivar a prática do desporto feminino.

B. HIV/SIDA

A problemática do HIV e SIDA continua a constituir um dos grandes desafios que o País enfrenta. O combate a esta epidemia é de natureza multisectorial e transversal e continuará a incidir nas 7 áreas integradas no PEN II, a saber, Prevenção, Advocacia, Estigma e Discriminação, Tratamento, Mitigação, Investigação e Coordenação da Resposta Nacional.

São objectivos fundamentais, do presente plano, a consolidação da implementação dos planos anuais de todos os sectores da sociedade, com uma atenção muito especial para o sector público, sector privado e ensino superior nas áreas consideradas cruciais para uma resposta mais célere e eficaz.

Maior atenção continuará a ser prestada nos grandes desafios para o combate à pandemia designadamente, a prevenção, mitigação, investigação e a expansão do tratamento, o alargamento da cobertura em cuidados domiciliários para as pessoas vivendo com a doença, a feminização do HIV/SIDA e o crescente número de crianças órfãs e vulneráveis.

Prevenção

A prevenção, combinada com o tratamento e a mitigação, continuará a constituir a actividade mãe da Estratégia, centrando-se nas seguintes acções:

- Manter o enfoque especial sobre Crianças (Campanha Janela de Esperança), Jovens, Mulheres, Órfãos, Homens, Professores, Mineiros e outros grupos de alto risco (motoristas de longo curso, usuários de drogas, trabalhadores de sexo);
- aumentar a cobertura dos serviços SAAJs direccionados para 330.000 jovens e adolescentes;
- massificar acções de aconselhamento e testagem em saúde comunitária
- apoiar a elaboração da estratégia de divulgação do uso do preservativo feminino e masculino

- facilitar o acesso a 30 milhões de preservativos masculinos e 1000 preservativos femininos
- promover iniciativas de prevenção orientadas a atacar fenómenos e comportamentos de alto risco (álcool, sexo comercial, relações intergeracionais, relações múltiplas e concorrenciais);
- impulsionar maior envolvimento dos homens em acções de prevenção;
- continuar com acções de identificação clara dos factores e grupos de risco, e promover a implementação de iniciativas de comunicação apropriadas;
- prosseguir com a integração do HIV e SIDA nas grandes empreitadas através da sua inclusão nos Cadernos de Encargos;
- promover o teste como actividade de rotina nas Unidades Sanitárias;
- promover a articulação entre os Ministérios do Interior, Mulher e Acção Social, Turismo, Indústria e Comércio e de Justiça na implementação da legislação sobre a protecção da criança, nomeadamente a Lei 6/99;
- incrementar a divulgação da informação sobre a vulnerabilidade da mulher a infecções de modo a reduzir da vulnerabilidade das mulheres à infecção por razões socioculturais e económicas.

Advocacia

As acções a realizar nesta área visarão entre outros resultados,

- Promover a visibilidade das acções de PVHS, incrementando a sua participação directa nas acções de prevenção;
- incrementar a participação de Organizações da Sociedade Civil de PVHS no combate e diminuição do estigma e discriminação;
- aumentar a visibilidade e cometimento das lideranças na abordagem do HIV e SIDA no local de trabalho;
- impulsionar maior participação das lideranças locais e figuras influentes em acções de advocacia;
- capacitar as lideranças em advocacia e comunicação em HIV e SIDA;

replicar as boas práticas: a conquista de operar numa situação de dupla emergência.

Estigma e Discriminação

O estigma e discriminação continua a minar os esforços nacionais de combate à pandemia. Assim, as acções a empreender nesta área visarão

- Garantir o envolvimento das pessoas vivendo com o HIV e SIDA (PVHS) em acções de advocacia
- o encorajamento da revelação pública de pessoas vivendo com o HIV e SIDA, desde que antecedido por aconselhamento adequado e seguido de um apoio psicológico e moral;

- promover um convívio acompanhado por acções de solidariedade entre as lideranças, as PVHS e a Sociedade Civil.

Tratamento

O tratamento constitui uma das estratégias centrais de combate à epidemia, o aumento da longevidade e qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV SIDA. Nestes termos, será prioridade

- Expandir, assegurando qualidade do tratamento em todo o país para
- 90.333 mulheres na Prevenção da Transmissão Vertical (PTV), e
- 132.280 pessoas sem TARV e Tratamento Pediátrico;
- garantir o acesso a profilaxia de Infecções Oportunistas (IO);alargar a cobertura em cuidados domiciliários, incluindo a produção das respectivas brochuras.

Mitigação

A melhoria do estado nutricional bem como a facilitação dos cuidados domiciliários para as pessoas e famílias vivendo com HIVSIDA constituem uma prioridade. Assim, em 2008 será

- Impulsionada a implementação de programas na perspectiva de desenvolvimento, saúde e produção;
 - operacionalizado por todos os actores sociais (Governo e Sociedade Civil), o pacote nutricional aprovado pelo Conselho de Ministros;
 - Direcção dos micro projectos de geração de rendimento aos infectados pelo HIV/SIDA, com vista a garantir e melhorar a sua dieta alimentar;
 - produzidos materiais com informação nutricional;
 - incentivada a utilização de equipamentos (bicicletas ambulâncias) e infra-estruturas (reabilitação/construção de Unidades Sanitárias) que facilitem e viabilizem o provimento de serviços básicos.
- ### **Investigação**
- Apoiar a realização de estudos sobre a relação entre a prevalência e as características demográficas, culturais e sócio-económicas
 - impulsionar estudos de áreas Geográficas que pelas suas características favorecem para a propagação do HIV e SIDA;
 - impulsionar pesquisas nas áreas biomédica, epidemiológica, comportamental, sócio-económica, sócio-cultural, e etnográfica (etno-botânica);
 - promover a colecta, sistematização e disseminação dos resultados dos estudos e pesquisas sobre HIV e SIDA;
 - apoiar a realização de outras pesquisas, propostas pelos diferentes parceiros da Resposta Nacional.

Coordenação

Nesta área serão implementados, 572 sub projectos da Sociedade Civil em todo o país, sob apoio dos Núcleos Provinciais de Combate ao SIDA,

- alocados recursos para acções de Combate ao HIV e SIDA direccionadas aos funcionários e suas famílias, alcançando uma cobertura de 75% das instituições do sector público, 25% do sector privado, 75% dos medias, e 80% instituições de ensino superior

Por outro lado será assegurada

- a melhoria do acompanhamento das pessoas em TARV e assegurar aderência ao tratamento;
- a integração dos programas de HIV e SIDA no ciclo de planificação e gestão dos programas de desenvolvimento a nível distrital
- a consolidação da implementação efectiva de um único sistema de Monitorização e Avaliação, garantindo a integração de todos os indicadores sectoriais;
- a operacionalização da Estratégia de Comunicação, privilegiando a prevenção inspirada na realidade Sócio-Cultural do País.

Resposta Multisectorial

Na área da Agricultura serão desenvolvidas as seguintes acções.

- Divulgação de tecnologias agrárias que reduzam esforço físico dos produtores ou melhorem o seu estado nutricional;
- Microprojectos de geração de renda aprovados ou em implementação;
- Cursos e encontros de sensibilização sobre o HIV e SIDA e número de pessoas envolvidas.

Na área da **Saúde** serão formados médicos e técnicos em TARV pediátrico e actualizado o currículo para os cursos de formação inicial, de modo a assegurar a cobertura completa dos serviços TARV em todos as capitais provinciais e distritos; prosseguir a expansão da Estratégia Atenção Integrada as Doenças de Infância (AIDI), com a inclusão da componente do TARV pediátrico;

- elaborado o manual de supervisão para as Unidades Sanitárias com serviços TARV, para auxiliar a garantia de qualidade dos serviços prestados;
- produzido material educativo para mulheres e seus parceiros sobre vulnerabilidade das meninas e das mulheres à infecção pelo HIV/sida; reforçadas as medidas preventivas do HIV/SIDA e ITSs.
- disponibilizando os preservativos em todos os serviços de ATS, SAAJ, PTV, Consultas de PF e pré-natais, Consultas externas e Cuidados Domiciliares e expandida a AT no contexto clínico; e
- reforçada a ligação com as Organizações Baseadas na Comunidade no âmbito da educação sanitária.

Na área de **Educação** será consolidada a integração de indicadores sobre o HIV/SIDA na planificação da educação, com vista a aferir o impacto da pandemia no desenvolvimento do sector;

- expandido o programa radiofónico Mundo Sem Segredos para as províncias de Niassa, Nampula, Inhambane, Gaza e Maputo Cidade;
- mantido e/ou expandido o programa “Geração BIZZ” nas escolas secundárias e parte das escolas do EP2;
- prosseguida a implementação do programa nacional de prevenção “Mundo Sem Segredos”, cobrindo as províncias de Manica, Sofala, Maputo Província, Cabo Delgado, Tete e Zambézia;
- continuada a implementação do projecto piloto de apoio às crianças órfãos e vulneráveis em colaboração com as áreas da Justiça e da Mulher e Acção Social.

Na área do **Ambiente** serão realizadas 3 palestras de sensibilização sobre a prevenção do HIV-SIDA a nível central;

- Incluídas as acções de sensibilização/consciencialização dos funcionários sobre HIV/SIDA nos cursos de formação e capacitação;
- distribuído material de prevenção do HIV/SIDA aos funcionários do sector.

Na área de **Defesa Nacional** prosseguirão as acções de prevenção e combate ao HIV/SIDA, incluindo o tratamento a partir dos seus Hospitais de Dia.

Na área de **Energia** prosseguirá a divulgação sectorial de Estratégia de HIV e SIDA bem como a capacitação dos funcionários para a aplicação da respectiva estratégia;

Na área da **Mulher e Acção Social** será prosseguida a implementação do plano sectorial de combate ao HIV e SIDA;

- integradas sócio e familiarmente, as crianças órfãs desamparadas com HIV/SIDA;
- consolidado, em coordenação com o SETSAN, o programa de intervenção e apoio aos grupos vulneráveis à insegurança alimentar e desnutrição devido ao impacto do HIV-SIDA;

Na área das **Pescas** continuará o reforço à sensibilização sobre a problemática do HIV/SIDA bem como a manutenção da perspectiva do género em todas as acções do sector

Na área do **Trabalho** serão formadas as associações comerciais formais e informais, educadores de pares para vendedores e trabalhadores reformados ou indemnizados em matérias de HIV/SIDA, nas componentes prevenção, cuidados e aconselhamento;

- apoiar as associações comerciais na elaboração de planos de acção; e
- elaborar um instrumento de monitoria para apoiar as actividades dos inspectores.

Na área dos **Transportes e Comunicações** será implementada a Estratégia de HIV/SIDA, Género e do deficiente;

- promovida e divulgada a legislação sobre HIV/SIDA,
- incluídos os programas de combate ao HIV/SIDA nas escolas do formação do sector; e
- divulgado o Decreto 30/2001, incluindo a definição das áreas prioritárias a reforçar dentro do sector;

Na área do **Turismo** continuará a implementação do Plano Sectorial de Prevenção e Combate ao HIV-SIDA nos Parques e Reservas

A **Autoridade Nacional da Função Pública** assegurará a implementação das Estratégias de Combate ao HIV/SIDA, de Género e do Deficiente na Função Pública;

Na área de **Administração Estatal** será elaborado o plano de acção para implementação da Estratégia de Informação Educação e Comunicação do Combate ao HIV/SIDA;

- realizadas palestras de sensibilização e distribuição de material de campanha
- assegurar o apoio aos funcionários do sector infectados pelo vírus de HIV;

Na área dos **Negócios Estrangeiros** será prestada advocacia, apoio nutricional e aconselhamento aos funcionários do sector e suas famílias.

Na área dos **Antigos Combatentes** serão realizadas palestras de sensibilização do impacto do HIV/SIDA no seio dos combatentes e funcionários seus familiares, acompanhadas da distribuição de material de Informação, Educação e Comunicação

- realizado o estudo sobre o Impacto do HIV/SIDA no Sector e estratégias de implementação do Plano Estratégico Sectorial de Combate ao HIV/SIDA
- financiados e acompanhados os Projectos de Mitigação de HIV/SIDA no seio dos funcionários;

No sector da **Justiça**, serão desenvolvidos programas de consciencialização, educação, aconselhamento e tratamento da população prisional vivendo com HIV-SIDA.

No âmbito da **Política externa**:

- Coordenação e implementação da Declaração, Política e Estratégias da SADC contra o HIV e SIDA.

C. AMBIENTE

Na área do Ambiente, continuará a constituir prioridade a coordenação intersectorial, a gestão e educação ambiental, e o planeamento e ordenamento territorial, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país. Assim, com vista a realização deste objectivo, serão desenvolvidas entre outras, as seguintes acções:

Coordenação Intersectorial

- Estabelecimento de estatísticas ambientais nas províncias de Maputo, Manica e Nampula;
- Consolidação das oito unidades ambientais em outros sectores, através de acções de capacitação;
- Divulgação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável nas províncias de Maputo, Manica e Nampula;
- Estabelecimento de um sistema de informação para a gestão ambiental.

Gestão Ambiental

- Continuação do projecto piloto de combate a erosão em Changara;
- Recolher, sistematizar e monitorar a erosão nas zonas críticas do País;
- Revitalizar o Órgão Nacional de Combate a Seca e operacionalizar o órgão nacional de Coordenação para a implementação do Plano de Acção Nacional;
- Fazer palestras sobre as queimadas descontroladas em Majune (Niassa), Cheringoma (Sofala), Murrupula (Nampula);
- Divulgação da estratégia de gestão integrada da zona costeira;
- Elaboração do plano de acção das espécies protegidas;
- Elaboração dos planos ambientais das zonas costeiras de Inhambane e Nampula;
- Elaboração de 3 planos de gestão municipal para Gurus (1), Cuamba (1) e Dondo (1) e capacitar 45 elementos, dos respectivos municípios;
- Monitoramento da qualidade ambiental nos armazéns de pesticidas;
- Intensificar as acções de combate a erosão, queimadas descontroladas e a reposição de plantas na exploração da madeira.

Avaliação do Impacto Ambiental

- Realização da pré-avaliação para licenciamento ambiental em 160 projectos de desenvolvimento;
- Revisão de 80 Estudos de Impacto Ambiental;
- Realização de 30 auditorias ambientais;
- Continuação do Projecto de pesticidas obsoletos (destruição e exportação);
- Elaboração de procedimentos sobre Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em áreas de grande pressão;
- Inspeção de 15 actividades turísticas na zona costeira; 20 actividades de desenvolvimento com impacto ambiental; e 40 actividades a nível central e 255 a nível provincial, da categoria B e C.

Planeamento e Ordenamento do Território

- Conclusão do plano de reordenamento da Unidade B no Bairro da Maxaquene em Maputo e do plano de estrutura da Vila Sede do Distrito de Nipepe em Niassa;
- Elaboração de 3 planos de requalificação das áreas de risco em Maputo, Beira e Nampula;
- Capacitação de 37 técnicos dos serviços distritais do planeamento e infra-estruturas das províncias de Maputo, Manica e Nampula;
- Monitoramento e apoio técnico à integração da componente espacial nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD's) de Machaze, Tambara, Guro e Macossa em Manica; Gorongoza e Muanza em Sofala; Quissanga, Ibo, Mueda, Muidumbe, Nangade e Macomia em Cabo-Delgado;
- Divulgação da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial.

Promoção Ambiental

- Produção de três números da revista MoçAmbiente;
- Realização de palestras de disseminação de práticas para a redução da erosão nos distritos de Changara e Chifunde na província de Tete; em Tofo (Inhambane); Mueda (Cabo Delgado) e Cuamba (Niassa);
- Capacitação de 102 núcleos, clubes e comités comunitários de gestão de recursos naturais e prevenção das queimadas descontroladas;
- Plantio de 50.000 árvores de fruta e sombra, no âmbito da revolução verde e em 33 escolas.

Legislação Ambiental e Cooperação Internacional

- Actualização e manutenção da base de dados sobre a legislação ambiental (www.legisambiente.gov.mz);
- Divulgação e capacitação da legislação ambiental, incluindo a elaboração do relatório do estado do ambiente no País.
- Conclusão da elaboração da 2ª comunicação nacional sobre as mudanças climáticas.

As acções sectoriais estarão orientadas para a redução dos impactos sócio-ambientais decorrentes das diversas actividades, com destaque para as produtivas

Na área de **Saúde** serão intensificadas as actividades na áreas de Saúde Ambiental prevendo-se que seja:

- Lançada a Campanha Nacional sobre a promoção de higiene e saneamento do meio
- instituída a legislação específica sobre os Crimes de Saúde Pública e o respectivo Regulamento.
- elaborado o Guião de orientação, para os trabalhadores de Saúde do nível primário, sobre as suas tarefas em matéria de controlo da qualidade da água,

controlo da qualidade dos alimentos, saneamento do meio e higiene individual e colectiva.

- elaborado e implementado o Plano Estratégico sobre o lixo hospitalar do País, acompanhado da capacitação de 60 técnicos de saúde sobre o lixo hospitalar nas províncias de Inhambane, Tete e Niassa.
- realizada uma pesquisa sobre o peso das doenças causadas pela Higiene de Alimentos na província de Nampula, incluindo ainda o levantamento junto das respectivas comunidades sobre as percepções e praticas ligadas ao saneamento e higiene.
- treinados técnicos das fronteiras sobre as actividade de sanidade internacional e vigilância epidemiológica com vista a uniformização das normas de procedimentos a nível de todas as fronteiras

Na área da **Defesa Nacional** prosseguirá a pulverização intra-domiciliária, nos quartéis e centros urbanos e das operações de Protecção e Fiscalização das Reservas e Parques especiais de animais, fauna bravia e marinha nos locais considerados prioritários

Na área de **Educação** serão incluídas as escolas com sanitários e fontes de água operacionais no sistema de levantamento estatístico do sector;

- Adquiridas e colocadas redes mosquiteiras nos internatos, incluindo a realização da pulverização;

Na nas **Obras Públicas**, componente de Águas será controlada a qualidade e poluição água;

- estabelecida a rede estratégica de monitoramento da qualidade de água;
- estabelecido o Laboratório de análise de água na bacia do Zambeze.

Na área do Turismo será elaborado o Plano de Maneio para a Reserva Nacional de Chimanimani; e

- canalizados os 20% de receitas das Áreas de Conservação para as comunidades locais e monitorada a sua aplicação.
- construídos três sanitários públicos nas Províncias de Inhambane, Cabo Delgado e Zambézia

Na área dos **Recursos Minerais**, serão elaboradas as cartas Geológico-ambiental da costa do Bilene, da cidade da Beira e da carta de Geologia de Engenharia da zona Metropolitana de Maputo no âmbito do início do mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique

Na área das **Pescas** serão reforçadas as medidas de controlo da actividade pesqueira prevendo-se que seja

- concluída a reformulação e aprovação da Lei de Pescas e da respectiva regulamentação,
- adoptados os Planos de Gestão para cada uma das principais pescarias

- reforçada a formalização das organizações de base comunitária (Associações, Conselhos Comunitários e Comitês de Co-gestão).
- prosseguida a monitoria e avaliação do estado de exploração do camarão de superfície no Banco de Sofala, Baía do Maputo e Foz do Limpopo, de gamba, peixe (pesca a linha) e kapenta.

Na área de **Energia** será disseminada e divulgada a Estratégia de Gestão Ambiental e das Directivas Ambientais a nível do sector;

- elaborada a proposta das Directivas Ambientais para Armazenamento e distribuição de Combustíveis;
- elaborada a Proposta da Avaliação Estratégica Ambiental como ferramenta de planeamento para maiores projectos energéticos de investimento
- realizadas campanhas de capacitação, consciencialização e sensibilização ambiental no sector de energia a nível das províncias;
- Promoção dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo no Sector de Energia

Na **Agricultura** na componente de gestão dos recursos naturais preve-se

Componente de Gestão de terras

- tramitar 5000 pedidos do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, dos quais 95% dentro do prazo previsto
- delimitar e registar 220 comunidades locais no Atlas Cadastral

Gestão dos Recursos florestais e faunísticos

- Estabelecer 5.000 ha de plantações florestais para fins energéticos, industriais e de conservação
- monitorar e avaliar a implementação de 25 Planos de Maneio nas concessões florestais
- canalizar os 20% das taxas de exploração florestal à 290 comunidades beneficiárias.
- elaborar 2 planos e 2 mapas de Zoneamento do território nacional e criar reservas de Estado
- sinalizar 10 áreas com elevados níveis de conflito Homem-Fauna Bravia.
- divulgar 3 técnicas não letais para mitigação de conflito Homem-Fauna Bravia a nível da comunidade.
- fiscalizar cerca de 1,600 parcelas de terra e o aumento do número de fiscais florestais
- formar 56 fiscais e ajuramentar 21 fiscais comunitários, privados e caçadores, com vista a reduzir as transgressões florestais

D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

As acções do Governo nesta área estarão orientadas para o fortalecimento da coordenação das intervenções multisectoriais conducentes a estabilização de Segurança Alimentar e Nutricional a longo prazo, a redução dos níveis de vulnerabilidade e minimização das necessidades futuras de intervenções de emergência. A coordenação intersectorial focalizará as principais acções nos 3 pilares da SAN, designadamente, Disponibilidade, Acesso, Uso e utilização.

Coordenação intersectorial

As acções a realizar nesta área pretendem melhorar a capacidade de intervenção dos diversos órgãos, sobretudo, os de nível local na redução significativa da insegurança alimentar e nutricional, prevendo-se

- realizar 4 avaliações e monitorias da situação de segurança alimentar e nutricional (SAN) e da vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutricional dos agregados familiares
- capacitar 4 Governadores de Província, 100 jornalistas e 300 quadros das províncias e distritos, incluindo da Sociedade Civil em matéria de SAN e Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Integrar, no âmbito da descentralização, a SAN em 17 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Cabo Delgado, Nampula e Niassa.
- Na área da saúde será intensificado o apoio às províncias na realização de sessões teóricas e práticas de oficinas culinárias.

Disponibilidade

Espera-se o aumento da produção agro-industrial e da comercialização assegurem a disponibilidade de alimentos nos mercados de todo o país, pelo que prevê-se produzir:

- 2.38 milhões de toneladas de cereais contra 2.17 milhões produzidos na campanha 2006/07, representando um crescimento de 8.6.0%;
- 410 mil toneladas de leguminosas, contra 367 mil toneladas, correspondendo a um crescimento de 12.0%;
- 8.8 milhões de toneladas de mandioca contra 8.2 milhões registadas na campanha anterior, representando um crescimento de 8%;
- 16.236 toneladas de carne bovina, suína e frango, contra 14.480 toneladas da campanha anterior, representado um crescimento de 12%;
- 100,202 toneladas de produtos pesqueiros, das quais 71,360 toneladas da Pesca Artesanal, contra 89,447 toneladas previstas para 2007, das quais 63,760 toneladas da Pesca Artesanal, representando um crescimento global de 12%.

Acesso

O aumento esperado da produção de alimentos, sobretudo ao nível dos agregados familiares, condicionando em parte a estimativa de aumento em 5% da espera-se que a oferta de produtos no mercado, poderá garantir a estabilização do acesso físico da população aos alimentos. Contudo, a monitoria de preços, sobretudo do milho, dado o seu carácter sazonal, afectado em particular as zonas deficitárias, merecerá especial atenção do Governo.

Outro factor importante a monitorar é a ocorrência de calamidades que em parte pode comprometer os níveis de produção e conseqüentemente das reservas alimentares dentro dos agregados familiares, como ocorreu em 2007 nas diversas áreas da Zona Centro e Sul, duramente afectadas por cheias, ciclone e seca, esperando-se que reduza o número de 660.000 pessoas que poderão ficar afectadas entre Outubro de 2007 e Março de 2008, caso a segunda época da Campanha Agrícola 2006/2007 seja má.

Uso e Utilização

As maiores intervenções estarão orientadas à monitoria da desnutrição crónica e aguda, sobretudo em crianças menores de 5 anos, acompanhada de programas de reabilitação nutricional nos casos considerados necessários, com destaque para a suplementação de vitamina A. Espera-se que a melhoria progressiva no acesso a água potável e saneamento, venha a reduzir a incidência de doenças endêmicas com impacto no estado nutricional da população, como diarreias, cólera, e malária.

Resposta multisectorial

Na área da **Mulher e Acção Social** prevê-se pagar o subsídio de alimentos à 120.000 beneficiários incapacitados para o trabalho;

- providenciar apoio directo em produtos alimentares de primeira necessidade e outros tipos de apoio a 19.702 beneficiários
- consolidar, em coordenação com o SETSAN, o programa de intervenção e apoio aos grupos vulneráveis à insegurança alimentar e desnutrição, devido ao impacto do HIV-SIDA;

Visando a redução da taxa de prevalência e impacto da malnutrição na área da **Saúde** será reforçado o sistema de vigilância nutricional, através da criação de Postos Sentinela, com vista a reduzir a taxa de prevalência de desnutrição por micronutrientes;

- 70% de crianças dos 6-59 meses serão suplementadas com vitamina "A", acompanhado por campanhas de educação nutricional nas comunidades.
- treinados formadores no manejo da malnutrição grave e divulgadas as normas de tratamento em todos os hospitais.
- distribuída a cesta básica alimentar de modo a melhorar o estado nutricional dos pacientes em TARV, crianças e mulheres grávidas em PTV e tuberculosos visando prevenir a Desnutrição Protéico-Energético (DPE) e deficiências de vitaminas e minerais

E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na área de Ciência e Tecnologia, as atenções continuarão concentradas na investigação científica, transferência de tecnologias e inovação e na divulgação e promoção de ciência tendo em vista o desenvolvimento sócio económico do país. Assim, entre outras acções a serem desenvolvidas para a realização do objectivo definido, merecem destaque as seguintes:

Investigação Científica

- Realização de novas expedições científicas em 30 distritos das províncias de Niassa, Inhambane, Manica, Sofala e Maputo;
- Elaboração do regulamento de pesquisa em Etnobotânica;
- Financiamento de 20 projectos de investigação e 10 projectos estratégicos de suporte às prioridades de desenvolvimento sócio-económico do país (por ex: revolução verde, construção com base em materiais locais);
- Realização de um estudo para o aproveitamento do calcário no distrito de Panda (província de Inhambane) para a construção de habitações melhoradas.

Transferência de Tecnologias e Inovação

- Operacionalização da segunda fase da incubadora agrária de Chókwè;
- Construção duma represa no distrito de Angónia, com recurso a tecnologias alternativas, com vista a melhorar os processos de conservação e armazenamento de recursos hídricos para o consumo e irrigação;
- Realização de 4 cursos de capacitação das associações/comunidades de agricultores da província de Gaza, Manica, Zambézia e Niassa sobre o uso de técnicas de fertilização de solos agrícolas e técnicas de processamento de carne e leite na província de Tete;
- Criação de uma base de dados electrónica para a divulgação de informação sobre técnicas de construção com base em material local existente no país;
- Realização de demonstrações sobre técnicas de produção de energia a partir da biomassa em 15 escolas da região Sul, Centro e Norte do país com o objectivo de melhorar as condições de aprendizagem dos estudantes;
- Operacionalização das Vilas de Milénio das províncias de Zambézia e Cabo Delgado, e abertura de 1 Vila de Milénio em Sofala e em Inhambane;
- Estabelecimento da Academia CISCO, que visa formar técnicos moçambicanos na área de redes de informática;
- Capacitação Institucional e funcionamento dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia das regiões Norte, Centro e Sul.

Tecnologias de Informação e Comunicação

- Desenvolvimento do Museu Virtual do Caju;
- Realização de Olimpíadas de Informática (Concurso de Programação em Pascal para estudantes do I e II ciclo);

- Criação de 4 Centros Multimédias Comunitários nos distritos de Mabote, Muedumbe, Mutarara e Chicualacuala.

Divulgação e Promoção de Ciência

- Realização da 29.^a Assembleia Geral do Conselho Internacional de Ciência em Moçambique, envolvendo 600 cientistas, com objectivo de estabelecer uma plataforma de interacção entre cientistas e instituições de investigação ao nível internacional;
- Estabelecimento da Academia de Ciências e consolidação do Conselho da Ciência e Tecnologia;
- Realização de 1.^a Feira Tecnológica na província de Maputo;
- Realização da VI Mostra de Ciência e Tecnologia na província de Maputo;
- Identificação e orientação de 600 jovens talentosos nas áreas de matemática, física, química e biologia no âmbito do “Programa Criando o Cientista Moçambicano do Amanha”;
- Realização de 11 cursos de capacitação de autoridades locais em planificação de actividades e concepção de projectos na área de ciência e tecnologia nas capitais provinciais de Inhambane, Tete e Nampula.

Resposta multisectorial

O acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) bem como às tecnologias de produção constituirá a principal aposta dos sectores.

Nestes termos, na área de **Educação** será concebido o currículo das TICs para o Ensino Secundário Geral do 1.^o e 2.^o ciclos, IFPs e do Ensino Técnico;

- Expandidas as TICs para escolas secundárias (gerais e técnicas) e Instituições de Formação de Professores, através de instalação de laboratórios apropriados e sua conectividade;
- Promovido o uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do ensino secundário, ensino técnico e formação de professores;

Na áreas dos **Antigos Combatentes**, será operacionalizada a página de Internet, e

- Instalada a Internet e o Correio Electrónico na maioria das Direcções Provinciais em consonância com a Política de Informática

Na **Agricultura** serão libertas 5 novas variedades de culturas

- 6 novos pacotes tecnológicos; e
- 3 pacotes tecnológicos para o controlo integrado de pragas e doenças por cultura

Serão ainda disseminadas 7 tecnologias e pacotes tecnológicos e

- 2 pacotes tecnologicos para o melhoramento de fertilidade e conservação de solos

F. DESENVOLVIMENTO RURAL

Com o objectivo de assegurar que as políticas e programas nacionais assumam uma natureza explicitamente pró-rural, e gerar mudanças no actual padrão de acumulação de capital na economia nacional, o Governo prosseguirá a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), orientando a sua acção para o aumento da competitividade e acumulação da economia rural, o reforço da actividade financeira rural, aumento do acesso a tecnologias e a eficácia institucional e de governação.

Competitividade e Acumulação da Economia Rural

O aumento da competitividade e da acumulação da economia rural é fundamental para a redução da pobreza rural, bem como, para o aumento da sua contribuição no crescimento da economia nacional. Com base neste pressuposto, prevê-se:

- A abertura, com apoio dos Governos Provinciais, de 4 Agências de Desenvolvimento Local (ADEL's) nas províncias de Inhambane, Tete, Cabo Delgado e Niassa, alcançando a meta de 10 agências, cobrindo a totalidade do país e continuar o apoio já constituídas
- coordenar o processo da implementação do apoio às ADEL's Cabo Delgado, Nampula, Gaza, Maputo e a Cidade de Maputo através da Art Gold Moçambique
- disseminar a experiência da implementação do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA) nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Maputo, de modo a assegurar, depois do seu encerramento em Dezembro de 2008, o sucesso em todo o país da estratégia pós-PAMA.
- facilitar o registo em todo o país de pelo menos 25 associações agro-pecuárias através do processo de registo simplificado em vigor ao abrigo do Decreto-Lei nº 2/2006 de 03 de Maio, elevando para 75 o número de associações legalizadas em funcionamento sustentável
- instalar 3 rádios em igual número de distritos rurais no âmbito do Projecto de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV) elevando o seu número para 13 rádios comunitárias em funcionamento em todo o país; e
- divulgar 52 publicações anuais sobre mercados agrícolas nacionais, através de boletins semanais (Quente-Quente), Rádio (RM Nacional e Provincial e rádios comunitárias), jornais (Notícias e outros) e programas televisivos (TVM), duas vezes por mês.

Actividade Financeira Rural

O acesso ao crédito pelos produtores rurais é essencial para dinamizar e fortalecer as diversas actividades produtivas rurais. Neste âmbito, para 2007, o Governo apostará na expansão e aumento da cobertura territorial dos serviços financeiros rurais com vista a apoiar os produtores locais. Neste sentido, prevê-se:

- criar 5 novas instituições financeiras rurais elevando o seu número para 40 em todo o país e abranger 25.000 novos clientes no âmbito da implementação e divulgação da política e estratégia de finanças e micro

finanças rurais. Espera-se que, seja elevado para 150.000 o número de clientes servidos pelas 40 instituições financeiras previstas;

- promover as Finanças Rurais, em parceria com Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia (FARE), no âmbito do Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR), através da:
 - Actualização da estratégia de Microfinanças e Finanças Rurais, incluindo a formulação de um plano de implementação, a sua aprovação e a sua monitorização contínua;
 - Produção dos documentos estratégicos do Quadro Estratégico de Finanças Rurais
 - Elaboração e divulgação da política de finanças rurais;
 - Divulgação da Campanha Nacional de Poupanças Rurais e monitoria da sua implementação ao nível dos distritos
- capacitação e treinamento dos provedores de serviços financeiros rurais e introduzidos os produtos financeiros inovativos no âmbito do Projecto de Apoio a Finanças Inclusivas.
- conclusão do Recrutamento do pessoal e apetrechamento das Unidades no âmbito da implementação em Morrumbala (Zambézia) e Mutarara (Tete) do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientado para o Mercado e;
 - § Contratação do provedor de serviços das Organizações de Base Comunitária e do provedor de Serviços Financeiros Rurais para o distritos de Morrumbala e de Mutarara;

No âmbito do apoio à produção serão:

- Treinadas em desenvolvimento empresarial rural e planificação de projectos todas as organizações parceiras do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia (Mocuba)
- Iniciada a implementação efectiva do Programa de Desenvolvimento Integrado da Mulher Rural, nos distritos de Magude (Maputo), Chókwè, Xai-Xai (Gaza), Zavala, Homoíne e Inharrime (Inhambane), com diversas componentes, com destaque para
 - 3 projectos de fontes de água;
 - 8 projectos de geração de rendimentos;
 - 4 seminários de capacitação em associativismo;
 - 9 seminários de capacitação em alfabetização funcional.
 - fabrico de artigos de arte e uso doméstico (cestaria e olaria) para posterior comercialização;
 - aquisição de prensas e outro equipamento para a produção de sumos (de laranja, manga e caju), bem como para a produção de óleos (amendoim e girassol).

Infra-estruturas e Empresariado Rurais e Desenvolvimento Comunitário

Nesta área será iniciada a implementação do Programa de Infra-estruturas e Empresariado Rurais no Distrito do Bilene, visando Desenvolvimento da Produção Agrícola nas áreas irrigadas, Pesca Artesanal, Comercialização e Mercados, e

- iniciada a implementação do Projecto de Apoio à Capacitação das Comunidades Rurais de Base, virando para o Reforço das estruturas comunitárias locais e melhoria das capacidades e conhecimentos das comunidades, prevendo-se
 - Criar fóruns para comunicação e diálogo
 - Estabelecer agentes de desenvolvimento comunitário
 - Criar Centros Comunitários Locais de Recursos, Informação, Conhecimento e Serviços, incluindo nas sedes distritais.
 - Financiamento de projectos com pequenos donativos

No âmbito da Promoção e Coordenação inter-sectorial e inter-institucional

Devido a sua dimensão multi-sectorial, no processo de desenvolvimento rural, será privilegiada a continuidade da harmonização de políticas e programas sectoriais e o fortalecimento da coordenação inter-sectorial e inter-institucional com vista à implementação com sucesso da Estratégia de Desenvolvimento rural, prevendo-se continuar a:

- apoiar o processo de descentralização, através da promoção das iniciativas locais de desenvolvimento tendo como base a participação comunitária;
- acompanhar e supervisionar o processo de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD's) com base nos processos de consulta e participação comunitária, no âmbito do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas que unificará o PPFN Norte (UNCDF/PNUD), o PPFN Centro (Banco Mundial) e o PRODOR (Inhambane, Sofala e Manica);
- formar e capacitar os técnicos do sector público ligados à promoção da planificação distrital
- Capacitação dos Distritos na perspectiva do Desenvolvimento Rural Integrado.
- Realizar os trabalhos do Comité de Seguimento do Banco Terra, com enfoque rural;
- Implantação da Escola Superior de Desenvolvimento Rural em Vilanculos;
- Início do programa Millenium Challenge Account. O Programa irá concentrar-se em preparações administrativas para o arranque das actividades de campo, designadamente concursos, preparação de planos, formação, campanhas de divulgação, aquisição de bens e serviços.

Reposta multisectorial

Na área de Inovação e Tecnologias

Na área de **Ciência e Tecnologia** serão realizados 4 cursos de capacitação de associações/comunidades de agricultores da Província de Gaza, Manica, Zambézia e Niassa para uso de Técnicas de Fertilização de Solos Agrícolas e em técnicas de processamento de carne e leite na província de Tete, e

- criados 4 Centros Multimédias Comunitários (provavelmente) nos distritos de Mabote, Muedumbe, Mutarara e Chicualacuala;

Na área das **Telecomunicações**, será expandido o acesso à telefonia móvel mais 16 distritos, distribuídos por Gaza (2), Sofala (1), Manica (3), Tete (1), Zambézia (3), Nampula (4), Niassa (1) e Cabo Delgado (1). e

- disponibilizados serviços de voz e dados de Internet para 42 distritos, repartidos por Niassa (9), Cabo Delgado (8), Nampula (7), Zambézia (5), Tete (3), Manica (5), Inhambane (3) e Gaza (2)

Na área de **Energia** será disseminado o uso de fogões melhorados institucionais nos distritos de Namaacha, Matutuíne e Manhiça (Província de Maputo) e distritos de Nacala Porto e Angoche (Província de Nampula);

disseminado o uso de briquetes de serradura no país nos distritos de Namaacha, Matutuíne e Manhiça na Província de Maputo;

Na **Agricultura** serão disponibilizadas 260 horas de programa de rádio difundido mensagens de extensão

Infra-estruturas produtivas ou de apoio a produção

Na **Agricultura**, serão reabilitados ou construídos cerca de 3,400 ha de regadio na Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo.

Nas **Obras Públicas** será implantado o sistema de rega e protecção da talude de jusante da barragem dos Pequenos Libombos;

- reabilitado o açude da Lagoa Chuali (Maputo) e a Barragem de Macarretane (Gaza); e
- reabilitadas/construídas pequenas barragens nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane;

Na área da **Ciência e Tecnologia** será construído no distrito de Angónia, um modelo de represa com tecnologias alternativas, com vista a melhorar os processos de conservação e armazenamento de água para consumo e irrigação

Nas **Pescas** prosseguirá o programa de construção de infra-estruturas de produção, processamento e comercialização de pescado e do desenvolvimento de infra-estruturas sociais tais como escolas, hospitais e fontes de água nas províncias de Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

Na área do **Turismo** serão construídos 3 postos de venda de fruta ao longo das Estradas Nacionais, na Matola Rio (Maputo Província), Inharrime (Inhambane) em locais com disponibilidade de fruta durante todo o ano;

- construído 1 pavilhão para a venda de artigos de artesanato, na Província de Cabo Delgado.
- criadas 3 empresas comunitárias nas três áreas de Conservação TransFronteiriça designadamente, Libombo (Maputo província), Limpopo (Gaza) e Chimanimani (Manica).

G. CALAMIDADES

Reconhecendo o carácter transversal das calamidades naturais e os seus efeitos destruidores que agravam a situação da pobreza, os objectivos e prioridades do Governo nesta área, continuarão viradas para a consolidar a cultura de prevenção, redução do número de vítimas humanas e perda de propriedades, e dotar o País de meios de prevenção e de mitigação de calamidades.

Para as acções de prevenção, prontidão, resposta e mitigação das calamidades, serão feitas com base no Plano de Contingência, elaborado com base nas previsões meteorológicas emitidas pela SARCOF e pela implementação do Plano Director de Gestão de Calamidades.

Prevenção às Calamidades Naturais

Visando a redução da vulnerabilidade às calamidades serão implementadas medidas estruturais e não estruturais de prevenção de calamidades, sendo destaque:

- A criação e estabelecimento da Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC), com 130 homens devidamente formados e a funcionar com regras próprias e específicas.
- conclusão da criação dos 3 Centros Regionais de Vilanculos, Caia e Angoche
- criação de 4 Centros Operativos de Emergência nas Províncias de Tete, Manica, Zambézia e Nampula
- treinamento de 200 activistas para os Comités de Gestão de Risco a serem criados em 36 distritos.
- realização de 6 simulações sendo, 1 nacional, 2 regionais e 4 de nível distrital
- elaboração do Atlas das bacia do Búzi e Save
- estabelecimento o Sistema de Aviso Prévio;
- estabelecimento de um Sistema de Comunicação e Informação;
- construção e apetrechamento da Direcção Regional Norte (Nacala);
- apetrechamento e Funcionamento da Direcção Regional Centro e Sul em Caia e Vilanculos, respectivamente.

Intervenção pro-activa nas zonas semi-áridas

A disponibilidade e acessibilidade de água para as populações expostas à seca cíclica, bem como a produção em zonas áridas constituem uma prioridade do Plano

Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais. Nestes termos, para 2008 serão

- Construídas 14 represas nos distritos Chigubo, Massangena Chicualacuala (Gaza), Mabote, Funhalouro (Inhambane) e Nacarôa (Nampula);
- construídos 18 furos de água nos distritos de Chicualacuala (Gaza), Mabote, Funhalouro e Nacarôa, com capacidade total de 157.680 m³;
- locar 90 bombas pedestais e 5 motobombas às associações;
- desenvolvidas práticas de agricultura de conservação nos distritos de Chigubo, Massangena, Chicualacuala e Funhalouro e Mabote
- incentivado o processamento de produtos agrícolas e não agrícolas;
- desenvolvidas culturas tolerantes a seca e frutos tidos como silvestres;
- introduzido o seguro comunitário para agricultura;
- desenvolvidas actividades não agrícolas para a geração de rendimento;
- mapeadas as zonas áridas e semi-áridas localizadas

Resposta multisectorial

A acção dos sectores chaves estará orientada para a elevação da capacidade de prontidão e resposta nacional às calamidades. Deste modo,

No domínio da **Meteorologia** será reabilitada e transformada a Aerologia na Delegação de Meteorologia em Sofala; e

- Operacionalizados os centros regionais de meteorologia da Beira e Nampula

Na área dos **Recursos Minerais** prosseguirá o apetrechamento das estações sismográficas de Massingir, Mocuba, Tete e Mueda e a implantação de uma estação em Inhambane

Na área de **Administração de Águas**, na componente de Monitoramento Hidrológico e Medição de Caudal será recolhida, tratada e disseminada a informação hidrológica da época chuvosa 2007/08;

- Preparado o Plano de Contingências sectorial 2008/09;
- Actualizadas as curvas de vazão das principais barragens;
- Elaborada a proposta do Anuário Hidrológico

H. DESMINAGEM

As minas terrestres continuam a constituir um obstáculo nos esforços em curso de combate à pobreza, sobretudo, para a implementação de programas de desenvolvimento, em particular nas zonas rurais.

Assim, o Governo prosseguirá com a implementação do Programa da Acção sobre Minas visando assegurar maior liberdade de circulação de pessoas e bens bem como a disponibilidade de maior extensão de terra para sua utilização e alcançar a

meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de o país concluir até 2009 a clarificação de todos os locais minados conhecidos e a destruição de todos os engenhos não explodidos.

Por outro lado, devido à retirada dos operadores humanitários e a redução de financiamentos externo para as acções de desminagem, o Governo aprofundará duas abordagens de natureza estratégica, já iniciadas em 2007, designadamente:

- financiamento directo das actividades de desminagem humanitária através do Orçamento do Estado, com vista a clarificação de escolas, hospitais, poços, estradas terciárias e outras infra-estruturas socio-económicas com impacto directo na vida das comunidades.
- financiamento indirecto das actividades de desminagem, através da sua incorporação nos projectos de desenvolvimento dentro dos próprios projectos sectoriais durante a sua fase de concepção e elaboração.

Acções de Desminagem

- Continuar com a actividade de desminagem de objectos económicos e sociais tendo em vista a implementação de programas e projectos de desenvolvimento com especial destaque para as áreas de elevado potencial agro-pecuário, estradas, recursos minerais, linhas-férreas, linhas de transmissão de energia, e de infra-estruturas sociais, bem assim áreas para o reassentamento das populações, onde prevê-se:
- A clarificação de 10 milhões de metros quadrados, o correspondente a 40 áreas nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete.

Em 2008 espera-se que estejam envolvidos nas operações de desminagem na Zona centro e Sul do país, três operadores humanitários, designadamente, Halo Trust, Handicap International e APOPO.

Na área de Educação Cívica sobre o Perigo de Minas prevê-se

- Formar cerca de 100 agentes de educação cívica para permitir o alargamento de acções de sensibilização das populações vivendo em zonas minadas ou suspeitas de estarem minadas, e
- realizar cerca de 80 palestras de educação cívica sobre o perigo de minas nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete, tendo em vista evitar ou reduzir o risco de mortes causadas pelas minas e outros engenhos não explodidos.

Na área de assistência às vítimas e sobreviventes de Minas serão

- Assistir cerca de 200 vítimas de minas, no âmbito da implementação de programas de assistência e reintegração socio-económica às vítimas de minas.

Resposta MultiSectorial

A área de **Defesa Nacional** prosseguirá com as operações de desminagem humanitária nos locais suspeitos de estarem minados.

V. FINANÇAS PÚBLICAS

As finanças públicas continuarão orientadas para o alcance dos objectivos estabelecidos no Plano de Acção para a Redução da Pobreza e do Programa Quinquenal do Governo, visando a manutenção de um desenvolvimento económico e social sustentável e para a prossecução da sustentabilidade orçamental a médio prazo, através do rigor e racionalidade cada vez maiores na utilização dos recursos públicos, priorizando-se as áreas de saúde, agricultura, infra-estruturas e governação e a melhoria do ambiente económico e competitivo da economia nacional.

O desafio de descentralização da execução orçamental da despesa de investimento para o distrito, em complemento da descentralização da execução da despesa de funcionamento iniciada em 2006, prosseguirá através da afectação mais criteriosa de recursos.

Receitas do Estado

Para o exercício de 2008 prevê-se que as receitas do Estado atinjam 38,815.9 milhões de Mt, correspondente a 15.9% do PIB, o que representa um crescimento de 0,5 pp comparativamente a 2007.

As receitas sobre bens e serviços e os impostos sobre os rendimentos são as rubricas de impostos que tradicionalmente detêm maior contribuição nas receitas do Estado. Para 2008, irão contribuir com 7,7% e 4,1% do PIB, respectivamente, totalizando no conjunto 11,8% do PIB.

As receitas de capital, compostas por receitas de privatizações, de concessão de explorações e de dividendos, vão atingir a cifra de 1.699,4 milhões de Mt, representando 0,7% do PIB, isto é, menos 0.1pp face à meta de 2007.

Tabela 45: Plano de Cobrança de Receitas para 2008

<i>(milhões de Mts)</i>	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	CGE	LEI	Plano	CGE	LEI	Plano
Receitas do Estado	28,398.6	32,461.1	38,815.9	15.2%	15.4%	15.9%
Receitas Correntes	26,463.6	30,691.8	37,116.6	14.2%	14.6%	15.2%
Receitas Fiscais	22,142.1	25,694.3	30,800.7	11.9%	12.2%	12.7%
Impostos sobre rendimentos	6,351.4	7,105.5	10,003.8	3.4%	3.4%	4.1%
IRPS	3,784.4	4,105.1	5,312.4	2.0%	2.0%	2.2%
IRPC	2,535.5	2,953.9	4,622.1	1.4%	1.4%	1.9%
Imposto especial sobre o Jogo	31.5	46.5	69.3	0.0%	0.0%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	14,490.1	16,830.2	18,860.5	7.8%	8.0%	7.7%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	9,385.0	10,918.6	13,168.1	5.0%	5.2%	5.4%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	1,122.2	1,263.6	1,628.9	0.6%	0.6%	0.7%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	696.4	791.5	940.0	0.4%	0.4%	0.4%
Imposto s/ Comércio Externo	3,286.4	3,856.5	3,123.6	1.8%	1.8%	1.3%
Outros Impostos Fiscais	1,300.6	1,758.6	1,936.4	0.7%	0.8%	0.8%
<i>dos quais: Imposto sobre Combustíveis</i>	563.2	877.9	888.2	0.3%	0.4%	0.4%
Receitas Não Fiscais (<i>incl. receitas próprias</i>)	2,554.1	2,479.4	2,721.9	1.4%	1.2%	1.1%
Receitas Consignadas	1,767.4	2,518.2	3,594.0	0.9%	1.2%	1.5%
Receitas de Capital	1,935.0	1,769.2	1,699.4	1.0%	0.8%	0.7%
Crédito Interno	-6,167.6	0.0	350.0	-3.3%	0.0%	0.1%

Despesas do Estado

As despesas totais do Estado para o ano de 2008 vão atingir 89,002.6 milhões de meticais correspondente a 36.6 % do PIB. Deste valor, 42,8% serão alocados para

despesas correntes, 49,3% para despesas de investimento e 7,9% para as despesas com operações financeiras.

Tabela 46: Despesa Totais do Estado

<i>(milhões de Mts)</i>	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	CGE	LEI	Plano	CGE	LEI	Plano
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	49,352.5	70,896.5	89,002.6	26.5%	33.7%	36.6%
Despesas Correntes	25,820.2	31,681.2	38,080.7	13.9%	15.1%	15.6%
Despesas de Investimento	19,000.4	33,445.5	43,901.5	10.2%	15.9%	18.0%
Operações Financeiras	4,531.9	5,769.8	7,020.5	2.4%	2.7%	2.9%

As despesas correntes estarão fixadas em 38.080,7 milhões de Mt representando 15,6% do PIB, o que resulta num incremento de 0,5 pp do PIB face ao Orçamento de 2007. Este crescimento resulta da interacção de uma série de factores que irão registar-se em 2008, sendo de destacar os seguintes:

- A provisão de verbas para o funcionamento das Assembleias Provincias;
- A inclusão da verba para o reembolso dos ex-sócios do Montepio de Moçambique;
- A integração de cerca de 12.000 pensionistas;
- A inclusão de verbas para a extensão do pagamento de subsídios às autoridades comunitárias de 2º escalão;
- O recrutamento de cerca de 20.515 funcionários públicos e as promoções e progressões de 45.660 funcionários;
- A provisão de recursos para o plano de contingência.

Tabela 47: Despesas Correntes

<i>(milhões de Mts)</i>	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	CGE	LEI	Plano	CGE	LEI	Plano
Despesas Correntes	25,820.2	31,681.2	38,080.7	13.9%	15.1%	15.6%
Despesas com o Pessoal	12,983.1	15,682.5	18,815.3	7.0%	7.5%	7.7%
Bens e Serviços	5,773.7	6,562.7	8,131.1	3.1%	3.1%	3.3%
Encargos da Dívida	1,391.2	2,078.0	1,651.0	0.7%	1.0%	0.7%
Transferências Correntes	4,555.0	5,730.9	6,920.1	2.4%	2.7%	2.8%
Subsídio às Empresas	312.5	377.8	422.7	0.2%	0.2%	0.2%
Outras Despesas Correntes	698.0	1,033.4	1,743.0	0.4%	0.5%	0.7%
Exercícios Findos	3.7	11.6	12.0	0.0%	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	102.9	204.2	385.5	0.1%	0.1%	0.2%

As despesas com pessoal representam cerca de 7.7% do PIB em 2008, mais 0.2pp face a 2007, como resultado de novas admissões, promoções, nomeações e progressões previstas nos sectores chaves.

As despesas de investimento estão fixadas em 43,901.5 milhões de Meticais correspondentes ao aumento de 2.1 pp. do PIB face a despesa de investimento programada para 2007. Deste montante, 1.500 milhões de meticais serão destinados para os Governos distritais para a implementação de projectos de geração de rendimento, emprego e comida e a provisão de infra-estruturas, no âmbito da desconcentração dos recursos para os órgãos locais do Estado e da implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado.

De referir que o Total de despesa a ser transferido para os Distritos ronda os 3.7%.

As despesas de investimento previstas para 2008 correspondem a 18% do PIB, sendo 4,8% investimento interno e 13,0% investimento externo.

Tabela 48: Despesas de Investimento

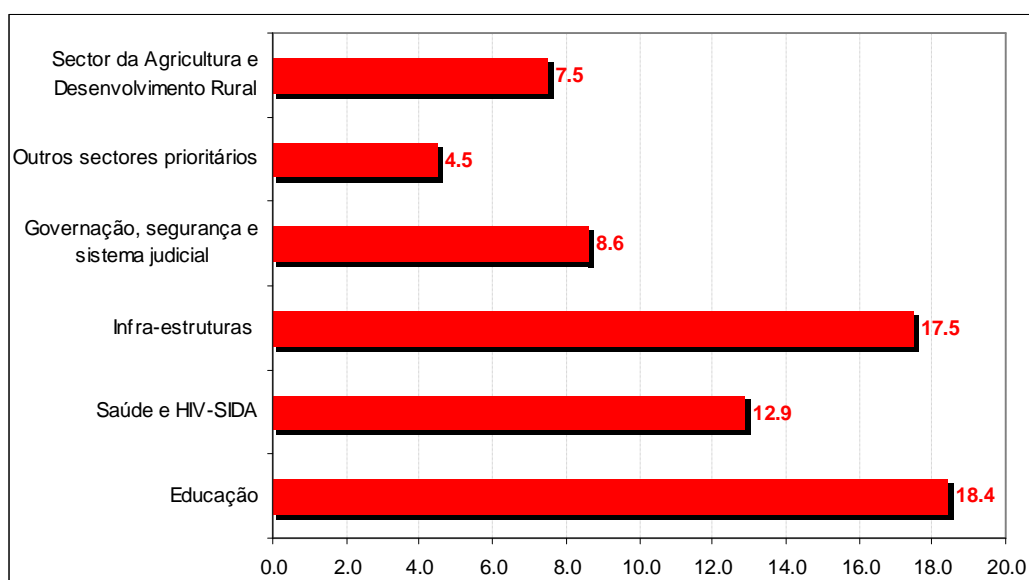
<i>(milhões de Mts)</i>	2006	2007	2008
	CGE	LEI	Plano
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	49,352.5	70,896.5	89,002.6
Despesas de Investimento	19,000.4	33,445.5	43,901.5
Em % do PIB	10.2%	15.9%	18.0%
Em % da Despesa Total	38.5%	47.2%	49.3%
Componente Interno	6,542.0	8,941.1	11,603.2
Em % do PIB	3.5%	4.2%	4.8%
Em % da Despesa Total	13.3%	12.6%	13.0%
Componente Externo	12,458.4	24,504.4	32,298.3
Em % do PIB	6.7%	11.6%	13.3%
Em % da Despesa Total	25.2%	34.6%	36.3%

As operações financeiras estão fixadas em 7.020,5 milhões de Mt correspondente a 2,9% PIB, notando-se um aumento de 0,2pp do PIB face ao rácio registado em 2007. Este incremento é determinado pelo aumento das despesas com a concessão de financiamentos ao sector empresarial, particularmente para o desenvolvimento das infraestruturas de telecomunicações, de energia, portos e linhas férreas, entre outras infraestruturas públicas relevantes ao desenvolvimento sócio-económico do país. A concessão destes financiamentos é feita pelo mecanismo de acordos de retrocessão.

Despesas nos Sectores Prioritários do Combate à Pobreza

A afectação de recursos nas áreas prioritárias do PARPA ronda nos 66% da despesa total.

Despesa Total nas Áreas Prioritárias do PARPA como % da Despesa Total



A educação, que inclui o ensino superior e o ensino geral, é o sector que absorve grande parte dos recursos, cerca de 18,4%, estando em consonância com o Programa do Governo e o PARPA, que apontam o ensino primário e o técnico

profissional como base para redução do analfabetismo, promoção do auto emprego, tornando-se num dos maiores catalizadores para a redução da pobreza.

A áreas das Infraestruturas, que inclui as Estradas, Águas e Obras Públicas, com 17.5% da despesa total do Estado, reflecte em grande medida o esforço que o Governo vai empreender na construção e reconstrução de pontes, estradas, electrificação das zonas rurais e o reforço dos sistemas de abastecimento de água.

O sistema de Governação, Segurança e Sistema Judicial com extrema importância no processo de redução da pobreza absoluta, absorve 8.6% da despesa total, o que reflecte o esforço do Governo em melhorar a qualidade dos serviços públicos ao cidadão, fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos locais do Estado e a estruturação e descentralização das estruturas do Governo de modo a promover maior eficiência e eficácia na prestação dos serviços.

Tabela 49: Equilíbrio Orçamental

<i>(milhões de contos)</i>	2007 LEI	2008 PLANO	2007 LEI	2008 PLANO
Total de Recursos	70,896.50	89,002.60	100%	100%
Recursos Internos	32,461.10	39,165.90	45.8%	44.0%
Receitas do Estado	32,461.00	38,815.90	45.8%	43.6%
Recursos Externos	38,435.40	49,836.70	54.2%	56.0%
Donativos	25,189.10	33,888.70	66%	68%
Créditos	13,246.30	15,948.00	34%	32%
Total de Despesas (Incluindo Oper. Financ.)	70,896.50	89,002.70	100%	100%
Despesas Correntes	31,681.20	38,080.70	44.7%	42.8%
Despesas de Investimento	33,445.50	43,901.50	47.2%	49.3%
Componente Interna	8,941.10	11,603.20	26.7%	26.4%
Componente Externa	24,504.40	32,298.30	73.3%	73.6%
Operações Financeiras(*)	5,769.80	7,020.50	8.1%	7.9%

Conforme a tabela de equilíbrio orçamental, para o financiamento das actividades previstas para 2008, o Governo conta com um total de 89, 002.6 milhões de meticais. Deste montante 44% representam os recursos internos e 56% recursos externos. Do total dos recursos externos, os donativos correspondem a 68% e 32% são créditos, o que indica que a preferência do Governo não é o endividamento.

Para a materialização das acções e metas previstas no presente Plano Económico e Social e seu financiamento pelo Orçamento do Estado, serão, implementadas as seguintes acções:

No âmbito do Sistema Tributário

- Proceder a uma maior simplificação do actual sistema tributário, introduzindo melhoramentos.
- Introduzir medidas legislativas com vista a redução do défice orçamental.
- Propor instrumentos legais necessários à efectiva aplicação de regime mais simplificado para os pequenos contribuintes, em particular das zonas rurais.
- Implementar o novo Código do Imposto sobre Sucessões e Doações.

- Proceder à revisão da Pauta Aduaneira, considerando o contexto da integração regional e o Protocolo Comercial da SADC.
- Melhorar e modernizar a tributação do rendimento gerado nas actividades mineira e petrolífera.

No âmbito dos incentivos fiscais ao investimento

- Prosseguir a reformulação do Código dos Benefícios Fiscais, racionalizando os incentivos fiscais, em particular, os relativos aos investimentos em recursos naturais, projectos de grande dimensão e de outros sectores com benefícios específicos.

No âmbito da consolidação do Sistema Tributário Autárquico

- Regulamentar e implementar a nova Lei das Finanças e Património das Autarquias, aprovando o respectivo Código Tributário Autárquico.
- Capacitar as autarquias nos novos impostos, para além de consolidar a articulação entre o Governo e as Autarquias em matérias de finanças públicas.

No âmbito do fortalecimento da Administração Tributária

- Continuar com a divulgação e informação dos impostos de forma mais abrangente, tendo como escopo a “Popularização dos Impostos” através de campanhas de Educação Fiscal.
- Prosseguir a capacitação dos funcionários da Autoridade Tributária, com vista a uma maior eficiência na cobrança de impostos e no atendimento ao contribuinte.
- Criar condições para o estabelecimento de um Instituto ou Escola Tributária para os funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique.
- Continuar com a atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) no âmbito do alargamento da base tributária.
- Expandir e consolidar o sistema de informatização dos impostos no âmbito da melhoria da gestão e simplificação de procedimentos na prestação de serviços da Autoridade Tributária aos contribuintes, através de **e-Tributação, Rede de Cobrança e da Janela Única Electrónica**, em harmonia com o ambiente *e-SISTAFE*, criando condições para facilitar o pagamento dos impostos utilizando o sistema bancário (Bancarização do Imposto).
- Implementar o Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e desenvolver as demais actividades do Plano Estratégico da Autoridade Tributária.
- Criar novas áreas fiscais, para maior comodidade para o contribuinte;
- Identificar novos postos fronteiriços no combate a pirataria e contrabando;
- Criar mais Lojas do Contribuinte, em particular nas zonas Centro e Norte, visando proporcionar maior informação sobre a actividade tributária aos contribuintes.

No âmbito do Contencioso Tributário.

- Concluir a instalação dos Tribunais Fiscais e consolidar os Tribunais Aduaneiros.
- Aprovar instrumentos legais necessários para o funcionamento efectivo dos Tribunais Fiscais e Aduaneiros, em especial o Código do Processo Tributário, o Código do Processo de Transgressões e o Código do Processo Aduaneiro.

No âmbito da cooperação internacional e facilitação do comércio

- Continuar o processo de alinhamento da legislação nacional às Convenções Internacionais, em particular a Convenção de Kyoto, sobre a simplificação de procedimentos aduaneiros;
- Implementar o desarmamento pautal no âmbito do Protocolo Comercial da SADC;
- Continuar com o processo de preparação para a instalação da Paragem Única entre Moçambique e África do Sul, em Ressano Garcia;
- Elaborar um estudo de viabilidade para a instalação de Paragem Única entre Moçambique e Zimbabué;
- Instalar uma unidade regional para assistência ao Vice - Presidente da Região Austral e Oriental da África na Organização Mundial das Alfândegas;
- Continuar com a negociação de Acordos internacionais para evitar a dupla tributação e evasão fiscal, com vista a atrair investimentos estrangeiros.

No âmbito da fiscalização tributária, incluindo a aduaneira

- Continuar com a intensificação de acções de auditorias pós-desembaraço, no quadro da implementação do acordo de avaliação de mercadorias da Organização Mundial do Comércio para desencorajar a fraude aduaneira e recuperar a receita;
- Fortalecer o controlo pós-desembaraço no âmbito dos Impostos do comércio externo;
- Continuar com a intensificação de acções de auditoria e fiscalização, em particular nos seguintes impostos: **IVA, IRPS e IRPC**;
- Proceder ao controlo e implementação efectiva do Decreto que regula as mercadorias em circulação, no âmbito dos Impostos sobre comércio externo, do Imposto sobre o Valor Acrescentado nas operações internas e outros impostos;

No âmbito das infra-estruturas

- Construir, na Província de Maputo, um edifício de escritórios para os serviços da fronteira, no Posto Fronteiriço da Ponta D'Ouro, e um Terminal Rodoviário em Namaacha;
- Construir, na Província de Manica, um edifício de Terminal Rodoviário e um escritório do Posto Fiscal em Machaze;

- Construir moradias para os funcionários nos Postos Fronteiriços, nas Províncias de Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia, Niassa, Cabo Delgado e Nampula.
- Construir um edifício para a Direcção da Área Fiscal da Matola
- Reabilitar as Direcções das Áreas Fiscais.

No âmbito da alocação dos recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA-II

- Alocar pelo menos 65% dos recursos totais do OE para as áreas prioritária do PARPAII e
- Assegurar a aplicação e o controlo da execução dos recursos alocados para aplicação nas áreas prioritárias do PARPAII.
- Efectuar, o controlo periódico dos níveis de execução orçamental das despesas correntes e de investimento nos níveis provincial e distrital

No âmbito da melhoria da Gestão Orçamental e da Tesouraria

- Aperfeiçoar a programação financeira e a previsibilidade da disponibilidade de recursos para o OE;
- Aperfeiçoar o relacionamento interinstitucional em prol de uma melhor gestão dos recursos financeiros através da Conta Única do Tesouro
- Realizar o censo dos pensionistas do Estado;

No âmbito da inclusão da maioria dos fundos externos no OE

Paralelamente ao diálogo como os parceiros de cooperação para a inclusão, no OE, de todos os fundos externos, dar-se continuidade aos esforços em curso para a inclusão, na contabilização da despesa pública, das aplicações extra-orçamentais de recursos pelos parceiros de cooperação

No âmbito de Supervisão das Aquisições

- Prosseguir as acções em curso no âmbito da implementação do Regulamento de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado Pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro, com destaque para a supervisão das UGEA's e a formação dos respectivos funcionários a todos os órgãos e instituições do Estado, a todos os

No âmbito do controlo interno

- Controlar a gestão financeira através de auditoria e inspecções aos Órgãos do Estado e aos tribunais judiciais que tenham maior relevância em termos da dimensão financeira dos recursos afectos;
- Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados referentes às auditorias aos diversos Programas ou Projectos que utilizem recursos e realizem despesas públicas extra-orçamentais

- Realizar auditorias à 50% das Administrações Distritais e Municípios, em coordenação com os Órgãos de Controlo Interno sectoriais, com vista a emitir recomendações que permitam melhorar a gestão e o controlo dos fundos afectos a essas áreas e desenvolver capacidades técnicas que permitam o exercício eficiente e eficaz da função de auditoria interna;

No âmbito da Execução directa do Orçamento do Estado

- Prosseguir com a implementação do e-SISTAFE em 31 Distritos, distribuídos assim por província:

Niassa: Cuamba;

Cabo Delgado: Mueda, Mocímboa da Praia e Montepuez

Nampula: Angoche, Monapo, Ilha de Moçambique e Nacala porto;

Zambézia: Gurue, Milange, Mocuba; Nicuadala e Namacura

Tete: Angónia, Cahora Bassa e Moatize;

Manica: Manica;

Sofala: Buzi, Dondo e Marromeu

Inhambane: Massinga, Vilanculos e Zavala;

Gaza: Chòkwé, Chibuto, Mandlakazi, Bilene-Macia e Xai-Xai;

Maputo Província: Namaacha, Manhiça e Boane;

- Implementar a funcionalidade de pagamento de salários através do e-SISTAFE com base no cadastro dos funcionários públicos (CAF), incluindo a nota de efectividade.
- Implementar o piloto da rede de cobrança em um dos sete impostos,
- Desenvolvimento e implementação do módulo de Gestão do Património do *Estado*.

VI. MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II

MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS

A Matriz de Indicadores Estratégicos (Matriz Estratégica) é o instrumento de monitoria e avaliação dos objectivos, resultados, acções e produtos chave do PARPA II. Adicionalmente, nota-se que os quarenta indicadores sombreados foram seleccionados como indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) 2007 para informar as decisões dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) sobre os seus compromissos no âmbito do Apoio Geral ao Orçamento do Estado.

INDICADORES GLOBAIS*

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Projeção / Meta 2009
<i>G.1. Reduzir a Pobreza</i> (par. 109)	G.1.1. Taxa de incidência da pobreza (par. 1) [Pobreza e Bem Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional]	54% (2003)	45%
	G.1.2. % de crianças menores de cinco anos com baixo peso por idade (par. 215) [Inquérito Demográfico e da Saúde]	24% (2003)	18%
	G.1.3. Índice de Desenvolvimento do Género segundo as metas estabelecidas [Indicador Global do Desenvolvimento do Género e outros relatórios, MPD]	0.3 (2003)	0.4
<i>G.2. Promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente</i> (par. 109)	G.2.1. Crescimento médio anual no PIB real (Tabela 8) [Quadro Macro, MPD]	7.8% (2002 - 2005)	7.0% (2006 - 2009)
	G.2.2. Crescimento médio anual no PIB real per capita (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	5.3% (2002 - 2005)	4.0% (2006 - 2009)
	G.2.3. Desigualdade (coeficiente de GINI) [IAF]	0.42 (2003)	0.44
<i>G.3. Garantir uma gestão macroeconómica rigorosa</i> (par. 488)	G.3.1. Taxa de inflação, médio anual (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	12.3% (2002 - 2005)	< 10% (2006 - 2009)
<i>G.4. Melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos ao cidadão</i> (par. 282)	G.4.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%

	G.4.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	70%
	G.4.3. Grau da "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através do levantamento, conduzido pela UTRESP, com base nas percepções do cidadão)** [UTRESP]	n/d	70%
G.5. Travar a propagação do HIV/SIDA (par. 199)	G.5.1. Nº de novos casos de HIV/SIDA por dia (par. 200) [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	500	350

Nota: *os indicadores globais sumarizam os objectivos fundamentais do PARPA II, reconhecendo-se entretanto, que o seu alcance depende dum esforço conjugado entre o Governo, a sociedade civil e os parceiros de cooperação.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

**MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - MACROECONOMIA E POBREZA
ANÁLISE DA POBREZA E SISTEMAS DE MONITORIA**

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
1. Disponibilizar a todos os intervenientes chave informação adequada, exacta, desagregada e atempada sobre a implementação do PARPA (pars. 621 & 622)	1.1. Intervenientes chave bem informados sobre a implementação do PARPA [RAI]	N/d	RAI elaborado e publicado com uma avaliação do desempenho em relação aos indicadores do PARPA II	Realização de pelo menos um Observatório da Pobreza Provincial (OPP) em cada província	MPD	1.a. Nº de Províncias com OPP's realizados [Sínteses dos OPP no website do OP e na DNP]	9	11

				Aprovação e Implementação da Estratégia de Comunicação do PARPA II	MPD	1.b. Elaborado e implementado o Plano de Acção [Plano de Acção]	0	X
				Realização do programa de pesquisa da DNEAP orientado para a análise do impacto do PARPA	MPD - DNEAP	1.c. Estudos que avaliam o impacto das acções do PARPA na redução da pobreza, realizados e disseminados [Programa da Pesquisa e documentos associados publicados]		X
2. Harmonizar os instrumentos de planeamento, orçamentação e monitoria de curto e médio prazo (par. 621)	2.1. Grau de alinhamento entre os documentos de planeamento, orçamentação e monitoria (PES, BdPES, OE, REO, CGE, CFMP, PARPA II) [Estudo de Avaliação Independente]	N/a	PES, BdPES, OE, PARPA e CFMP julgados alinhados	Anexo da Matriz Estratégica ao PES e BdPES ao nível central e provincial e a garantia da consistência com o texto	MPD / DPPFs	2.b. % de indicadores estratégicos integrados no PES e reportados no BdPES [PES e BdPES]		50%
				Capacitação dos quadros do Governo em todos os níveis de modo a facilitar a produção do PES/OE e do BdPES de uma maneira consistente com as guiões (i.e. orientações e metodologia unificada) divulgada	MPD	2.c. PES/OE e BdPES (central) produzidos de acordo com o guião [PES/OE Nacional]		X

GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
3. Melhorar a eficiência e eficácia da gestão das finanças públicas (pars. 289 & 494)	3.1. Despesa agregada como % do OE aprovada [OE]	90%	≥ 95% e ≤105% (As mesmas metas para 2007)	Alocação dos recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA-II, tomando como referência a alocação para sectores prioritários como indicado no	MF - DNO / MPD - DNP	3.a. Alocação orçamental no CFMP em linha com PARPA II [CFMP e PARPA II]	N/d	X

			e 2008)	PARPA (Tabela 17)				
						3.b. Alocação no OE em linha com o CFMP [CFMP e OE]	N/d	X
		a definir	variação <5%	Melhoria da Gestão Orçamental e da Tesouraria	MF - DNO / DNCP / DNT	3.c. Taxas de execução orçamental da despesa corrente nas áreas de Educação e Saúde ≥ taxas de execução geral [REO]		X
						3.d. Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial e distrital no ano nº > Taxas no ano n-1 [REO]		X
				Reforço da orçamentação orientada pelos objectivos do Governo	MPD / MF	3.e. Início da orçamentação por programas para inclusão no OE 2009 [MPD e MF]		X
						3.f. Pesquisa de Localização das Despesas Públicas ("PETS") executado numa base bianual [MF e MPD]		Plano de implementação acordado e baseado nos resultados e conclusões do PETS na área de Educação

				Execução directa do orçamento através do e-SISTAFE.	MF/ Ministérios	3.g. N.º de Ministérios, órgãos do Estado e UGE's [MF]	0	90% da EO das UGE's em bens e services e investimentos através da EO directo
				Desenvolvimento, ligação ao e-SISTAFE e implementação dos módulos para apoiar a execução eficiente do orçamento	UTRAFE	3.h. Módulos desenvolvidos e implementados [SISTAFE ABP06-09, revisão anual e-SISTAFE CF e Revisão Conjunta]		Gestão do património [verificar com base no APB]
4. Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado (pars. 133 & 179)	4.1. % de receitas próprias e consignadas no OE, sobre o total da receita inicial [OE, REO e CGE]	N/d	Por definir	Inclusão das receitas próprias e consignadas no OE	MF - ATM (DGI)	4.a. Valor de cobrança de receitas do ano presente maior que do ano anterior [OE]		X
	4.2. % de recursos externos executados pela CUT [Nota técnica do QAD dos PAPs]	N/d	60% (2007: 45%; 2008: 55%)	Inclusão da grande maioria dos fundos externos no OE.	MF - DNCP/ DNO	4.b. % de fundos externos incluídos no OE [OE e Matriz do QAD dos PAPs]	n/d	85%
5. Aumentar progressivamente as receitas internas e alargar a base tributária (pars. 487, 489 & 609)	5.1. Receitas totais em % do PIB [OE]	14.0 %	16.2% (2007: 15.3%; 2008: 15.8%)	Racionalização da concessão e melhoria da gestão de benefícios fiscais	MF - ATM / MPD	5.a. Dados usados para melhoria da gestão dos benefícios concedidos [MF - ATM e MPD]		Estatísticas publicadas

				Integração da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado	MF - ATM	5.b. Sistema integrado da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado [ATM]		Gestão integrada das receitas e desenvolvimento do módulo de gestão da cobrança bancária
				Intensificação das auditorias	MF - ATM	5.c. Aumentado do nº de auditorias e melhoria da qualidade (receita anual recuperada de 0.2% do PIB) [ATM]		Por definir
6. Tomar transparente e eficiente o sistema de aquisições de bens e serviços do Estado (par. 494)	6.1. % de redução de custo de procurement. [Avaliação de impacto]	N/d	Por definir	Implementação e operacionalização do Sistema de Procurement até ao nível distrital	MF - DNPE	6.b. Sistema de Procurement operacional [MF - DNPE]		X
7. Aumentar a cobertura e eficiência dos órgãos de auditoria interna e externa (pars. 290 & 494)	7.1. % das despesas públicas auditadas pelo SCI. [Relatório anual de actividades do SCI]	N/d	Por definir	Aumento do nº de órgãos a nível central e provincial com unidade de controlo interno em funcionamento	IGF	7.a. % de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento [Relatório Anual de Actividades do Subsistema de Controlo Interno, SCI]		65
	7.2. % das despesas públicas auditadas pelo TA [Relatório anual de actividades]	N/d	Por definir	Aumento do nº de auditorias financeiras	TA	7.b. Nº de relatórios de auditoria financeira aprovados pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	68	90

REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
8. Reestruturar e descentralizar as estruturas do Governo para promover eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos (par. 283)	8.1. % do orçamento gerida pelos províncias, distritos e autarquias [UTRESP]	N/d	Por definir	Término da realização da análise funcional e a preparação dos planos de reestruturação de todos os ministérios, governos provinciais e distritais	CIRESP - UTRESP / ANFP / Instituições Públicas	8.a. Nº de Ministérios com Planos de reestruturação em implementação [Ministérios]		7 Ministérios: MIC, MINAG, MISAU, MEC, MAE, MF, MPD
9. Fortalecer a capacidade institucional dos governos locais (par. 284)	9.1. % de execução orçamental nos distritos e nas autarquias [MPD-MAE]	N/d	Por definir	Implementação da estratégia nacional de planificação e finanças descentralizadas	MPD / MF / MAE	9.a. % do orçamento transferido para: - províncias, - distritos - e autarquias* [OE]		23.5% 3.7% 0.9%
	9.2. % de técnicos médios e superiores a nível dos distritos e autarquias [MAE-MPD]	N/d	Por definir		MPD / MAE	9.b. % de distritos com Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e Planos Económicos e Sociais (PES) e Orçamentos Distritais (PESOD) [Distritos]	45%	85%
					MAE	9.c. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 3 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo [MAE]	25%	80%
					MPD / MAE	9.d. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 2 reuniões por ano) com	50%	100%

						prestação de contas do Governo [MPD/MAE]		
				Desenvolvimento da capacidade municipal para recolher receitas	MAE	9.e. % de receitas próprias (em relação ao orçamento anual) por categoria dos 33 municípios: - Vilas - Outras cidades - Capitais [Municípios]	N/d	40% 50% 55%
11. Melhorar os sistemas de gestão de recursos humanos (par. 288)	11.1. % de funcionários seniores (categoria >7) com nível de formação requerida para a função [ANFP]	N/d	Por definir	Expansão da cobertura do SIFAP no âmbito da formação dos funcionários públicos.	ANFP	11.a. Nº de graduados nos cursos básicos, médios e superiores por ano desagregados por sexo [ANFP]		básicos: 420 médios: 1115 superior: 360
				Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação de Pessoal unificado (ANFP, MF e TA)	ANFP	11.b. Anuário Estatístico sobre funcionários públicos publicado [BdPES, relatórios anuais, semestrais da ANFP, dos Ministérios e províncias]		Gestão de Recursos Humanos na base do Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF) funcional na ANFP e publicado o Anuário Estatístico

						11.c. Sistema de gestão de recursos humanos estabelecido e funcional na ANFP [BdPES, relatórios anuais, semestrais da ANFP, dos Ministérios e províncias]		X
				Aprovação e implementação da política salarial e de incentivos em todas as instituições públicas	ANFP / CM	11.e. % de funcionários integrados na nova política salarial [ANF/CM]		100%
12. Fortalecer os processos de gestão das políticas públicas (par. 286)	12.1. Aprovação atempada de políticas e planos cruciais [UTRESP - MAE]	N/d	Por definir	Monitoria da percepção do tipo e nível de corrupção ao nível nacional e local	UTRESP	12.d. Pesquisa Nacional sobre Boa Governação e Corrupção realizada e relatório disseminado [UTRESP]		X

Nota: *Não inclui operações financeiras no cálculo das metas.

**Metas relevantes e desagregadas poderão ser encontradas na secção dos assuntos transversais no domínio da ciência e tecnologia.

REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
13. Melhorar o acesso à justiça (par.292)	13.1.% de casos atendidos pelo serviço da assistência jurídica e judiciária em função do nº dos assistentes jurídicos disponíveis [MINJ]	N/d	Por definir	Reforma do sistema da assistência jurídica e patrocínio judiciário	MINJ	13.a. Nova lei do IPAJ [MINJ]		X
					MINJ	13.b. N° cumulativo de novos Assistentes jurídicos formados [MINJ]	124	199
					MINJ	13.c. N° cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento [MINJ]	45	30

				Melhoria do funcionamento dos tribunais comunitários	MINJ	13.d. Nova lei dos tribunais comunitários [MINJ]		X
						13.e. N° cumulativo de juizes presidentes dos tribunais comunitários capacitados [MINJ]	0	1218
					MINJ / TS	13.f. N° cumulativo de novos tribunais comunitários a entrar em funcionamento [MINJ]	1547	1607
14. Aumentar a eficiência e celeridade na provisão de serviços de justiça (par.294)	14.1. Quantidade e qualidade da informação estatística e relatórios [Instituições da administração de justiça]	Concepção do Plano director	10 subsistemas implementados	Aumento da produtividade dos Tribunais	TS	14.a. N° de casos julgados por ano [Estatísticas oficiais do TS]		128500
	14.2. Grau de "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através de inquéritos independentes)** [UTRESP]	N/d	70%		MINJ	14.b. % de detidos que aguardam julgamento na prisão [MINJ]		30%
				Reforço e consolidação da independência dos tribunais na definição dos orçamentos	TS MINJ	14.c. Lei sobre Orçamento dos Tribunais [Balanço do PES]		X
				Expansão física dos tribunais e reforço institucional	TS	14.d. N° de tribunais provinciais (novas construções) [Relatório anual do TS]	0	1
						14.e. N° de tribunais distritais (novas construções) [Relatório anual do TS]	0	8
						14.f. N° cumulativo de magistrados nomeados [Relatório anual do TS]	186	235

						14.g. Nº cumulativo de oficiais de justiça [Relatório anual do TS]	637	817
					PGR	14.h. Nº cumulativo de oficiais de justiça [PGR]		321
					TS / PGR / MINJ	14.i. Programa de informatização dos cartórios e gestão dos processos [Relatório anual do TS/BdPES]		X
					CSMJ	14.j. Nº cumulativo de juizes nomeados [Relatório anual do TS]	186	235
				Modernização de serviços do registo e notariado.	MINJ	14.k. Serviços de registos e notariado informatizados - Registo comercial, civil e criminal - Registo predial e automóvel [BdPES Sectorial]		X
				Reforço da capacidade dos serviços de inspecção judicial	CSMJ	14.l. Nº de inspecções efectuadas [CSMJ]	8	5
				Aumento da capacidade de monitoria de modo a monitorizar as actividades, orçamentos, resultados	CCLJ	14.m. Nº de subsistemas (software) de monitoria estabelecidos nas instituições do Sector [CCLJ]	0	3
				Expansão física da Procuradoria e reforço institucional	PGR	14.n. Nº de Procuradorias provinciais [Relatório anual da PGR]		3
			14.o. Nº de Procuradorias distritais [Relatório anual da PGR]				8	
			14.p. Nº cumulativo de Procuradores nomeados [Relatório anual da PGR]				220	
15. Reformar o sistema correcional	15.1. Eficiência do sistema correcional	N/d	Por definir	Unificação do sistema prisional	MINJ	15.a. Leis e regulamentos aprovados		X

<i>de forma a garantir ao recluso um tratamento consistente com as normas e princípios internacionais dos direitos humanos (par.296)</i>	melhorada					[MINJ]		
				Melhoria das condições habitacionais do sistema prisional		15.c. Plano de reabilitação aprovado, orçamentado e em implementação [MINJ]		X
<i>16. Tomar a legislação mais adequada ao bom funcionamento da administração da justiça (par.293)</i>	16.1. Por definir	Por definir	Por definir	Concepção e aprovação da política nacional sobre direitos humanos do país	MINJ	16.b. Política aprovada [MINJ]		X
				Aumento da capacidade institucional na iniciativa de leis	MINJ	16.c. N° cumulativo de quadros Recrutados [MINJ]	10	40
					MINJ	16.d. Plano de acção de divulgação das leis elaborado [MINJ]		X
<i>17. Reforçar o combate à corrupção (par. 297)</i>	17.1. % de cidadãos que afirmam ter sido vítimas de corrupção nas instituições da justiça (Pesquisa UTRESP)	N/d	Por definir	Elaboração dos relatórios e pareceres sobre a Conta Geral do Estado (CGE)	TA	17.c. Emitidos os relatórios e o pareceres sobre a CGE [Relatório da CGE]		1
<i>18. Reforçar a prevenção e o combate à criminalidade (par. 299)</i>	18.1. Tempo médio entre detenção e a acusação	N/d	Por definir	Prosseguimento da reforma da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.a. PIC reformada [MINT]		X
				Melhoria da qualidade do serviço da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.b. % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória		50%

						[MINT/PGR]		
				Procedimento do Registo sistematizado das ocorrências	MINT / PGR	18.c. Registo sistematizado das ocorrências [MINT]		X
19. Elevar o nível de desempenho das forças policiais (par.301)	19.1. % de cidadãos que afirma confiar na policia	N/d	Por definir	Elevação da operatividade da PRM	MINT	19.a. % de processos crimes esclarecidos [MINT]	73%	74%

Nota: *A meta deste indicador obtém-se dividindo o numero total de sentenças de todos os tribunais judiciais de província pelo numero de magistrados afectos nestas instancias.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

**MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - PILAR II - CAPITAL HUMANO
SAÚDE**

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
20. Reduzir a mortalidade infanto-juvenil (par. 428)	20.1. Taxa de mortalidade infanto juvenil [IDS]	178 por mil (2003)	140 por mil	Reforço das actividades do PAV, e principalmente a componente das brigadas móveis	MISAU - DNS	20.a. Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças aos 0-12 meses [SIMP]	95%	95%
						20.b. % de crianças de menos de um ano de idade totalmente imunizadas [PAV]	44%	80%
				Reforço e Expansão da Vigilância Nutricional	MISAU - DNS	20.c. N° de postos sentinelas estabelecidos e em funcionamento [Programa de Nutrição]	0	59
				Expansão do nº de US's que implementam a estratégia AIDI (Atenção Integrada às Doenças da Infância) ao nível primário e secundário	MISAU - DNS	20.d. % de US de nível primário em que a estratégia AIDI está implementada [Saúde Infantil]	60%	75%

					MISAU - DNS	20.e. % de crianças menores de 5 anos com malária não complicada tratadas de acordo com as normas de tratamento da malária vigentes nas Unidades Sanitárias do país (1) [Programa da Malária]	N/d	95%
21. Reduzir a taxa de mortalidade materna (par. 426)	21.1. Taxa de mortalidade materna [IDS]	408 por 100000 (2003)	340 por 100000	Realização de campanhas de educação, disseminação da informação, sensibilização dos líderes comunitários e outras pessoas com poder de decisão, de maneira a aumentar a procura de cuidados obstétricos	MISAU - DNS	21.a. Taxa de cobertura de partos institucionais [SIMP]	49% (2)	53%
				Sensibilização e colaboração com a comunidade e ONG's para a construção de casas de mãe espera em todas as US de referência das sedes distritais, e para gestão de bicicletas-ambulâncias	MISAU - DNS	21.b. % das US de referência localizadas nas sedes distritais em que existe uma casa de mãe espera [Saúde reprodutiva]	15%	70%
				Aumento do nº de US's que prestam Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos	MISAU - DNS	21.c. Nº de US por 500 000 habitantes que prestam Serviços Obstétricos Essenciais Básicos (3) [Saúde reprodutiva]	1.23	2.3
22. Reduzir o peso da malária, sobretudo nos grupos mais vulneráveis (par. 432)	22.1. Taxa de incidência de malária em crianças menores de 5 anos de idade [Gabinete de Epidemiologia]	55 por 10000 (2001)	44 por 10000	Aumento do uso de redes mosquiteiras e insecticidas	MISAU - DNS	22.a. % da população que beneficia de pulverizações intra-domiciliárias [Programa de Malária]	18%	45%

					MISAU - DNS	22.b. % de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização [Programa da Malária]	18%	≥95%
	22.2. Taxa de prevalência da parasitemia malárica em mulheres grávidas [MISAU-DNS]	20% (2001)	Por definir (4)	Administração do Tratamento Intermitente Preventivo nas consultas pré-natais e brigadas móveis	MISAU - DNS	22.c. % de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma dose de TIP dentre as utentes da consulta pré-natal [Programa da Malária]	0%	70%
23. Reduzir o risco de transmissão vertical do HIV de mãe para a criança (pars. 427 & 449)	23.1. % de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses [Programa PTV]	5%	22%	Aumento do nº de US's que prestam serviços de PTV	MISAU - DNS	23.a. Nº de US's com PTV expandido [Programa PTV]	96	258
24. Reduzir o impacto do HIV/SIDA na população (par. 451)	24.1. % de pessoas elegíveis para o tratamento que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais [Programa HIV/SIDA]	1.5%	39%	Aumento da capacidade Nacional para o diagnóstico e tratamento da SIDA	MISAU - DNS	24.a. Nº de US com capacidade para administrar o TARV [Programa HIV/SIDA]	32	129
					MISAU - DNS	24.b. Nº total de pessoas que beneficiam de TARV (5) [Programa HIV/SIDA]	15900	132280
					MISAU - DNS	24.c. Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico [Programa HIV/SIDA]	1686	20826
25. Reduzir a taxa de incidência de HIV nos jovens 15 - 24 (6) (par. 449)	25.1. Taxa de prevalência nos jovens de 15-19 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	5.4%	4.2%	Expansão da rede de Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) para as US mais periféricas	MISAU - DNS	25.a. Nº de US com SAAJ [Programa SEA]	150	300

	25.2. Taxa de prevalência nos jovens de 20-24 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	13.9%	10.4%	Expansão do número de SAAJ's com capacidade para oferecer serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde	MISAU - DNS	25.b. Nº de SAAJ's com serviços ATS [Programa SEA]	10	120
26. Reduzir a iniquidade no acesso e consumo de serviços de saúde de qualidade (par. 103)	26.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%	Reabilitação, refuncionalização e construção das novas US's na rede primária e secundária	MISAU -	26.a. Nº das US's da rede primária e secundária reabilitadas, refuncionalizadas, promovidas ou construídas [Programa SEA]	33	141
	26.2. Rácio de consultas externas por habitante entre os distritos rurais e urbanos (10) [MISAU-DPC]	1; 1,64	1; 1,2	Expansão do acesso aos cuidados de saúde	MISAU - DPC	26.b. Consultas externas por habitante [Balanço do PES]	1.01	1.15
	26.3. % das US's de nível I e II que funcionam com recursos básicos [Relatório DAM/DPC 2007]	Por definir (11)	Por definir (11)	Formação, colocação e manutenção do pessoal nas US's de nível I e II, de acordo com o quadro tipo	MISAU - DRH	26.c. % de US's de nível I e II que funcionam com o quadro tipo de pessoal [Relatório anual DAM/DPC]	N/d	Por definir (11)
				Equipamento das US's de nível I e II, de acordo com a carga tipo	MISAU - DNS	26.d. % das US's de nível I e II que obedecem a carga tipo [Relatório anual DAM/DPC]	N/d	Por definir (11)
Equipamento das US's de nível I e II com serviços básicos (em particular água e energia)				MISAU - DNS	26.e. % das US's de nível I e II equipadas com serviços básicos (esp. água e energia) [Relatório anual DAM/DPC]	N/d	50%	

Nota: (1) Uma das grandes preocupações do sector em relação a malária tem sido o facto de que muitas crianças não são tratadas de acordo com as normas de tratamento estabelecidas ao nível nacional, e por isso um dos objectivos do programa da malária é reverter. (2) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as recomendações da OMS. (3) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector. (4) Esse indicador agrega também o numero de crianças referidas no indicador imediatamente abaixo. (5) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para medir (2) Taxa de cobertura de partos institucionais em 2005 no texto (par. 426) = 48% o que é o dado disponível na altura em que foi elaborado o texto. O valor actualizado e correcto é 49%.

- (3) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as recomendações da OMS.
- (4) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector.
- (5) Esse indicador agrega também o numero de crianças referidas no indicador imediatamente abaixo
- (6) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para medir a taxa de incidência.
- (7) As metas escolhidas no âmbito do HIV/SIDA provem do PEN/SIDA 2004-2008. Entretanto, seguindo a reunião nacional de reflexão sobre o HIV/SIDA que decorreu em Março 2006, o sector prevê que estas metas ainda poderão alterar.
- (8) Sub entende-se que são 30 minutos a pé.
- (9) Foram considerados distritos urbanos as capitais provinciais. Os Hospitais Provinciais foram excluídos do cálculo, para evitar distorções nos resultados.
- (10) Montante cumulativo. Meta para 2009 provem do Programa Quinquenal do Governo. Entretanto, esta poderá ser revista em função no novo Plano Integrado de Desenvolvimento da Rede Sanitária a ser elaborado pelo sector em 2007.
- (11) Para definir os valores de base no que diz respeito a % de US que funcionam com recursos básicos, assim como a % de US que obedecem a carga e quadro tipo de pessoal, um inquérito será realizado no I Semestre de 2007 e uma base de dados criada. As metas para os anos seguintes serão definidas com base nos resultados deste inquérito, dando prioridade ao nível primário.

EDUCAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
27. Reduzir a taxa de analfabetismo (par. 398)	27.1. Taxa de Analfabetismo [Censo e Inquéritos]	53% (2004)	43%	Implementação da Estratégia de alfabetização e Educação de Adultos, Alfabetização com recurso à rádio	MEC	27.a. N° de adultos que concluem o curso de Alfabetização [MEC]	132800	370000
28. Garantir a escolarização universal de qualidade (par. 400)	28.1. Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total [Estatísticas MEC]	83%	93%	Construção de escolas a nas comunidades	MEC	28.a. N° de novas salas construídas para escolas [Estatísticas MEC]	700	3300
	28.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	80% (2007 : 67%; 2008: 74%)	Recrutamento de professoras	MEC	28.b. % de professoras contratadas anualmente [Estatísticas MEC]	36%	39%
	28.3. Taxa de conclusão EP2 - Raparigas [Estatísticas MEC]	28%	50% (2007 : 27%; 2008:	Distribuição do livro escolar EP	MEC	28.c. Livros por aluno e por disciplina [Estatísticas MEC]	n/d	1

		34%)					
			Aumento da proporção de professores com formação pedagógica	MEC	28.d. % de novos professores contratados com formação inicial [Estatísticas MEC]	n/d	70%
28.4. Rácio alunos por professor no EP1 [Estatísticas MEC]	74	67 (2007 : 71; 2008: 69)	Contratação de novos professores	MEC	28.e. Nº de novos professores contratados [Estatísticas MEC]	4000	12175
			Redução de professores a leccionar 2 turnos no EP1	MEC	28.f. % de professores a leccionar 2 turnos no EP1 [Estatísticas MEC]	49%	39%
28.5. Taxa bruta de escolarização no ES1 profissionalizante [Estatísticas MEC]	21%	30%	Revisão e implementação da Estratégia do Ensino Secundário	MEC	28.g. Estratégia revista e implementada a partir de 2007		X

ÁGUA E SANEAMENTO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
29. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas rurais (par. 455)	29.1. % da população com acesso à água potável (zonas rurais) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	41%	53%	Construção de novas fontes dispersas	DNA / DPOPH's	29.a. Nº de novas fontes dispersas construídas [Relatórios anuais das DPOPH]	1090	1500
				Reabilitação das fontes dispersas	DNA / DPOPH's	29.b. Nº de fontes reabilitadas [Relatórios anuais das DPOPH]	1235	500
				Reabilitação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA's)	DNA / DPOPH's	29.c. Nº cumulativo de PSAA's reabilitados [Relatórios anuais das DPOPH]	5	20

30. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas urbanas (par. 455)	30.1. % da população com acesso à água potável (zonas urbanas) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	37%	53%	Estabelecimento de novas ligações domésticas	DNA / FIPAG	30.a. Nº de ligações domiciliárias estabelecidas [Relatórios anuais do FIPAG]	7500	12086
				Reabilitação dos fontanários existentes	DNA / FIPAG	30.b. Nº de fontanários públicos reabilitados [Relatórios anuais do FIPAG]	0	75
				Construção de novos fontanários	DNA / FIPAG	30.c. Nº de fontanários públicos construídos [Relatórios anuais do FIPAG]	20	150
31. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas urbanas (par. 455)	31.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas urbanas) [IDS]	38%	40%	Reabilitação do sistema de saneamento nas zonas peri-urbanas	DNA / Municípios	31.b. Nº de latrinas melhoradas [Relatórios anuais da DNA]	7800	8000
32. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas rurais (par. 455)	32.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas rurais) [Inquéritos realizados pelo INE]	35%	37%	Elaboração e implementação dos guiões técnico, social e institucional	DNA	32.b. Nº cumulativo de províncias com unidades de demonstração [Unidades de demonstração]		6

HABITAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
33. Assegurar o acesso a terra e infra-estruturas para habitação através da	33.1. Nº de agregados sem talhão para habitação [IAF/QUIBB]	20%	18%	Apoio técnico aos órgãos locais na implementação de planos parciais de ordenamento do solo	MOPH	33.a. Nº de órgãos locais assistidos em acções de ordenamento do solo [Relatórios Anuais da DNHU]	0	44

<i>implementação de programas de urbanização (par. 477)</i>								
						33.b. Nº de talhões demarcados [Relatórios Anuais da DNHU]	1508	19902
<i>34. Garantir a durabilidade da habitação através da implementação de programas de melhoramento habitacional (Par.479)</i>	34.1. % de famílias com acesso a habitação adequada [IAF/QUIBB]	40%	50%	Apoio da instalação de centros de recursos para construção habitacional, incluindo formação de extensionistas rurais	DNHU / DPOPHs	34.a. Nº de centros instalados [Relatórios Anuais da DNHU]		4
						34.b. Nº de extensionistas formados [Relatórios Anuais DNHU]		24

ACÇÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
<i>35. Proteger e atender os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade (crianças, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) (pars. 463, 465, 467)</i>	35.1. Nº de pessoas em situação de vulnerabilidade beneficiando dos programas de Protecção Social [Relatórios periódicos do PES/OE com dados desagregados por Programa e Grupo Alvo]	N/d	851337 (Cumulativo, 2006 - 2009)	Implementação e expansão dos programas de Protecção Social (Apoio Social Directo, Subsídio de Alimentos, Benefício Social Pelo Trabalho, Programa de Geração de Rendimentos, Programa de assistência institucional à Criança, pessoa Idosa e Pessoa portadora de deficiência)	DPMAS / INAS	35.a. Nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social [Relatórios periódicos do PES com dados desagregados por programa e grupo alvo]	N/d	152763

e 469)								
	35.2. N° de crianças vulneráveis recebendo assistência [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	1784	Localização e integração das crianças em situação de vulnerabilidade junto das suas famílias ou em famílias substitutas	DPMAS / INAS / organizações da sociedade e civil	35.b. N° de crianças reintegradas em famílias [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	270
		10%	30%	Prestação de assistência às crianças e famílias que integram crianças em situação de vulnerabilidade.	DPMAS / INAS	35.c. % de Crianças recebendo assistência: Saúde, Educação, Apoio Legal (registo de nascimento), Apoio Financeiro, Apoio psicossocial, Apoio Alimentar e Nutricional [Relatórios anuais de MMAS]	10%	25%
	35.3. N° de pessoas portadoras de deficiência vulneráveis recebendo assistência em meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	8485	Atribuição de meios de compensação às pessoas portadoras de deficiência sem recursos próprios para adquiri-los	DPMAS / INAS / organizações da sociedade e civil	35.d. N° de pessoas portadoras de deficiência que foram atribuídas meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	1980
	35.4. N° de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento	597	2127	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em centros de transito.	MMAS / INAS	35.e. N° pessoas portadoras de deficiência atendidas em centros de trânsito [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	597	400

institucional [Periódicos do PES/OE - MMAS]							
	242	2172	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em instituições de ensino especial.	DPMAS / INAS / DPEC	35.f. Nº de pessoas portadoras de deficiência atendidas em instituições de ensino especial [Relatórios periódicos do PES -MMAS]	242	470
	858	3178	Atendimento às pessoas idosas em centros de apoio à velhice	DPMAS / INAS / organizações da sociedade e civil	35.g. Nº de pessoas idosas atendidas em centros de apoio à velhice [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	858	580
	2190	9290	Atendimento às crianças desamparadas em infantários	DPMAS / INAS / organizações da sociedade e civil	35.h. Nº de crianças desamparadas atendidas em infantários [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	2190	1750

**MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - PILAR III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SECTOR FINANCEIRO**

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
36. <i>Reforçar a regulamentação e supervisão do sistema financeiro para minimizar os riscos de crises financeiras e crimes financeiros</i> (par. 500)	36.1. Crédito ao sector privado como % do PIB [BM]	13,9 %	Por definir	Inspeção on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM	BM	36.a. % dos bancos cumprindo as normas e as IAS/IFRS [BM]		100%

	36.2. Evitado o uso do sistema bancário para transacções ilícitas; um sistema bancário transparente com elevada responsabilidade e deontologia [BM]	Existência da Lei 7/2002 - sobre a lavagem de dinheiro	Ocorrência de transacções ilegais através do sistema financeiro minimizada	Controlo eficaz dos limites reguladores (cf. Lei Cambial) bem como o propósito e objectivo dos fundos a serem transferidos nas transacções	BM	36.b. Controlo dos limites e finalidades das transacções financeiras conforme fixado na Lei [BM]		X
				Elaboração dos procedimentos de inspecção virados para lavagem de dinheiro e medidas adequadas tomadas com base nos relatórios de inspecção	BM	36.c. Aprovação e implementação dos procedimentos [BM]	Plano de formação de inspectores em questões de lavagem de dinheiro	Implementação
37. Melhorar o sector de seguros e protecção social (par. 503)	37.1. Sector de seguros competitivo, transparente e que cumpra com os padrões internacionais [IGS]	Diplomas legais a serem aprovados	Aprovados todos os diplomas legais previstos na Matriz	Elaboração de: Regulamento sobre Fundos de Pensões Privadas (Particulares), propostas de lei de contrato de seguro; Revisão do regime de garantias financeiras e elaboração de um plano de transição para os IRFS.	IGS	37.a. Submissão ao Conselho de Ministros / Parlamento [Publicações em BR]		Plano de transição de IFRS & proposta de lei do contrato de seguro

37.2. Sustentabilidade do sistema de segurança social garantida [INSS]	Concurso para a selecção dos consultores para a realização do estudo actuarial e fortalecimento do sistema	Lei de protecção social implementada	Realização do estudo actuarial e desenho da estratégia de investimentos e elaboração de diplomas regulamentares	INSS	37.b. Estudo concluído estratégia de investimento em implementação, regulamentos em vigor e recomendações implementadas. Relatório do estudo actuarial periódicos e de avaliação do grau de implementação. [INSS]	Preparação do concurso e fim da estratégia de implementação 200-2005	Implementação das recomendações do estudo actuarial e da estratégia de investimento
			Alargamento da Cobertura a outras categorias de trabalhadores (âmbito pessoal) e do leque de benefícios (âmbito material)				

SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
38. Melhorar o ambiente de negócios	38.1. Doing Business Ranking [Relatório anual do	110	70	Simplificação dos procedimentos para se começar um negócio	MINJ / MIC	38.a. Nº de dias para se começar um negócio [Relatório anual do Banco	153	40

(par. 495)	Banco Mundial]					Mundial "Doing Business Annual Report"]		
				Simplificação do sistema de procedimentos de licenciamento de actividades económicas nos Ministérios	MIC (Grupo Inter-Ministerial)	38.b. % de procedimentos simplificados [MIC/GASP e Grupo Interministerial]	Diagnóstico de licenças em todos os ministérios	75%
				Criação de uma inspecção geral	MIC / outros Ministérios	38.c. Comparticipação nas multas eliminada [MIC/outros Ministérios]		X
				Adopção e adaptação de normas internacionais (ISO) e regionais de acordo com as necessidades do sector privado	INNOQ / Sector Privado	38.d. Normas aprovadas [INNOQ]	30 (cumulativo)	58
				Simplificação dos procedimentos para fazer uma importação e exportação	CSTA / Banca / Ministérios / IPEX	38.e. Nº de dias [Doing Business]	41 (importações e exportações)	40
39. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	39.1. Nº de empregados no sector formal [MITRAB]	570000	900000	Aprovação e implementação duma Lei de trabalho flexível	MITRAB	39.a. Custo da contratação e despedimento dos trabalhadores* [Doing Business Posição]	113	80
40. Aumentar a participação do empresariado nacional no sector de Recursos Minerais (par. 550)	40.1. Nº de operadores privados nacionais no sector mineiro [MIREM]	390	1000	Formação de operadores mineiros nacionais	MIREM	40.b. Nº cumulativo de operadores mineiros nacionais treinados [MIREM]	2	22
				Aumento do numero de contratos	MIREM	40.c. Nº cumulativo de contratos negociados de novos blocos [MIREM]	2	9

41. <i>Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial</i> (par. 547)	41.1. Nº de noites passadas em Moçambique [MITUR]	N/d	Por definir	Promoção de negócios locais através de concessão de fundos locais, demarcação de terras comunitárias, estabelecimentos de infra-estruturas mínimas e mecanismos de gestão	MITUR	41.a. % de empresas locais nas principais áreas do turismo		Criação e Concessão de fundos para projectos ecoturísticos e afins nas ACTF's (20%)
				Reabilitação e reorganização das áreas de conservação do país	MITUR / MICOA	41.b. Reabilitada e reorganizadas [MITUR/MICOA]		X
42. <i>Pesca Artesanal: Melhorar o nível de vida das comunidades pesqueiras e gerir a exploração sustentável dos recursos</i> (par. 542)	42.1. Nível de abastecimento do mercado interno com o pescado nacional em toneladas [IDPPE]	100 mil	115 mil	Criação e/ou reabilitação das infra-estruturas de apoio	IDPPE	42.a. Nº de fábricas de gelo construídas [IDPPE]		1
					IDPPE	42.b. Nº de desembarcadouros construídos [IDPPE]		1
43. <i>Pesca Comercial: Melhorar a competitividade e sustentabilidade da pesca comercial</i> (par. 544)	43.1. Valor das exportações em milhões de USD [IDPPE]	90	115	Experiência e divulgação de técnicas melhoradas de conservação e processamento de pescado artesanal	IDPPE	43.a. Centros de pesca cobertos com a rede de extensão pesqueira [IDPPE]	8	25
				Incentivo a distribuição e comercialização de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.b. Mercados de peixe construídos /reabilitados [IDPPE]	0	1

				Disseminação de informação sobre os mercados de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.c. Divulgada informação comercial expandida dos actuais 13 distritos para 25 [IDPPE]	13	22
				Expansão das áreas de aquacultura (camarão e algas)	MP - DAQ / Sector privado	43.d. O volume das exportações de aquacultura comercial crescendo das actuais 630 para 2,000 toneladas anuais [IDPPE]	630	1500
44. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	44.1. N° de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Formações viradas para o auto-emprego	MITRAB	44.a. N° de formados cada ano [MITRAB]	2500	2500

Nota: *Depende da aprovação da lei.

AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
45. Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão (par. 531)	45.1. % de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrárias	MINAG - Extensão Agrária	45.a. N° cumulativo total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL]	177000	222300
				Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecologicas	MINAG - IIAM (Investigação)	45.b. N° de variedades de culturas novas libertas [REL]	4	4
46. Promover a construção e reabilitação das	46.1. % de explorações agrárias que usam técnicas de	6%	8%	Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrário	MINAG - Serviços Agrários	46.a. N° de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e	2500	3400

<i>infra-estruturas agrárias</i> (par. 531)	rega [TIA]					colocados sob gestão dos beneficiários [REL]		
<i>47. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários</i> (p. 531)	47.1. % de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	MINAG - Autoridade veterinária	47.a. N° cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	1988000	3100000
<i>48. Melhorar o acesso a informação e mercados agrários</i> (par. 531)	48.1. % de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG - Direcção de Economia	48.a. N° cumulativo de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado [REL]	87	173
	48.2. % de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	MINAG - Serviços Agrários	48.b. N° cumulativo de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing [REL]	2476	3050
<i>49. Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor</i> (par. 531)	49.1. Valor das exportações agrárias caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95.5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária para um mercado competitivo	MINAG - Departamento de Sanidade Vegetal e Animal / MIC - INNOQ	49.a. N° de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos [REL]	2000	5000
<i>50. Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão</i>	50.1. % de explorações agrárias com prova documental de ocupação [MINAG]	1.20 %	1.70%	Inventariação, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	MINAG - Terras e Florestas	50.a. % de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	78%	95%

<i>sustentável</i> (par. 533)								
						50.b. Nº de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	180	242
<i>51. Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais</i> (par. 533)	51.1. Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG - Terras e Florestas	51.a. Área média coberta por fiscal [REL]	1128	806

INFRAESTRUTURAS - ESTRADAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
<i>52. Melhorar a transitabilidade</i> (par. 570)	52.1. % de estradas em condições boas e razoáveis* [Relatório da ANE]	71%	78% (2007: 76%; 2008: 70%)	Reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas	MOPH	52.a. % de Km de estradas [Relatório da ANE]	71%	70%

Nota: * Boa condição = pode circular a 80km/h em segurança; condição razoável = pode circular a 40-50km/h em segurança.

INFRAESTRUTURAS - ENERGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
-----------	--	-----------	-----------	----------------------	-------------	---	-----------	-----------

53. <i>Melhoramento da produtividade no sector de energia</i>	53.1. Redução de Perdas de Distribuição [ME]	Falta dum sistema de monitorização	Um sistema de monitorização eficaz incluindo recursos alocados	Elaboração: de plano operacional, do regulamento e programas de monitoria aos operadores (CENELEC operacional)	CENELEC / ME	53.a. Relatórios sobre a eficiência dos operadores do sector e avaliação do CENELEC [ME]	Reestruturação do CENELEC	Avaliação do cumprimento do contrato de EDM pelo CENELEC
54. <i>Expansão dos serviços de energia para uso doméstico</i>	54.1. % de pessoas com acesso sustentável aos serviços de energia moderna [ME]	7%	10%	Expansão da rede nacional	EDM / ME	54.a. Nº de novas pessoas conectadas à rede [ME]	302218	600000
55. <i>Expansão dos serviços de energia para saúde e educação</i>	55.1. Nº de novas instituições com acesso sustentável aos serviços de energia moderna fora da rede [ME]	Projectado Piloto, lançado o concurso para implementação do projecto	500	Análise da estrutura tarifaria existente, subsídios, políticas e opções com vista a promoção do interesse dos investidores, redução de custos e implementação dum sistema de manutenção	FUNAE / ME	55.a. Nº de hospitais e escolas que possuem acesso aos serviços de energia moderna, e com contratos de manutenção para as sistemas isoladas [ME]	100	400

MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - ASSUNTOS TRANSVERSAIS GÉNERO

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução	Base 2005	Meta 2008
-----------	-------------------------	-----------	-----------	----------------------	-------------	--------------------------------	-----------	-----------

	[Fonte de Verificação]					[Fonte de Verificação]		
56. Promover a igualdade de Género e fortalecimento do poder da mulher (pars. 192 e 193)	56.1. Género integrado no processo de planificação [PES, BdPES]	0%	100%	Elaboração de estratégias sectoriais do género	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS)	56.c. Estratégias elaboradas [PES sectorial e avaliação conjunta do Ministério e MMAS]		MINT, MINJ, MAE e MPD
				Inclusão no PES/OE e BdPES dos assuntos de género identificados no PARPA	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS e MPD)	56.d. PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género. [BdPES/OE sectorial e avaliação conjunta do MMAS]		MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH e MPD

HIV-SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
57. Reforçar as capacidades de gestão e de coordenação e envolver toda a sociedade no combate ao epidemia (par. 200)	57.1. Índice Compósito da resposta nacional [Sistema de M&A da Resposta Nacional]	82%	95%	Apoio aos sectores a elaborar e implementar planos de combate ao HIV/SIDA dentro do sector	CNCS	57.a. % das OSC e instituições do sector público e privado formadas na gestão de programas direccionados ao combate ao HIV/SIDA [Dados do CNCS]	N/d	75%
58. Reduzir o Estigma e Discriminação ligados ao HIV/SIDA	58.1. % de pessoas de 15 a 49 anos que expressam aceitar atitudes para com pessoas vivendo com HIV/SIDA [INE/IDS]	8% das mulheres (entre 15 e 49)	60%	Implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS	CNCS	58.a. Por definir	Por definir	Por definir

		anos) e 16% dos homens (entre 15 e 49 anos)						
59. <i>Prevenir a transmissão do HIV (pars. 193 & 449)</i>	59.1. % de jovens de 15 a 24 anos que são sexualmente activos reportam ter usado preservativo no ultimo contacto sexual com um parceiro irregular [INE/IDS]	29% mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) e 32% dos homens jovens (entre 15 e 24 anos)	60%	Distribuição de preservativos, implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS e expansão dos serviços de prevenção da transmissão vertical	CNCS/MISA U	59.a. % (e número) de mulheres grávidas HIV positiva que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho [MISAU]	5% (7297)	17% (30400)
60. <i>Melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas e afectadas (par. 200)</i>	60.1. Rácio de crianças órfãs (6 - 17 anos) e não órfãs no ensino escolar [Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS)]	0.8	1	Garantia de suporte material, nutricional, moral, psicossocial aos COV's	CNCS / MMAS	60.a. % de COV's abrangidos pelo Plano de Acção para as COV's com acesso a pelo menos três serviços básicos nos dois meses anteriores [MMAS]	10%	25%

AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
61. Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	61.1. Reduzido o nº de pessoas vivendo em assentamentos informais e áreas de risco [Balanço do PES sectorial]	75% da população vivem do em assentamentos informais e áreas de risco	% da população vivem do em assentamentos informais e áreas de risco	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA / MPD	61.a. Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	Processo iniciado (Sofala, Tete, Manica, Zambézia e Nampula)	20
						61.c. Número cumulativo de plano de requalificação urbana elaborados, aprovados e em implementação [Balanço do PES Sectorial]		Iniciado

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
63. Garantir que todos os cidadãos tenham a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos	63.1. Peso para altura para crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda) [IAF/IDS]	4%	taxa estável entre 0-5%	Monitoria e avaliação da SAN crónica e aguda; recomendar sectores sobre acções prioritárias de SAN	SETSAN	63.a. SAN incluída em todos os planos de acção sectoriais e multisectoriais (PES, PEDD) - plano de acção segurança		X

<i>necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável</i> (par. 210)						alimentar e nutricional (PASAN) [SETSAN]		
	63.2. % de população com qualidade de dieta aceitável [Dados do SETSAN]	7%	15%					

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
<i>65. Promover o desenvolvimento dos Recursos Humanos a todos os níveis nas áreas de Ciência e Tecnologia</i> (par. 224)	65.1. N° de moçambicanos em formação nos graus de mestre e doutorado nos domínios de ciência e tecnologia [Balanço do PES Sectorial]	660	1715	Concessão de Bolsas para mestrados e doutorados	MCT	65.a. N° cumulativo de moçambicanos enviados para formação avançada em C&T [Balanço do PES Sectorial]	660	1451
<i>66. Promover a investigação e inovação de subsistência e o uso de C&T pelas comunidades pobres e desfavorecidas</i> (par. 220)	66.1. N° de comunidades capacitadas no uso de Tecnologias apropriadas para resolução de problemas locais. [Balanço do PES Sectorial]	8	32	Organização de expedições científicas às zonas rurais	MCT	66.a. N° cumulativo de comunidades visitadas por ano [Balanço do PES Sectorial]	8	32
<i>67. Promover o uso das TIC's para a redução da pobreza e crescimento económico</i> (par. 227)	67.1. População (rural e urbana) com acesso e conhecimento básicos em Tecnologias de Informação e	8.40 %	22%	Expansão de rede de Governo Electrónico	MCT	67.a. N° cumulativo de instituições do Estado ligado a rede de Governo Electrónico no nível central [Balanço do PES Sectorial]	25	100

	Comunicação [Balanço do PES Sectorial]							
					MCT	67.b. Nº cumulativo de instituições do Estado ligados a rede do Governo ao nível provincial [Balanço do PES Sectorial]	31	360
					MCT	67.c. Nº cumulativo de instituições do Estado para rede de Governo Electrónico ao nível municipal e distrital [Balanço do PES Sectorial]	0	150
					MCT	67.d. Nº cumulativo de distritos com pontos de acesso a Internet para as comunidades [Balanço do PES Sectorial]	14	47
					MCT	67.e. % cumulativa de utilizadores de rede móvel e fixa [Balanço do PES Sectorial]	8.20%	17.30%

DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
68. Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural (par. 237)	68.1. Renda média rural per capita [Relatórios de monitoria da EDR-IAF]*a negociar com	USD 263	USD 310	Coordenação do processo de implementação das Agências de Desenvolvimento Económico Local	MPD - DNPDR	68.a. Nº cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico e financeiro Local em	5	10

	o INE					funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]		
				Expansão a todo o país da experiência do Programa de Apoio a Mercados Agrícolas (PAMA)	MPD - DNPDR	68.b. Nº cumulativo de províncias com um Programa de Apoio a Mercados Agrícolas [Relatórios monitoria DNPDR, PAMA]	3	10
				Facilitação do registo das associações agro-pecuárias	MPD - DNPDR	68.c. Nº cumulativo de associações legalizadas em funcionamento sustentável [Relatórios monitoria DNPDR]	N/d	75
				Promoção da Comunicação Rural	MPD - DNPDR / ICS - RM	68.d. Nº cumulativo de rádios e televisões comunitárias em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	10	20
69. Criar um ambiente favorável para o exercício da actividade financeira rural (par. 235)	69.1. % da população rural com acesso ao crédito [Relatórios monitoria DNPDR]	5%	Por definir	Aprovação e implementação em todo o país da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais	MPD - DNPDR / FARE	69.a. Nº cumulativo de instituições financeiras e micro financeiras rurais que adoptam a política e estratégia do sector aprovada com sucesso [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	30	40
				Divulgação das políticas e coordenação das actividades das instituições financeiras e actualização do banco de dados sobre a carteira de clientes	MPD - DNPDR / FARE	69.b. Nº cumulativo de clientes de instituições micro financeiras [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	95000	150000

Nota: *Número de instituições financeiras rurais que adoptam a política e estratégia de finanças rurais.

CALAMIDADES

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
70. Reduzir o impacto negativo das calamidades (par. 244)	70.1. N° de pessoas assistidas pela UNAPROC [Balanço do PES]	0	Por definir	Estabelecimento duma Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)	INGC / MINT / MDN / MISAU / CVM	70.a. N° de centros de treino e de busca e socorro criados [Balanço do PES]	0	1
						70.b. N° de membros da UNAPROC formados [Balanço do PES]	0	130

DESMINAGEM

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2008
71. Assegurar maior liberdade de circulação humana e disponibilidade de terra para sua utilização (par. 251)	71.1. Aumento de áreas clarificadas ou desminadas [Dados do IND]	30 milhões de m2	50 milhões de m2	Redução da área suspeita	IND	71.a. Área cumulativa suspeito, milhões m2 [Dados do IND]	172	43
				Coordenação das actividades de desminagem e da destruição dos engenhos não explodidos localizados	IND	71.b. Área cumulativa clarificada, milhões de m ² [Dados do IND]	10	40